

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

MARCIAL ANTÔNIO DE OLIVEIRA

**O MOVIMENTO DO DISCURSO HOMOSSEXUAL NOS ANOS DA
DITADURA (1964 - 1983)**

POUSO ALEGRE
2013

MARCIAL ANTÔNIO DE OLIVEIRA

**O MOVIMENTO DO DISCURSO HOMOSSEXUAL NOS ANOS DA
DITADURA (1964 - 1983)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-
graduação em Ciências da Linguagem para
obtenção do título de Mestre em Ciências da
Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem e sociedade
Orientador: Prof. Dr. Newton Guilherme Vale
Carrozza

**POUSO ALEGRE
2013**

Oliveira, Marcial Antônio de.

O movimento do discurso homossexual nos anos da ditadura (1964 - 1983) / Marcial Antônio de Oliveira – Pouso Alegre: Univás, 2013.

124 f.

Dissertação de Mestrado em Ciência da Linguagem–
Universidade do Vale do Sapucaí, Univás, Curso de Mestrado,
2013.

1. Homossexualismo 2. Ditadura. 3.
Linguagem.

Nome: Oliveira, Marcial Antônio de

Título: O movimento do discurso homossexual nos anos da ditadura (1964 - 1983)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem para obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Newton Guilherme Vale Carrozza Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a) Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a) Dra. Cristiane Pereira Dias Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico

Aos meus pais, aos meus irmãos e a todos os meus familiares; aos filhos, genro e netinha,
especialmente a minha esposa, pelo total desprendimento, inclusive financeiro.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Newton Guilherme Vale Carrozza, pela competente orientação, pela paciência e pela dedicação na conclusão desta dissertação. À Professora Norida de Castro, pela amizade.

Em especial, à professora Dra. Eni Orlandi, pelo carinho, pela atenção, pela disponibilidade e pela dedicação com que sempre me acolheu.

Agradeço a contribuição da Prof(a) Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann por ocasião da banca de qualificação, que foi de fundamental importância para que este trabalho pudesse ser melhorado.

Epígrafe

O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nessa ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz”. E a instituição responde: “Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, só de nós, que ele lhe advém”. Foucault (1996, p.7).

OLIVEIRA, Marcial Antônio de. **O movimento do discurso homossexual nos anos da ditadura (1964 - 1983)**. 2013. (dissertação) – Mestrado em Ciência da Linguagem, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2013.

RESUMO

Este trabalho procura acionar o dispositivo teórico e analítico da Análise de Discurso para compreender um momento político recente deste País, a ditadura. Focaliza um ator em especial, o homossexual, e o movimento do seu discurso entre 1964 e 1983, dividindo esse percurso em três momentos. O material que tomamos para análise é um texto da Folha de São Paulo, de 1976, intitulado “‘Lampião’, um processo duvidoso”, em que os editores - são dez - do referido jornal de nome Lampião são processados por editarem um jornal de cunho homossexual. Não deixamos de mencionar outros textos - memória de arquivo - que estão em relação de sentido com aquele que chamamos de texto-base, produzidos nas mesmas condições de produção. Nosso objeto discursivo, obedecendo à noção de percurso discursivo, é dividido em três momentos, em três estados do processo discursivo. No primeiro momento, que vai de 1964 a 1975, o discurso é interditado pela censura; sem voz, o sujeito homossexual é falado, não fala, não assume um lugar social que lhe seja favorável, isto é, está no lugar social que a ditadura lhe reserva. No segundo momento, um acontecimento muda as condições de produção, com o fim da censura prévia, em 1975 até meados de 1983, quando o discurso é eclipsado por outro acontecimento, a AIDS. Nesse período, de 1975 a meados de 1983, o discurso passa a fluir e o sujeito homossexual, podendo se inscrever em uma formação discursiva, se constitui em sua posição autor - juntamente com o jornal -, ocupa uma posição social no discurso que lhe é mais favorável, ocupa uma posição sujeito homossexual. No terceiro momento, que está associado com o segundo, o discurso se consolida e o sujeito homossexual desfruta de um momento interessante, digamos, mais favorável para o debate da questão homossexual. O interesse deste trabalho é refletir a atuação política das minorias, em especial dos homossexuais, durante a ditadura militar acompanhando seu processo linguístico histórico.

SOBRENOME, Nome. **The movement of homosexual discourse in the years of the dictatorship (1964 - 1983)**. OLIVEIRA, Marcial Antônio de. O movimento do discurso homossexual nos anos da ditadura (1964 - 1983). 2013. (dissertação) – Mestrado em Ciência da Linguagem, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2013.

ABSTRACT

This work seeks to trigger the theoretical and analytical device of speech Analysis to understand a recent political moment in this country, the dictatorship. Focuses on a particular actor, the gay, and the movement of his speech between 1964 and 1983, sharing this route three times. The material that we take is a text analysis of Folha de São Paulo, in 1976, entitled "'Lantern', a dubious process", in which the editors-are ten-of this newspaper are processed by Lantern name a homosexual-oriented newspaper edit. We mention other text-file memory-that are in relation with that sense that we call text-based, produced in the same production conditions. Our discursive object, according to the notion of discursive route, is divided into three times, in three States of the discursive process. At first, running from 1964 to 1975, the speech is banned by censorship; without voice, the homosexual subject is spoken, don't speak, don't assume a social place that favourable, i.e. is in place which the dictatorship you recently. In the second time, an event changes the conditions of production, with the end of censorship, in 1975 until mid-1983, when the speech is eclipsed by other event, AIDS. During this period, 1975 to mid-1983, the discourse begins to flow and the same subject, and can enroll in a discursive formation, constitutes its author-along with the newspaper, occupies a position in the social discourse that is more favorable, occupies a position subject homosexual. On the third point, which is associated with the second, the discourse is consolidated and the homosexual subject enjoys an interesting moment, say, more favorable to the homosexual issue debate. The interest of this work is to reflect the political action of minorities, especially homosexuals, during the military dictatorship following his historical linguistic process.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa da edição experimental do Jornal Lampião	40
Figura 2: Página 2 da edição experimental do Jornal O Lampião.....	41
Figura 3: Foto publicada juntamente com o texto da matéria	46
Figura 4 – Charge publicada na Folha de São Paulo.....	57
Figura 5 - Tirinhas ilustrativas publicadas na Folha de São Paulo, 1977.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – DISPOSITIVO TEÓRICO	16
1.1 Análise de Discurso: uma disciplina de entremeio.....	16
1.1.1 Situação discursiva	18
1.2 O político e o poder	21
1.3 Texto/ discurso; autor/sujeito	23
1.3.1 Autor.....	24
1.3.2 Sujeito.....	26
CAPÍTULO 2 – PECULIARIDADES DO TEMA ABORDADO	32
2.1 Os jornais.....	32
2.1.1 A Folha de São Paulo	32
2.1.2 O Manual de Redação da Folha de São Paulo.....	33
2.1.3 O Lampião da Esquina	37
2.2. O <i>corpus</i>	41
CAPÍTULO 3 – DISPOSITIVO ANALÍTICO.....	46
3.1 Primeiro recorte	48
3.1.1 Anistia.....	48
3.1.2 O Patriarcado brasileiro ao qual se refere a F1.....	52
3.1.3 Arsenal de leis de exceção - Censura prévia e Lei de Imprensa: a legalidade	57
3.1.4 Censura prévia/ palavras autorizáveis	59
3.2 Segundo recorte	63
3.2.1 Mudanças na estrutura do discurso: condições para o furo	64
3.2.1.2 As mudanças econômicas da década de 1970	66
3.2.1.3 A família brasileira a partir de 1960: pílula anticoncepcional.....	67
3.2.1.4 Os movimentos políticos da década de 1960	70

3.2.1.5 Furo na ideologia do golpe	72
3.3 Terceiro recorte.....	80
CAPÍTULO 4 - CONCLUSÃO.....	85
REFERÊNCIAS	90
ANEXOS	93

INTRODUÇÃO

Este trabalho filia-se à teoria, ao método, aos processos analíticos e à concepção de objeto da Análise de Discurso de linha francesa, especialmente aos conceitos praticados por Eni Orlandi no Brasil para enfocar um período conturbado da História recente do Brasil. O que foi para uns “um golpe”, para outros, “uma revolução”, ou seja, dependendo da formação discursiva assumida pelo sujeito que interpreta, já indica qual é sua posição, em que lugar se encontra no “espectro político-social” dessa batalha, que, antes de tudo, é uma batalha discursiva.

Enfocamos um “ator” em especial e a trajetória do discurso sobre ele nesse período. Esse “ator” não é um personagem muito simples, sua relação com a sociedade de uma maneira geral é delicada.

Com o advento da moral cristã e, principalmente, após sua associação ao capitalismo, esse personagem se torna maldito, caçado e desrespeitado. Em muitos períodos da História e fazendo uma relação de sentido - o discurso começa antes e em outro lugar - com o que nos ensina Agamben (2010), considerado um “Homo Sacer”, um bandido, ou seja, aquele que pode ser morto, pois não serve nem ao direito (lei) nem a Deus. Falamos do Homossexual e da trajetória do discurso da imprensa sobre ele, em especial na Folha de São Paulo, no período de 1964 até meados de 1983. Nosso interesse é saber o que aconteceu com esse sujeito e com a situação discursiva quando se trata do assunto homossexualidade.

No primeiro capítulo, tratamos de explicitar algumas noções básicas da Análise de Discurso que chamamos de dispositivo teórico. No segundo capítulo, tratamos de peculiaridades do tema abordado; no terceiro capítulo, partimos para o nosso dispositivo analítico privilegiando a situação discursiva tomada em sua circunstância de enunciação, incluindo o sujeito. Associando dispositivo teórico e analítico, descrição e interpretação, como em um “batimento”, acompanhando o movimento do discurso, procuramos compreender a “construção” da imagem do sujeito homossexual na mídia, em especial no jornal Folha de São Paulo, a partir de uma reportagem que versa sobre o processo contra editores do jornal “O Lampião”, um dos porta-vozes do movimento homossexual. Nossa conclusão se dá no quarto capítulo.

Nosso *corpus* é uma matéria em formato de reportagem, publicada na Folha de São Paulo, na seção Ilustrada ¹, intitulada “‘Lampião’, um processo duvidoso”. O jornal e a imprensa, de um modo geral, considerados como mídia, são instituições sociais que vão

¹ De 20/01/1979, p. 33.

compor esse arcabouço estruturante da sociedade, por muitos considerado como “Quarto Poder”. Como nos ensina Albuquerque, Holzbach (2008, p. 152)

Contudo, essa retórica foi em grande medida adaptada aos termos da cultura política brasileira, e a noção de “Quarto Poder” reinterpretada à luz da tradição do “Poder Moderador”- um poder que, pairando acima dos demais, estaria encarregado de corrigir os seus desvios e restaurar a ordem política.

O jornal, como uma instituição organizada, possui um acervo que funciona como memória de arquivo, o que facilita a pesquisa e auxilia na melhor compreensão do assunto. Pela inserção política do jornal, em especial da Folha de São Paulo, com seu objetivo de interferir na “opinião pública” e por sua extensa memória de arquivo, é que se optou pela escolha deste material de análise.

Partindo do objeto empírico, vamos à construção do objeto discursivo, que é de responsabilidade do analista. Antes, porém, decidimos fazer algumas considerações sobre o dispositivo teórico da Análise de Discurso, sobre o jornal Folha de São Paulo e o jornal Lâmpião da Esquina, que consideramos pertinentes.

Ao de-superficializar nosso material, podemos observar um processo discursivo com três movimentos distintos. Dessa forma, optamos por recortar o texto-base em três grupos de enunciados que não estão na ordem que aparecem no texto, mas procuram dar conta de um “desenho” das formações discursivas dominantes. O texto-base foi recortado em três formulações que chamamos de F1, 2 e 3.

A primeira formulação identifica as condições de produção do discurso e compreende seu processo de produção ligado à ideologia do golpe militar de 1964; o sujeito homossexual não fala, é falado e de uma maneira que lhe reserva um lugar social de pária da sociedade.

A segunda formulação compreende que as formações discursivas que estavam presentes na primeira formulação, sofrem um desgaste e não conseguem reproduzir o efeito ideológico que conferia certeza à discursividade que fundamentava uma direção argumentativa do golpe e lhe dava sustentação. Diante da dúvida, abre-se espaço para questionamentos e outras formações discursivas passam a fazer sentido, possibilitando uma batalha discursiva. Diante da batalha e sem apoio popular, pois o discurso dos militares já não convence mais, os golpistas produzem uma abertura. Um acontecimento, o fim da censura prévia, possibilita que o discurso flua e a que esquerda possa competir. Competiu e ganhou:

não só os militares saíram de cena, como também a “esquerda” vem ocupando o poder desde Fernando Henrique Cardoso.

A terceira formulação compreende essa expansão do discurso, particularmente, da mudança da imagem do homossexual na mídia e de sua assunção como autor, ocupando uma posição sujeito. Já não apenas falam dele mas, principalmente, ele fala. É um período no qual surgem vários grupos de defesa do homossexual e o discurso é pautado por proposições. O homossexual está nas artes, na ciência, enfim em toda a sociedade; quando atacado, reage, protegido por uma rede de sentidos que congrega as chamadas minorias. O discurso ganha em volume e qualidade.

A relevância deste trabalho justifica-se porque nele está focalizada a história política recente do Brasil, fazendo o percurso nos passos de um personagem carregado de simbolismo. Sabemos que todas as palavras são do domínio do simbólico, mas umas são mais carregadas ideologicamente, mais simbolicamente que outras, é nesse grupo que está o homossexual. Além disso, é importante também por compreender como foi eficiente o funcionamento da censura no Brasil, como conseguiu impedir a circulação do discurso e, com isso, sufocar a oposição ao golpe, confiscar a voz das minorias. Deslizando para os nossos dias, podemos compreender porque muitas pessoas e instituições, que se julgam democratas, querem que ela volte. É o caso da movimentação de alguns integrantes do Partido dos Trabalhadores, principalmente da sua direção nacional que defende uma lei mais dura contra a imprensa. Por ocasião do 4º Congresso Nacional realizado em 2011, foi aprovada uma moção que convoca a militância e as bancadas do PT para discutir e lutar por um “marco regulatório da mídia”.

CAPÍTULO 1 – DISPOSITIVO TEÓRICO

1.1 Análise de Discurso: uma disciplina de entremeio

O interesse pela linguagem vem de épocas remotas. Os estudos de Platão, de Aristóteles e de outros filósofos gregos, acerca dos estudos das palavras, da gramática, da retórica, atestam esse fato.

Desde aquelas épocas até nossos dias, inúmeras são as teorias que procuram compreender a linguagem. Foi com Saussure, em seu Curso de Linguística Geral, publicado em 1916, na França, que esse interesse adquiriu um estatuto moderno de cientificidade, fazendo surgir a Linguística, ciência que se ocupa do estudo da linguagem. Saussure descreve o mecanismo de funcionamento da língua, define-a como objeto e cria vários conceitos que serão importantes para o entendimento do estudo da linguagem.

Saussure define a língua como um fato social, coletivo, independente do indivíduo/sujeito. O autor exclui da análise linguística a fala, pois por ele, a significação é determinada pelo sistema da língua.

Para esse autor, somente a língua e, não a fala, é passível de ser estudada, pois é um sistema perfeito (não sujeito a falhas), articulada e autônoma (não é produto da história).

Vários outros conceitos são criados por Saussure - signo: significado/significante, arbitrariedade/linearidade; linguagem: língua/fala; sincronia/diacronia; sintagma/paradigma e o funcionamento de tudo isso: a noção de valor.

Em função desse estatuto de cientificidade, em que o objeto de cada ramo da ciência moderna é muito bem recortado - a linguística tem como objeto a língua-, portanto, o que está fora da língua (a exterioridade, o extralinguístico) não pertence à Linguística. A exterioridade fica a cargo de outras ciências sociais que, por sua vez, e pelo mesmo motivo do recorte, deixam de fora o que é linguístico.

A teoria criada por Saussure, o estruturalismo, passa a ser, nos anos 60 do século XX, o balizador de outras ciências, especialmente as sociais. Ao eleger a língua como objeto principal para os estudos da linguagem e visando atender a um estatuto de cientificidade positivista, deixa-se de fora a fala, na qual se encontra o sujeito e a situação discursiva.

Outras disciplinas passam a apresentar questões para a Linguística e para as ciências sociais, questionando exatamente o sujeito e a situação discursiva que elas não contemplam; ao mesmo tempo, em que colocava também em questão o estatuto de verdade.

De acordo com Orlandi (2009), por volta dos anos 60 do séc. XX, surge na França a Análise de Discurso, que chamamos aqui de disciplina de “entremeio”, justamente porque ela vem questionar o que foi negado pelas ciências sociais (a linguagem) e pela linguística (a exterioridade), de uma forma que não é complementar, nem interdisciplinar; mas, se colocando entre elas, re-significando a linguagem e o sujeito que, para a Análise de Discurso, não são transparentes.

Ela se coloca como uma disciplina da interpretação que está fora das tendências formalistas/logicistas, que ignoram o sujeito, bem como das sociologistas que ignoram a linguagem, ignorando, nos dois casos, o político.

A busca da verdade real, tão cara às ciências positivistas, também não fica imune ao questionamento daqueles que, na década de 60 do século passado, na França, fundam a Análise de Discurso.

A Análise de Discurso questiona o estatuto da verdade, o real, essa ideia de verdadeiro e de falso, da objetividade científica da ciência moderna. Para Pêcheux (2008), o “real” deve se entendido em vários sentidos. Entre estes, o de que não mantém uma univocidade lógica e estável; é histórico, o que não é a mesma coisa que se trata da História oficial logicamente estabilizada.

Essa necessidade do logicamente estabilizado, do ordinário – que Pêcheux (2008) chama de imperiosa necessidade de homogeneidade lógica do sujeito pragmático –, tem suas técnicas de gestão e de controle questionadas.

Técnicas materiais usadas pelas ciências da natureza capitaneadas pela física ou técnicas de gestão social – técnicas de individualização por raça, cor, estado civil etc,- usadas pelas ciências sociais, todas elas apresentam noção de valor herdada do estruturalismo. Essa técnica dual é excludente, ou seja, se é militar não pode ser civil, se é branco não pode ser preto, se é heterossexual não pode ser homossexual. A relação de causa e efeito com o social, muito particular das sociologias, fica sob suspeição. Para a Análise de Discurso, o social é constitutivo e, não correlacional, é parte integrante, não circunstância.

A Análise de Discurso difere das outras tendências da linguística por não elidir o político. No formalismo, apaga-se o político em nome de uma lógica, e na sociolinguística, apaga-se o político falando de dados. Para a Análise de Discurso, o político é constitutivo da linguagem, assim como o simbólico, o ideológico e a luta de classes.

Outro “real” é proposto, como afirma Pêcheux: “Logo: um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos”. (PÊCHEUX, 2008, p. 43). Um “real” próprio

das disciplinas da interpretação, antipositivista, ou melhor, menos subjetivo possível, usando, para tanto, os procedimentos analíticos da Análise de Discurso para que isso ocorra.

O campo teórico e epistemológico da Análise de Discurso articula a teoria das ideologias de Althusser, as teorias da sintaxe e da enunciação da Linguística e a teoria do discurso (história e processo de significação), tudo isso atravessado pelo sujeito psicanalítico. Ela vem articular Materialismo Histórico (Marx), o homem faz história e a história não é transparente; a linguística na qual, segundo Saussure, a língua tem uma ordem própria e não é transparente – por isso, que se diz que a Análise de Discurso pressupõe a Linguística, visto que a primeira não existiria sem a segunda – e a Psicanálise, fundamentalmente Lacan, na releitura de Freud, para quem o sujeito não é transparente.

Ainda cabe salientar que a Análise de Discurso tem um conceito de língua que não é o mesmo da Linguística. Para a primeira, a língua não é transparente, tem uma ordem só relativamente autônoma - pois é histórica e está sujeita a falhas-, ao contrário da segunda, para a qual a língua tem uma ordem própria, perfeita e a-histórica. Para a Análise de Discurso, as palavras têm uma espessura semântica, têm materialidade histórica; do mesmo modo que o sujeito da Psicologia - o sujeito da vontade, da consciência - é deslocado pela Análise de Discurso para um sujeito do inconsciente, opaco, dividido, crivado e que não é dado *a priori*; tudo isso atravessado pela noção de ideologia que, para a Análise de Discurso é constitutiva do sujeito e da linguagem “não é x, mas mecanismo de se produzir x” (ORLANDI, 2008). Portanto, para a Análise de Discurso, nem sujeito nem sentido estão prontos e acabados no texto, eles vão se constituindo e podem ser muitos, atravessados pelo simbólico (ideologia, político, etc) o que difere da Análise de Conteúdo, em que o sentido já está lá, basta o leitor saber interpretar, basta ter a “chave” da interpretação.

1.1.1 Situação discursiva

Nas teorias da linguagem, há sempre a separação entre forma e substância, que é uma herança Saussurreana, como é o caso da Análise de Conteúdo citada anteriormente. O estruturalismo de Hjelmslev propõe, por exemplo, que a Linguística se encontra na forma, e, a substância, que são os sons, seriam do campo da física e o conteúdo da substância seria do campo do pensamento, ou seja, da Filosofia.

Na Análise de Discurso, não se separa forma e conteúdo, nem se trabalha com as noções de forma abstrata ou forma empírica. Orlandi (2007) introduz a reflexão sobre forma

material - é forma e conteúdo juntos, - regidos pela historicidade do texto - não é História oficial - aqui incluídos sujeito, situação discursiva, memória (interdiscurso), ou seja, tudo que já foi dito e esquecido sobre aquele assunto; não há uma divisão estanque, em que uma forma começa e a outra termina, o que se verifica é que forma e substância vão se constituindo sem separação visível.

Podemos dizer que a forma material (significante) da língua não é transparente, que ela é opaca, tem espessura semântica, é um processo linguístico-histórico com abertura para o simbólico. Portanto, o sentido pode ser outro, afetado pelo simbólico, pela ideologia, que é um ritual (prática) com falhas, como nos diz (PECHEUX, 2009, p. 277). “Aprender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas, enfraquecimento ou brechas”.

Essa abertura para o simbólico, que é falho, abre espaço para a incompletude, para o deslize, para o equívoco, para pontos de deriva: este é o real da língua. É a impossibilidade de se dizer tudo e é, na perspectiva discursiva, que vai se operar um conceito de língua que reconhece que esse equívoco é próprio da linguagem, constitutivo dela, ao contrário da língua, do linguista, para quem a língua é uma estrutura sem falhas.

O real da língua se dá em função de um processo linguístico-histórico, ou seja, tem historicidade - não é História estabilizada -“alguma coisa fala antes e em outro lugar”-, é o que chamamos de real da história. Para que minhas palavras façam sentido, é preciso que elas já tenham feito sentido antes e em outro lugar; não somos tábula rasa ou um adão bíblico, somos carregados de emoções, de crenças, de preconceitos, etc.

“Se o real da língua não fosse sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura, não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos e nem dos sentidos. É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas, que o sujeito, ao significar, se significa” (ORLANDI, 2009, p. 37).

Para a Análise de Discurso, toda linguagem reclama um sujeito e um sentido; não há linguagem sem sujeito e sem sentido. Onde tem linguagem, haverá a necessidade de interpretar, o homem está “condenado a significar”, isso porque não há relação de literalidade entre mundo-linguagem; há uma impossibilidade de dizer tudo; há uma incompletude; há um espaço, e é nesse espaço que trabalha o analista (ORLANDI, 2007).

É notório que, embora possa haver vários sentidos, as interpretações são “impostas”. Não são as interpretações individuais que prevalecem, mas os discursos possíveis e aceitos pelo conjunto da sociedade, ou seja, eu me filio a este ou àquele discurso, eu recuso este ou aquele; eu me filio a esta ou àquela formação discursiva; recorro a esta ou àquela

memória e faço isso acompanhando um conjunto de regras fixas, morais, jurídicas e sociais. Há certas regras, as pessoas não falam o que querem, nem quando querem nem podem ocupar duas posições ao mesmo tempo, há que se fazer uma opção.

Portanto, embora possa parecer simples, o discurso é uma prática material complexa em que o simbólico (ideologia, política, crenças pessoais) tem uma presença marcante, e, embora goze de um aparente controle social, tudo pode acontecer, a interpretação está aberta, por esse motivo se nega a intencionalidade.

Essa consideração é importante porque, pelo corpus que elegemos - reportagem jornalística da Folha de São Paulo -, pelo ambiente onde são produzidos tais textos, as redações dos jornais, onde primeiramente se tem uma pauta prévia, o filtro do jornal e do jornalista, poderíamos imaginar que o discurso jornalístico seria intencional. Ao final deste trabalho, queremos justamente mostrar que, mesmo nessas circunstâncias, o acontecimento é possível.

Essa distinção também é importante, porque vai nos diferenciar da Teoria Literária, que admite a intencionalidade do autor, tudo é feito com um propósito.

Queremos distinguir o que seja inteligibilidade, interpretação e compreensão da linguagem.

A inteligibilidade refere o sentido à língua: ele disse isso é inteligível. Basta se saber português para que esse enunciado seja inteligível; no entanto não é interpretável pois não se sabe quem é ele e o que ele disse. A interpretação é o sentido pensando-se o co-texto (as outras frases do texto) e o contexto imediato. Em uma situação “x” Maria disse que Antônio vai ao cinema. João pergunta como ela sabe e ela responde:” Ele disse isso”. Interpretando: “ele” é Antônio e “o que” ele disse é que vai ao cinema. No entanto, a compreensão é muito mais do que isso. Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc.) produz sentidos (ORLANDI, 2009, p.26).

Pelo eixo da formulação, Orlandi (2009) refuta o princípio da exprimabilidade (tudo aquilo que quero comunicar pode ser dito) e, com isso, nega a intencionalidade do locutor. Para a autora, “a significação é mais complexa do que isto”. Além da intenção (quero) de significar dos locutores, há o lugar que eles ocupam na ordem social e, logo, na conjuntura ideológica. Nem tudo pode ser dito em todo o tempo e em todo lugar, nem todos podem dizer tudo em todo tempo e em todo lugar, há formas de controle social que são historicamente determinadas, muito embora, por um efeito ideológico, o sujeito se ache no controle do seu dizer.

“A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se

encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos” (ORLANDI, 2009, p. 33).

É pelo eixo da formulação e da circulação, que encontramos os processos parafrásticos e polissêmicos. “A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco” (ORLANDI, 2009, p. 36).

Essas são noções importantes para a Análise de Discurso, pois todo o trabalho discursivo se dá entre paráfrase e polissemia, entre o antigo e o novo, entre o estabilizado e o diferente. É nesse deslocamento de sentidos que há a possibilidade do novo, do rompimento, da transformação.

Pelo eixo da recepção/interpretação, as palavras funcionam socialmente e não intencionalmente. Elas não dependem do querer das pessoas, não importam a origem das palavras, mas o efeito simbólico que estão produzindo entre os interlocutores.

Para a Análise do Discurso, não interessa de onde a palavra surgiu, a História dessa palavra, esse estudo cabe à Filologia. O que conta para a Análise do Discurso é o sentido que essa palavra está produzindo naquele dado momento regido por condições específicas de produção. A Análise do Discurso faz uma leitura “desconfiada” do texto, fugindo do logicismo e do sociologismo, tendências que procuram ignorar o político na constituição da linguagem.

Não é somente o logicamente estável que interessa à Análise de Discurso, mas principalmente seus pontos de deriva, os vários sentidos. Não é o que o texto quis dizer, o que cabe à Análise de Conteúdo, mas, geralmente, o que ele não disse, é nas “fendas” do texto que o analista de discurso elabora sua compreensão dos sentidos, é um gesto do analista. O texto é opaco e o analista devolve ao leitor essa opacidade do texto.

Como preleciona Orlandi, “O gesto da interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível, é o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história”. (ORLANDI, 2007, p.18).

1.2 O político e o poder

Agamben (2010) afirma que o homem é um animal político e faz uma divisão entre vida nua (animal) e vida qualificada, particularizada, diferente da do animal, e segundo

o autor, citando Aristóteles, há um enunciado, que deveria ser um axioma para a tradição política ocidental, que é: “nascida em vista do viver, mas existente essencialmente em vista do viver bem”.

Como viver bem, como qualificar a vida, como viver uma vida diferente da do animal? É a batalha política. Como viver uma vida diferente, uma vida qualificada?

Foucault (1985) oferece um conceito de poder que o coloca praticamente em todas as relações:

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade das correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou, ao contrário, as defasagens e contradições que isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1985, p. 88).

Sabe-se que o poder está em toda parte, portando seu corolário, o político, também está, onde há linguagem ali está o político. Toda linguagem é ideológica, é simbólica, é político.

O político está ligado à linguagem e está sujeito à interpretação e à interpretação que é ideológica, é histórica, de relações de força e poder. As relações de poder são simbolizadas.

Segundo Orlandi (2007), o político é uma característica da interpretação e é histórica. Esta, finalmente, é uma característica importante da interpretação. Ela sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção, que é o que chamamos de político no gesto da interpretação.

O político é fundante desta teoria que praticamos aqui. A Análise de Discurso não elide o político, ele nos é básico, nos interessa, pois é ele que nos dá a direção dos sentidos. Os sentidos podem ser muitos e divididos, e só não se torna um “caos” interpretativo, porque o político dá uma direção desses sentidos. Conforme (Orlandi, 2008, p. 35):

E, sobretudo, trabalho o fato da interpretação, observando os seus limites, nos seus limites, aliando interpretação e ideologia, considerando o político enquanto relações de força que se simbolizam, ou em outras palavras, o político reside no fato de que os sentidos têm direções determinadas pela forma da organização social que se impõem a um indivíduo ideologicamente interpelado.

Quando se fala em relação de força e de poder, assemelhada a uma guerra, não se quer dizer com isso que a política – incluída aqui a política partidária, visto que o homossexual procura por ela também – seja um “mal”, uma coisa ruim que deva ser evitada,

muito pelo contrário, é por meio dela que se podem diminuir as diferenças. “Aquele que pensa pelo outro. A política tem muito de imaginário, de antecipação, de saber o que o outro quer”².

Há outros conceitos de político que poderiam ser usados para este trabalho como a definição de política de Rancière (*apud* PALLAMIN, 2010 e GUIMARÃES, 2002), conflito qualificado pela igualdade/desigualdade. A política é pensada como a repartição desigual entre iguais. Essa política tem por “motor” o dissenso, o desentendimento e ocorre quando há uma mudança nessa repartição, aceita como natural, assolada por lutas ou conflitos com o intuito de atualizar o princípio da igualdade. Os homossexuais falam em direitos iguais.

Ainda poderíamos citar Guimarães (2002, p. 17), que fala de um pertencimento, “o político é afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos”.

O político é uma divisão de sentidos e, ao mesmo tempo, uma reunião desses mesmos sentidos, em um paradoxo, antes de tudo uma “guerra” e se manifesta no simbólico (linguagem). É uma “guerra de força e poder”. É essa relação política que será observada no movimento homossexual, de “reunião de sentidos”, de logicidade, de pertencimento.

Embora possa haver outros conceitos como os citados acima que se subsumem ao propósito deste trabalho, optamos pelo conceito Pechêutiano, “de acordo com Pêcheux, a política é a luta de classes”³.

Após termos feito essa panorâmica sobre alguns conceitos de político, para este trabalho, iremos na direção de político como luta de classes e do seu embate, como homossexual x heterossexual, capitalismo x socialismo, ditadura x democracia, etc. O poder e a política estão relacionados às formações discursivas nas quais o falante se inscreve, pela posição social ocupada pelo sujeito.

O indivíduo se assujeita a essa ou àquela formação discursiva, é afetado. Isso tudo mediado pela ideologia e pela língua que podem ser acessadas no discurso.

1.3 Texto/ discurso; autor/sujeito

A noção de texto tem um percurso histórico que vem da Retórica, passando pela Gramática, pela Filologia e desta, para a Linguística. O texto é, até então, utilizado para o

² Conforme anotações feitas em sala de aula, na disciplina Introdução à Análise de Discurso, ministrada no Mestrado em Ciências da Linguagem, da Universidade do Vale do Sapucaí, pela Profa. Eni Orlandi.(2007)

³ Conforme anotações feitas em sala de aula, na disciplina Introdução à Análise de Discurso, ministrada no Mestrado em Ciências da Linguagem, da Universidade do Vale do Sapucaí, pela Profa. Eni Orlandi.(2012).

estudo da língua. A Análise de Discurso fixa suas bases em um novo objeto, o discurso. Daí destacamos algumas diferenças entre texto e discurso.

O texto é a peça, com começo, meio e fim; o discurso não tem fim. O texto é o dado linguístico; o discurso é o fato linguístico. Enquanto o texto é uma sequência linguística oral ou escrita que pode conter uma única palavra, mas em geral é superior à frase; para o discurso, não há limite de palavras, não há ponto final.

O texto que pode ser visto como objeto empírico, tomado na análise em sua forma material, materialidade linguística que é a superfície, que pode ser som, letras, imagens. O discurso é a teoria geral de produção e de circulação de textos e seus efeitos de sentido. O texto é o produto; discurso é o processo.

Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados, possíveis. (ORLANDI, 2009, p. 39).

Quanto ao discurso, é aquilo que está “além” do texto, é a língua em movimento, produzindo seus efeitos; não é metalinguagem, é a própria linguagem, é a articulação do lugar social e a inter-relação social mediada pela língua. A Análise de Discurso trabalha a relação da língua com aquilo que não é língua, a sua exterioridade, com aquilo que não é linguístico.

Do texto se exige coerência, coesão, clareza, objetividade (finalidade) e autoria, ou seja, quem escreveu. No imperioso sujeito de direito do capitalismo, aquele que assina o texto se torna responsável por ele. Isso fica patente quando analisamos os textos jornalísticos. O jornalista que assina se torna responsável civil e penalmente, assim como o jornal onde o texto é veiculado.

O discurso é efeito de sentido entre locutores e, em relação ao discurso, o sujeito ocupa posições que não são empíricas (físicas), mas a projeção imaginária, simbólica que tem a ver com a ideologia. Essas projeções imaginárias são resultado das formações imaginárias (relação de força, de sentido, de antecipação) que o sujeito faz dele mesmo, do outro e da sociedade e vice-versa. É desse jogo que surgem as posições sujeitos. Tomemos como exemplo o homossexual: qual imagem a sociedade faz dele, qual imagem ele faz dele mesmo e do heterossexual e vice-versa é que vai ditar sua posição sujeito. Tudo isso regido pelas formações discursivas assumidas por um ou por outro.

1.3.1 Autor

Para Barthes, “O autor é uma personagem moderna, produzida sem dúvida pela nossa sociedade, na medida em que, ao terminar a idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma, ela descobriu o prestígio pessoal do indivíduo, ou como se diz mais nobremente, da pessoa humana. (BARTHES, 2012).

Para Barthes, o autor é, senão o burguês, a encarnação da ideologia capitalista, substitui o autor pela linguagem, impessoal e anônima, nega a historicidade da língua; é no leitor que se dá a unidade do texto.

Em seu estudo “A Morte do Autor”, enfatiza a não existência do autor fora da linguagem ou anterior à linguagem. Procura apresentar ideia do autor como sujeito social e historicamente construído, vê o autor como produto do ato de escrever - é o ato de escrever que faz o autor e, não, o contrário. Para o autor, o escritor será sempre o imitador de um gesto ou de uma palavra anteriores a ele, mas nunca originais, sendo seu único poder o de mesclar escritas.

Foucault (1996) cria o conceito de função-autor e nos diz que, historicamente, os textos passaram a ter autores na medida em que os discursos se tornaram transgressores com origens passíveis de punições, pois, na antiguidade, as narrativas, os contos, as tragédias, as comédias e epopeias - textos que hoje chamaríamos de literatura - eram colocados em circulação e valorizados sem que se pusesse em questão a autoria - o anonimato não constituía nenhum problema e os textos científicos, ao contrário, deveriam ser avaliados pelo nome de um autor, como os tratados de medicina. Segundo Foucault, a unidade do texto se dá no autor. O que faz de um sujeito um autor é o fato de, por intermédio de seu nome, delimitarmos, recortamos e caracterizarmos os textos que lhes são atribuídos, a fim de o responsabilizarmos como sujeito de direito. Para Foucault (ibidem), nem todos os textos requerem autoria, textos como receitas, decretos, contratos, que precisam de quem os assine, mas não de autores.

Orlandi (2009) faz uma releitura desse conceito, estendendo seus efeitos para toda a escritura, o que ela chama de princípio da autoria, ou seja, todo texto, qualquer que seja ele, uma receita de bolo, por exemplo, pode não carecer de autor, mas carecerá de autoria.

Dessa maneira, atribuímos um alcance maior e que especifica o princípio da autoria como necessário para qualquer discurso colocando-o na origem da textualidade. Em outras palavras: um texto pode até não ter um autor específico, mas, pela função-autor, sempre se imputa uma autoria a ele. (ORLANDI, 2009, p. 75).

A exigência de autoria se dá em função da não contradição, de coerência, de responsabilidade, inclusive de responsabilidade civil e penal; a função-autor é a mais afetada pela exterioridade linguística, sujeita à disciplina social que visa “controlá-lo”.

Portanto, se sujeito e linguagem não são transparentes, o mesmo não se sucede com o autor que tem que ser identificado/identificável. A unidade do texto está no autor e, não, no leitor. “O sujeito precisa passar da multiplicidade de representações possíveis, para a organização dessa dispersão num todo coerente, apresentando-se como autor, responsável pela unidade e coerência do que diz” (ORLANDI, 2009, p.76).

Um importante instrumento linguístico⁴ usado por esse trabalho, o Manual Geral de Redação da Folha - traz o verbete:

Assinatura de Textos – a publicação de um texto com assinatura do autor é uma distinção ao jornalista e depende dos méritos específicos de cada texto. Podem ser assinados textos com informações importantes e inéditas, depoimentos de jornalistas na primeira pessoa, textos que demandam pesquisa, artigos ou análises, “features” com elaboração de estilo, entrevistas exclusivas [...]. Não se pode assinar um texto contra o desejo do autor. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1987, p. 105).

Sabe-se que o processo de autoria não está aberto a todas as pessoas. Principalmente em se tratando de matérias jornalísticas, ele é regido pelas instâncias sociais. No caso das matérias jornalísticas, há uma conjugação de autores; é autor, o jornalista; é co-autor, o jornal e também o sujeito ou as instituições que aparecem no discurso relatado das reportagens, com suas falas aspidas.

O autor está para o texto assim como o sujeito está para o discurso. O texto tem autor e o discurso tem sujeito, ou melhor, posição-sujeito.

1.3.2 Sujeito

A palavra sujeito vem do latim *subjectus*, posto debaixo, súdito, escravizado, cativo.

De acordo com Fourez (1995), até meados do séc. XII, as pessoas viviam na aldeia, ligados à terra onde nasciam, viviam e morriam no mesmo ambiente e onde os objetos tinham vida, pois faziam parte do universo humano; não havia separação homem-objeto; o homem era feito prisioneiro da magia, do místico-religioso.

Com o crescimento do comércio e com o surgimento das grandes navegações e da burguesia, o homem viaja, conhece outras terras, precisa contar o que vê. Abandona aquele

⁴ Aproximamos o Manual de Redação do conceito de gramática, e esta, vista como instrumento linguístico, como nos mostra Orlandi (1997) “Ver a gramática como parte da nossa relação com a sociedade e com a história (cf. E. Orlandi, 1996) transforma esse objeto – um instrumento linguístico (S. Auroux, 1992) – em um objeto (vivo), parte de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e como parte da construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana”.

mundo dominado pela magia e pela moral, que não era um mundo da razão, mas das proibições. É nessa ruptura que surgem as ciências como as conhecemos hoje.

Não muito longe desse raciocínio, mas partindo da análise de mecanismos gramaticais, Haroche (1992) demonstra como se deu essa passagem do sujeito religioso para o sujeito de direito que conhecemos hoje. Na Idade Média, o comerciante precisava calcular escrever, produzir, vender, fazer contratos. O sujeito religioso, para o qual o lugar de reunião era o templo, seu livro era a Bíblia e não havia autoria e, sim, revelação e autoridade de quem escrevia, cede lugar ao sujeito de direito; seu lugar de reunião passa a ser o tribunal; seu livro são os códigos de leis e aquele que escreve se torna responsável pelo bônus e pelo ônus do escrito, é autor. É o sujeito prevalente até nossos dias, sujeito do capitalismo, de direito e de deveres.

Teorizado, o homem se torna objeto do conhecimento. Esse novo homem, objeto do saber, foi “inaugurado” por Descartes - na leitura cartesiana, destaca-se a centralidade do eu, da consciência. Há separação homem-objeto. Ao sujeito, é permitido pensar, duvidar. A única certeza é de que penso, mas, mesmo assim, o homem continua sem liberdade, é determinado pela vontade de Deus, não é um homem individual, mas universal, o sujeito ideal, centro e causa de si mesmo, objetivismo abstrato.

Na releitura que Althusser (1985) faz da teoria marxista, o sujeito é interpelado pela ideologia. Só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito e que o homem é por natureza um animal ideológico.

Para Foucault (1996), a noção de sujeito não existia até os séculos XVII e XVIII, quando o homem se torna objeto do saber. Para o autor, o sujeito ocupa uma determinada posição na ordem do discurso, não é dono para escolher seus atos discursivos. Temos a ilusão de unidade e isso seria o motivo que nos mantém em nossa normalidade. Percebendo-nos incompletos e múltiplos, tendemos à completude e à totalidade.

Como já mencionado, embora ainda que Descartes não tenha liberado o sujeito da determinação da vontade divina, é com seu cogito (penso, logo sou) que há um despojamento desse saber, dessa certeza; pelo método da dúvida, é que se passa a questionar tudo aquilo que estava estabelecido a respeito do sujeito, admitindo o ato de pensar, de questionar sua existência no campo do simbólico.

Conforme Erlich (2012, p. 1), “Com o cogito, é possível verificar que o ato de pensar passa a testemunhar a existência do sujeito no simbólico, quando penso, existo. O pensamento é exigível até para se duvidar. Uma vez que há pensamento, ou seja, simbólico, linguagem, há ser”.

Na Psicanálise, com os estudos de Lacan, toma-se o cogito como referência em sua definição de sujeito em sua vertente simbólica e isso se dá na/pela linguagem. É o sujeito que duvida, fundado na incerteza, incompleto, que Lacan chama de sujeito do inconsciente, fundado para além da consciência.

“Considerando o sujeito do inconsciente como o que porta uma verdade do sujeito, a psicanálise passa a situar o campo do simbólico como não-todo. Isto se coloca, na medida em que este sujeito só pode aparecer enquanto furo, numa estrutura que não é totalizadora, isto é, incompleta. O saber do sujeito dividido é incompleto, o que possibilita espaço para o não-saber advir. É o sujeito biopsicosocial, é o sujeito da vontade.”(ERLICH, 2012, p.1).

No discurso, objeto da Análise de Discurso, a noção de homem e de indivíduo é deslocada para a noção de sujeito e, partindo da noção de sujeito da Psicanálise, só que afetado pela ideologia. O sujeito não tem controle sobre o que diz, nem ele mesmo sabe o que está dizendo, está afetado pelo simbólico, pela ideologia, que é materializada na língua, no discurso.

Para Orlandi (2009), a ideologia não é uma ocultação da realidade, uma tapeação; ela é constitutiva da linguagem e do sujeito. É pela ideologia que experimentamos uma evidência dos sentidos, como se eles já estivessem lá, como se não pudesse ser outra maneira. Ao falar, somos afetados pela ideologia e pelo inconsciente, que pode ser apreendido na memória discursiva e vem sob a forma de “esquecimentos”, o que a autora, segundo Pêcheux, chama de esquecimento número 1 ou esquecimento ideológico, que é a ordem do sujeito, a ilusão de que somos a origem do que dizemos e o que esquecimento número 2, que é da ordem da enunciação, ou seja, quando se escolhe uma palavra, o que é feito automaticamente, inconscientemente, se imagina que aquela é a única e mais correta forma de se dizer aquilo. É o que se chama de ilusão referencial e que produz essa ilusão de relação unívoca pensamento-mundo-linguagem.

Para a Análise de Discurso, por esse efeito ideológico dos “esquecimentos”, produz-se uma evidência dos sentidos, ou seja, aquilo só pode ser dito daquela maneira. As pessoas não percebem a ideologia funcionando, é um mecanismo sutil, é exterior ao sujeito, é constitutiva dele e vai apagando seus rastros enquanto caminha. O sujeito age naturalmente, com a ilusão de que é livre e original, aceitando como único aquele modo de ação.

Portanto, para a Análise de discurso, ideologia e inconsciente estão materialmente ligados pela língua e é no discurso que são apreendidos.

O sujeito não é transparente nem para si mesmo, nem os sentidos são transparentes ao contrário do que supõe a Análise de Conteúdo, em que tudo é transparente. Diferimos também da Pragmática, onde o sujeito é o da vontade e tem controle sobre o que diz.

Articulando ideologia como constituinte da linguagem e o conceito de sujeito do inconsciente – não controla o sentido do que diz - da Psicanálise e com o conceito de função autor de Foucault, ou seja, um sujeito que não é livre, assujeitado pela ideologia, opaco, dividido; que não está dado *a priori*, muito menos é a origem de si, mas vai se constituindo juntamente com o sentido, responsável pelo que diz e que ocupa “posições” no discurso, efeitos de sentido, conforme ensina Orlandi:

Devemos lembrar que o sujeito discursivo é pensado como posição entre outras. Não é uma forma de subjetividade, mas um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz (*apud* FOUCAULT, 1969): é a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz. (ORLANDI, 2009, p. 49).

A noção de assujeitamento tem uma conotação pejorativa para uma boa parte das teorias que tratam do discurso. Para a autora, não há linguagem sem assujeitamento, que é uma submissão à língua. Assujeitar é ser sujeito de e estar sujeito a, interpelado pela ideologia se assujeita, se rende a ela pela determinação histórica conforme se pode ler neste trecho:

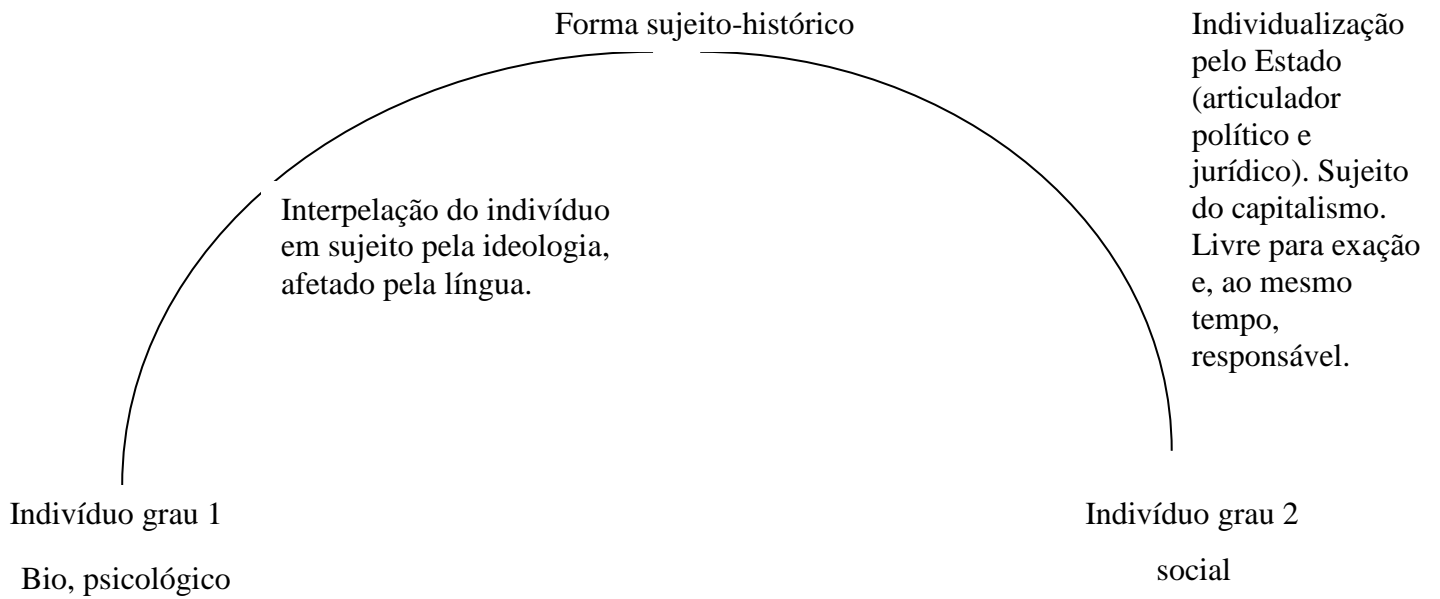
Ele (assujeitamento) diz respeito à natureza da subjetividade, à qualificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico: se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Em outras palavras, para dizer, o sujeito submete-se à língua. Sem isto, não tem como subjetivar-se (ORLANDI, 2008, p. 100).

A autora, de uma forma esquematizada, chama de indivíduo de grau 1 - na prática discursiva, não se tem essa divisão, isso é feito somente para facilitar a representação e facilitar a didática - aquele sujeito do inconsciente, sujeito bio-psíquico. Esse sujeito é afetado pela ideologia por meio das práticas sociais que são simbólicas, processo que pode ser apanhado na língua e que vai dar a forma sujeito histórica, interpelado pela ideologia e individualizado pelo Estado vai dar o indivíduo de grau 2. O Estado é o articulador político administrativo, é ele que vai “qualificar” a pessoa e determinar, por meio da lei, o que pode e o que não pode ser dito. A forma sujeito histórica predominante nos dias atuais é a forma sujeito histórica capitalista, um sujeito que é livre para se submeter, para contratar, para

assumir responsabilidade, ao mesmo tempo que é limitado pela lei, punido por aquilo que fala e faz ⁵.

⁵ Conforme anotações feitas em sala de aula, na disciplina Introdução à Análise de Discurso, ministrada no Mestrado em Ciências da Linguagem, da Universidade do Vale do Sapucaí, pela Profa. Eni Orlandi.(2012).

Esquema da forma sujeito segundo Orlandi (2012)⁶



⁶ Conforme anotações feitas em sala de aula, na disciplina Introdução à Análise de Discurso, ministrada no Mestrado em Ciências da Linguagem, da Universidade do Vale do Sapucaí, pela Profa. Eni Orlandi.(2012).

CAPÍTULO 2 – PECULIARIDADES DO TEMA ABORDADO

2.1 Os jornais

2.1.1 A Folha de São Paulo

O jornal é uma mídia tradicional e eficaz para fazer circular ideias, e principalmente, para exercer influência social. É também um importante arquivo de memória institucionalizada.

Em nosso caso, o Jornal Folha de São Paulo, que se situa na cidade de São Paulo, está voltado para a classe média industrial paulistana, mas é vendido em todo o território nacional.

“A história da Folha começa em 1921, com a criação do jornal ‘Folha da Noite’. Em julho de 1925, é criado o jornal ‘Folha da Manhã’, edição matutina da ‘Folha da Noite’. A ‘Folha da Tarde’ é fundada após 24 anos. Em 1º de janeiro de 1960, os três títulos da imprensa se fundem e surge o jornal Folha de São Paulo⁷.”

O que interessa para este trabalho é o período que se inicia em 1960, com o surgimento da Folha de São Paulo e que, em 1963, é vendida para o Sr. Otávio Frias de Oliveira, ligado ao mercado financeiro e para Carlos Caldeira Filho, ligado à construção civil. Com a eclosão do movimento político militar de 1964 - período foco deste trabalho -, no seu início, o jornal manteve uma postura de apoio à ditadura. De acordo com Albuquerque e Holzbach (1984), os anos iniciais do regime militar foram prósperos para o grupo que comprou uma série de jornais, gráficas e editoras, e assumiu a Fundação Cásper Líbero – e em função disso-, foram dóceis com o regime. Isso se altera por volta da década de 1970 e, exacerba em 1983/1984, com a adesão à campanha das Diretas Já, conforme os mesmos autores.

O principal *slogan* do jornal naquela época era – e ainda o é – “Um jornal a serviço do Brasil”. Discursivamente, esse *slogan* mantém uma relação de sentido com as formações discursivas do regime, com os *slogans* do regime, especialmente esse “Quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil”.

⁷ (http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm> 2012).

2.1.2 O Manual de Redação da Folha de São Paulo

O manual de redação tem relação com o discurso que virá, ele é parte do processo discursivo. Ele trabalha o conteúdo e funciona como um mecanismo extra de coerção da escrita jornalística. Além da censura e das leis de exceção, implementadas pelo Estado, o manual funcionava - e funciona até hoje -, como um padronizador, com um conjunto de regras descritivas e prescritivas. Vem formatado nos moldes de um instrumento linguístico, como se fosse um dicionário, uma gramática e traz pistas de como funcionava a formulação do discurso jornalístico, em especial na Folha de São Paulo.

Embora o Manual tenha sua primeira edição em 1984, e, o nosso período de análise termine em 1983, respaldamos sua utilização no que ensina Orlandi (2012): “À medida que preciso justificar um fato linguístico, posso lançar mão de textos, documentos, livros, enfim qualquer materialidade discursiva, tanto anterior ao fato que analiso quanto posterior a ele”⁸.

O manual tem a pretensão, baseado em sua prática coercitiva de eleger procedimentos e palavras, de interferir politicamente na vida do Brasil, conforme Albuquerque e Holzbach (1984, p. 151):

O Manual Geral de Redação da Folha de S.Paulo se distinguiu das demais iniciativas não somente pelo seu alcance - ele não se dirigia apenas aos jornalistas, mas ao público em geral -, como principalmente pelos seus objetivos. Mais do que um texto técnico, destinado a ensinar os procedimentos jornalísticos que o jornal considerava corretos, o Manual da Folha de São Paulo se constituiu um manifesto político sobre o lugar que caberia ao jornalismo em geral, e à Folha em particular, ocupar na nova democracia brasileira.

Portanto, justificamos a utilização do Manual Geral de Redação da Folha de São Paulo, que tem sua primeira edição datada de 1984, neste trabalho, por ser uma pista importante de como funcionava a redação do jornal e a formulação e circulação do discurso jornalístico. Justifica-se buscar no manual algumas “pegadas” linguísticas, por se tratar de um indicativo seguro de como era a prática nas redações do jornal mesmo antes de sua edição: “há verbetes que visam dirimir dúvidas frequentes; outros, ainda, consolidam práticas que a tradição vem estabelecendo ou uniformizam o jargão internamente” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1984, p.11). (Grifo nosso).

⁸ Conforme anotações feitas em sala de aula, na disciplina Introdução à Análise de Discurso, ministrada no Mestrado em Ciências da Linguagem, da Universidade do Vale do Sapucaí, pela Profa. Eni Orlandi.(2012).

Discursivamente, o Manual exerce uma interdição do discurso, ditando o que pode ser dito e de que forma pode ser dito, quais as palavras a serem usadas e quais devem ser evitadas. Exerce uma censura institucional nos moldes daquela exercida pelo Estado.

Alguns verbetes são importantes para este trabalho, pois já convertem os sentidos para certos lugares. O Manual Geral de redação da Folha traz o verbete “Opinião Pública”. Para a Folha, “a opinião pública não é o conjunto da sociedade, mas sim setores que interferem ativamente nos movimentos sociais, econômicos, culturais e políticos para conservar ou mudar seus rumos”. “Um jornal é, por excelência, um órgão formador de opinião pública. Sua força se mede pela capacidade que ele tem de intervir no debate público e, apoiado em fatos e dados exatos e comprovados, mudar convicções e hábitos, influir no rumo das instituições. Assim como o jornal forma opinião pública, ele é formado por ela, que tem meios de influenciá-lo e pressioná-lo” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1987, p. 31 e 34).

Com o primeiro manual que foi lançado data do ano de 1984, são 338 verbetes com disposição tal que nos remete a um dicionário. É importante destacar um enunciado colocado na página 2: “Quem quer literatura busca-a nos livros. A função do jornal é informar. Mas informar não é apenas noticiar: é, há um tempo, selecionar e orientar. No esforço de selecionar, se acha subentendida a obrigação de criticar”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1984) (Grifo nosso).

Destacam-se os termos selecionar e orientar, como um indício objetivo da confecção de um manual, ou seja, tentar “domesticar” o discurso. Esse primeiro manual é marcado pelo tecnicismo, limitando-se a esclarecer o uso de palavras e ditar comportamentos.

Embora marcado pelo tecnicismo, alguns verbetes têm interesse para esse trabalho, tais como apartidarismo, copidescagem (redator), distanciamento, formação de opinião pública, liberdade de imprensa, mandato leitor, *media criticism*, *new journalism*, não é o que parece, objetividade, pluralismo, preconceitos, projeto do jornal, publicidade, sociedade civil, um jornal a serviço do Brasil.

O Manual foi ampliado consideravelmente em 1987, acrescentando centenas de novos verbetes, mas ainda mantém o fito de “estabelecer um padrão a partir do qual o trabalho jornalístico se desenvolva de modo homogêneo está na origem do lançamento, em setembro de 1984” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1987, p. 23). Esse Manual de 1987 tem mais um caráter de “constituição”, de um conjunto de regras. São interessantes os verbetes:

legalidade, legitimidade. ‘Tudo o que estiver disposto na legislação em vigor é legal [...]. O jornal e o jornalista podem atacar uma lei, afirmando que ela é ilegítima. Mas a Folha jamais publica textos que incitem ao não cumprimento de uma lei, legítima ou não. Só poderá fazê-lo, em condições excepcionais, se a direção da Redação,

autorizada pela direção da Empresa e ouvido Conselho Editorial, declarar o jornal em estado de desobediência civil'. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1987, p. 33).

Os verbetes citados mantiveram as mesmas características de 1984. Muitos verbetes foram introduzidos, bem como situações novas foram acrescentadas. É no manual de 1987 (p.82) que aparece a palavra “homossexual”. Toda palavra é ideológica, carregada de simbolismos, mas tem palavras que são mais “carregadas”, mais “gordas” de sentido, e sem dúvida, a palavra “homossexual” é uma delas. É o que o Manual prescreve sobre:

Homossexual

— É a palavra adequada para designar o que é relativo à preferência sexual pelo mesmo sexo. Na Folha, uma pessoa só pode ser qualificada por sua preferência sexual quando isso for relevante no contexto da notícia.

Notícia

- É a informação que se reveste de interesse jornalístico; puro registro dos fatos, sem comentário nem interpretação. A exatidão é seu elemento-chave. Mas vários fatos, descritos com exatidão, podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir uma informação ou inseri-la pode alterar o significado da notícia. O jornalista da Folha não deve usar esses expedientes. A definição do interesse jornalístico depende de critérios flexíveis que variam em função do tempo, lugar, tipo de publicação etc.

Minorias

- As minorias étnicas, raciais, religiosas, sexuais, políticas, ideológicas ou de qualquer espécie merecem da Folha um tratamento sem preconceitos. O conceito de minorias não é definido por critérios quantitativos, e, sim, políticos. Ver verbete Preconceito (pág. 35). FOLHA DE SÃO PAULO, 1987, p. 33).

O texto jornalístico é um gênero com uma estrutura de forma e conteúdo bem definidas. Enquanto texto, sua forma física é bem conhecida.

Geralmente, o primeiro contato que o leitor mantém com o texto, é com o chamado “lide” ou “*lead*” (inglês) - seu primeiro parágrafo e que procura sintetizar o assunto, geralmente o título da notícia vem do “lide”. O Manual de Redação da Folha prescreve de como deve ser um “lide”.

Após o lide, vem o corpo da matéria, que contém o seu detalhamento, ou o desenvolvimento e a sua conclusão.

Ainda em se tratando da forma, da natureza física, a mídia jornal tem outra peculiaridade, o lugar que a matéria ocupa. O jornal tem espaços “quentes” e frios”, a capa e as páginas ímpares são considerados espaços privilegiados, em contrário senso, as páginas pares são consideradas de menor importância. O Manual de Redação da Folha diz o que é diagramação: “Tarefa que envolve arte e técnica... A diagramação de uma notícia tanto pode escondê-la quanto exacerbar seu resultado. Cabe ao editor, em conjunto com o diagramador... hierarquizar os textos e as fotos...”(FOLHA DE SÃO PAULO, 1984, p. 32).

Pode-se considerar que qualquer mudança nessa superfície poderá provocar diferentes gestos de interpretação, visto que poderão resultar em diferentes formações imaginárias conforme o lugar que as matérias ocupam ou conforme o tipo de matéria, principalmente no que tange à antecipação, ou seja, o jornal procura antecipar a reação do leitor e tenta modulá-la, muito embora se saiba que esse controle não é absoluto, e de eficácia duvidosa.

Quanto ao conteúdo, o jornalismo informativo se propõe a ser objetivo e imparcial, isento de influências ideológicas, neutro.

A própria Folha admite ser essa objetividade impossível, e define o verbete em seu Manual:

Objetividade – Não existe objetividade em jornalismo. Ao redigir um texto ou ao editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, de ser o mais objetivo possível. Para retratar fatos com fidelidade, reproduzindo a forma em que ocorreram bem como suas circunstâncias e repercussões, o jornalista deverá procurar vê-los com distanciamento [...]. Consultar os colegas de redação e lembrar-se de fatos análogos ocorridos no passado são dois procedimentos que podem auxiliar na ampliação da objetividade possível. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1984, p.63).

Além do verbete objetividade, outros, tais como apartidarismo, distanciamento, transparência, também são tratados nesse mesmo sentido de explicitar isenção e imparcialidade.

Na ótica da Análise do Discurso, a linguagem não é um simples instrumento de comunicação ou de transmissão de informação. Ela é mais do que isso, pois também serve para não comunicar. A linguagem é o lugar de conflitos e confrontos, pois ela só pode ser apanhada no processo de interação social. Não há nela um repouso confortante do sentido estabilizado. Em termos discursivos, o texto é estrutura (logicamente estabilizada) e acontecimento, duas coisas que não se separam.

2.1.3 O Lampião da Esquina

O jornal *Lampião da Esquina* surge no Rio de Janeiro, em defesa dos homossexuais, mas, não somente, suas matérias denunciam a violência contra as mulheres, o racismo, a questão indígena, os direitos dos trabalhadores, enfim, em defesa das chamadas minorias.

Tem sua primeira edição, de número zero, no mês de abril de 1978; experimental e com a seguinte inscrição na capa “circulação restrita”, em algumas edições aparece também a inscrição “leitura para maiores de 18 anos”. Depois de abril de 1978, circula a edição de número 1 (um), maio e junho de 1978; a de número 2, junho e julho de 1978; a de número 3 (três), julho e agosto de 1978; a de número 4(quatro), agosto e setembro de 1978; a de número 5 (cinco), de outubro de 1978; a partir deste mês, passa a circular mês a mês, até encerrar suas atividades com a edição de número 37 em junho de 1981. Houve também 3 (três) edições extras, perfazendo um total de 41 (quarenta e uma) edições.

Lampião vem em formato tabloide e é o primeiro jornal de grande tiragem voltado para as minorias, especialmente para a homossexual, tornando-se um porta-voz desta; seus editores são homossexuais e são processados por isso, como podemos depreender deste trecho do texto-base: “O DOPS tampouco esperava que o ‘homossexual’ viesse depor com o respaldo dos advogados da Associação Brasileira de Imprensa e do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, além do recém-eleito deputado Federal Modesto da Silveira”.

Edita em torno de 15000 exemplares, que circula em todo Brasil e que trata abertamente de temas considerados tabus. Aproveitando-se da “meia-abertura” feita pelos militares em meados de 1975, com a suspensão da censura prévia, o jornal aponta para uma ruptura na discursividade das ditas minorias e as faz tomarem uma posição. Na mesma época, surgiram vários grupos de afirmação homossexual, tais como: o Grupo Somos de Afirmação Homossexual, que é de 1978, dentre outros.

Aproveitando-se da mudança das condições de produção do discurso, com a suspensão da censura prévia, e embalados pela visita de Winston Leyland, editor do *Gay Sunshine*, publicação americana voltado para a causa *gay*, um grupo de intelectuais brasileiros - homossexuais - se reúne para fundar o jornal, em uma reunião na casa do pintor Darcy Penteadado. Fazem parte do Conselho editorial no primeiro número do jornal: Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Crysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteadado, Francisco

Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry, (a seguir, transcrevemos a capa e as páginas iniciais do primeiro número, onde se visualiza a primeira capa, o primeiro editorial e a descrição do conselho editorial).

O jornal lança mão de uma linguagem coloquial, usando palavras que circulavam no meio da população, principalmente da população homossexual. Trata os temas com expressões que o povo usava nas ruas, onde era comum, ainda é, encontrar palavras como *bicha* e *gay* para designar pessoas que preferem relações sexuais com o mesmo sexo. Na grande imprensa, essas palavras não eram usadas, como por exemplo, na Folha de São Paulo, como vimos, ao analisarmos o manual de redação, a palavra usada era homossexual. Por ocasião da censura, essas palavras (*bicha*, *gay*) não tinham autorização do regime para serem usadas, não eram palavras “autorizáveis”, somente a palavra homossexual era aceita para se referir às pessoas que têm preferência pelo mesmo sexo. Portanto, a palavra homossexual está ligada à ideologia do golpe, e o jornal vem com a proposta de apontar para um rompimento com essa discursividade, utilizando-se de palavras que faziam, e ainda fazem parte do cotidiano das pessoas, do povo, das minorias. É preciso que haja uma ruptura nessa discursividade da ditadura e que se inaugure uma nova discursividade, esse era o efeito que as palavras *bicha* e *gay* estavam provocando, efeito de ruptura. *Bicha* e *gay* é do povo, é do gueto e o jornal quer expor esse gueto. Neste trecho do texto-base, o jornal esclarece sua estratégia:

Explica Crysóstomo. Uma diferença razoável do tipo de “contestação” expressa, por exemplo, pela revista “Interview”, que sem dúvida deseduca a semântica jornalista e cotidiana, substituindo palavras autorizáveis como “coito”, “masturbação”, por suas próprias. Só que ao fazê-lo acriticamente, despolitizado e desideologizando a ruptura com o “bom tom”, não faz mais que “recuperar essas palavras para o sistema, reconsagrá-las. (Texto base, p. 42).

A publicação procura dar voz na sociedade àqueles que a tiveram confiscada pela censura, durante os anos de chumbo do regime. Dentre estes, estão os homossexuais, os negros, os índios, as mulheres e os trabalhadores, como podemos depreender deste trecho do texto-base:

E por que “Lampião”? No Brasil cresce pujantemente a imprensa “Gay”. “Notícias Gay”, “Gay News”, “Jornal do Gay” são alguns dos títulos que disputam o mercado. Entre eles o “Lampião”, entretanto, alegam seus editores, há uma diferença crucial: ideologia. “Lampião” é um jornal pelo prazer, pelo gozo, para debater, aclarar e desmitificar questões relativas a minorias, homossexuais, negros, mulheres, loucos, enquanto questões políticas ideológicas. (Tópico texto base, p. 42).

Não somente a batalha das palavras, mas de imagens, o jornal passa a publicar fotos de corpos seminus, charges para tratar de temas polêmicos e vem com seções que, até então, não eram comuns na imprensa, como podemos ler nesse trecho:

Em formato tabloide o jornal tinha editoriais fixas como "Cartas na Mesa", onde as cartas dos leitores eram publicadas e respondidas, "Esquina" onde eram reunidas notícias:reportagem, onde sempre a matéria de capa estava localizada, e a partir do número cinco a coluna "Bixórdia". Além dessas sempre havia espaço para informações culturais, como indicações de livros, exposições, shows e filmes; e também para entrevistas. A produção do conteúdo era feita pelos conselheiros editoriais e por convidados que variavam a cada edição. (WIKIPEDIA, 2013).

O jornal usa uma linguagem escrachada, abusa da provocação à classe dominante, tratando de temas cada vez mais polêmicos, provoca um acontecimento, uma ruptura na discursividade sobre as minorias, especialmente os homossexuais. Em um momento delicado, em que a abertura ainda era tênue e incipiente, os editores sofrem um processo com base na Lei de Imprensa por ofensa à moral e aos bons costumes. Eis aqui a capa, o editorial e a descrição do conselho editorial na edição experimental de abril de 1978. Outras capas estão como anexo.



Figura 1: Capa da edição experimental do Jornal Lampião



Figura 2: Página 2 da edição experimental do Jornal O Lampião

2.2. O corpus

O *corpus* não é um texto compacto, podem-se agrupar textos ou mesmo fragmentar um único para formar o *corpus*. O que interessa é a unidade desse discurso verificado no *corpus* onde se podem agrupar determinadas características a fim de identificar uma espécie de formação discursiva recorrente.

O *corpus* se apresenta quando o analista já teorizou e não segue critérios empíricos, mas discursivos. O que se pretende não é a exaustão horizontal, a quantidade de

“dados”, mas a exaustão vertical, tratando os “dados” como fatos da linguagem afetados pela memória.

Como ensina Orlandi:

A exaustividade almejada - que chamamos vertical - deve ser considerada em relação aos objetivos da análise e à sua temática. Essa exaustividade vertical, em profundidade leva a consequências teóricas relevantes e não trata os “dados” como mera ilustrações. Trata de “fatos” da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguística-discursiva. (ORLANDI, 2009, p. 63).

O *corpus* remete o texto ao discurso. O que interessa é a discursividade, sua constituição não é mais texto, é o objeto discursivo, objeto de análise e é da responsabilidade do analista, porque vai responder às perguntas formuladas por ele, diferentes materiais empíricos vão provocar diferentes gestos de análise.

O *corpus* remete a uma unidade de sentido e, embora os sentidos possam ser muitos, não são todos nem qualquer um. Cabe ao analista, usando o dispositivo teórico dado pela Análise de Discurso, construir seu dispositivo analítico, seu *corpus*.

“Portanto, embora se tenha liberdade de construir o *corpus*, ele não é construído de qualquer maneira, ele é da responsabilidade do analista e vai responder às perguntas formuladas pelo analista usando o dispositivo teórico, é um batimento entre descrever e interpretar, mediado pelo dispositivo teórico”.⁹

No caso deste trabalho, o *corpus* foi construído recortando um texto em formato de reportagem publicado na Folha de São Paulo em 1979. Usando o dispositivo teórico da Análise de Discurso, foram feitos recortes nesse texto, buscando “compreender” a situação discursiva e os sujeitos.

O discurso é um processo e esse processo tem estágios, tem estados. Em um primeiro passo, passamos do objeto empírico que é o texto para o objeto discursivo que é o discurso. Ao fazer esse gesto de de-superficialização de nosso material, observamos que aquilo que parecia um monte de dizeres, na verdade vai se organizando em termos de processo de significação, em termos de sentido, de movimento ideológico e que nos faz perceber as relações de sentido e nos possibilita fazer um “desenho” dessas formações discursivas. O “desenho” de nossa análise está dividido e agrupado em 3 (três) momentos, que chamamos de formulações. Assim, temos a primeira, a segunda e a terceira formulações.

Atentaremos para a situação discursiva e para o sujeito, que possibilita identificar as condições de produção do discurso e o efeito de sentido, as posições sujeito e suas

⁹ Conforme anotações feitas em sala de aula, na disciplina Introdução à Análise de Discurso, ministrada no mestrado em Ciências da Linguagem, da Universidade do Vale do Sapucaí, pela Profa. Eni Orlandi.(2007)

alterações, suas mudanças. Recorremos com frequência a recortes de outros textos, bem como de charges e de fotos que estão em relação de sentido com nosso texto-base para ilustrar determinados pontos de vista que defendemos. Esses outros textos foram produzidos na mesma época, sob as mesmas condições de produção que nosso texto-base. Esses outros recortes funcionam como memória de arquivo. Conforme Orlandi (2006, p. 22), a memória de arquivo “representa o discurso documental, a memória institucionalizada que é aquela justamente que fica disponível, arquivada em nossas instituições e da qual não esquecemos. A ela temos acesso, basta para isso consultar os arquivos onde ela está representada”. O jornal é uma instituição social com seus arquivos. Por isso, justifica-se a utilização de outros textos que estão em relação de sentido ao nosso texto-base, é o fora dentro.

Discursivamente, essa memória é tratada como interdiscurso, é o já-dito que se relaciona com aquilo que o sujeito está dizendo naquele momento, o intradiscurso. Como preleciona Orlandi (2009, p. 32)

O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia... Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). É desse jogo que tira seus sentidos.

O interdiscurso não é intertexto. O primeiro está relacionado com a discursividade, memória afetada pelo esquecimento e o segundo, com a relação direta de um texto com o outro texto.

Há centenas de textos, charges e fotos que compreendem o período de 1964 até 1983. Afinal, nada desperta tanto interesse quanto o sexo e as pessoas falam constantemente dele, das mais diferentes maneiras, principalmente por meio das artes, do teatro, do cinema, da televisão e, especificamente em nosso caso, textos jornalístico, usando dos mais diferentes subterfúgios para debater o tema. Como ensina Foucault (1985, p. 21)

Ora, considerando-se esses três últimos séculos em suas contínuas transformações, as coisas aparecem bem diferentes: em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva. É preciso ficar claro. Talvez tenha havido uma depuração - e bastante rigorosa - do vocabulário autorizado.

É pelas palavras e, especificamente pelo discurso, que interessamos aqui e então, vamos abrindo “picadas” nessa floresta textual, buscando que efeitos de sentido estão operando entre os sujeitos, bem como agrupando “picadas” que estão em relação de sentido. Essas “picadas” não são uma escolha ao léu, o analista não as faz impunemente, está afetado

por seu próprio conjunto simbólico ideológico e, na eleição do *corpus*, já está teorizando e se utiliza do dispositivo teórico para fazer uma leitura menos subjetiva possível.

Essas “picadas” procuram acompanhar o movimento dos verbos marcados nos enunciados e vai formar nosso *corpus*.

Propor, tolerar, proibir, atentar, processar, resistir, repercutir, saber, mostrar, legislar, discriminar, assumir, dificultar, disputar, debater, aclarar, desmistificar, autorizar, despolitizar, desideologizar, romper, recuperar, desconcertar, respaldar, subverter, solidarizar. Na maioria são verbos que exigem complemento, propor o quê, como e por quê.

É a partir do *corpus* e atentos ao movimento dos verbos, que vamos procurar expor o processo de formulação, de circulação e de recepção dos sentidos. Restituir a opacidade do texto, sujeito e ideologia; situação discursiva e materialidade linguística – o real da história e o real da língua. A Análise de Discurso não trabalha com a ideia de causa e efeito, própria das ciências sociais, mas de filiação de sentido às formações discursivas de determinado discurso. Buscando as condições de produção e as formações imaginárias a partir dos verbos, temos o “o quê”, buscaremos o “como” e o “por quê”, no processo de linguístico-histórico.

Verbos:

Propor: o quê: anistia- debater, clarear e desmitificar questões relativas às minorias homossexuais, negros, mulheres, loucos - subverter clichês;

Como: é o processo que buscaremos expor

Por quê: essa é a resposta que o processo pode nos dar.

Proibir o quê: Relatório Hite, palavras, jornais;

Autorizar o quê: palavras, sair do País livremente;

Processar o quê: jornalistas;

Resistir o quê: ao processo, à censura prévia, à Lei de imprensa;

Mudar o quê: a sociedade brasileira, o lugar simbólico e social do homossexual, dentre outros verbos.

A começar pelo título “Lampião, um processo duvidoso”, se o leitor se apegar somente ao título e não compreender a matéria poderia ser levado a acreditar que “Lampião” se tratasse do cangaceiro muito conhecido no Brasil e que o processo duvidoso estaria relacionado a algo que teria acontecido com ele e com seu bando. Ao final deste trabalho, veremos que não se trata dele, mas de um órgão de imprensa e porque é um processo duvidoso, muito embora, dentro da legalidade da época.

Nosso *corpus* identifica e seleciona três momentos do percurso discursivo. As formulações foram agrupadas em função de um processo discursivo e separadas em relação ao estado que ocupam e estão em relação de sentido formando esse agrupamento, relações de complemento, de ênfase, formando sítios. Analisando esses sítios, possibilitam identificar as condições de produção e suas alterações, acompanhando o movimento do discurso, sua estrutura e o rompimento, suas posições sujeito.

CAPÍTULO 3 – DISPOSITIVO ANALÍTICO

Vamos ao *corpus*, ao nosso dispositivo analítico, que é um texto jornalístico publicado na Folha de São Paulo em 1979, de onde partem nossas análises e ao qual chamamos de texto-base, ou texto principal.



Crysostomo, Aguinaldo, Adão e Roberto: o homossexualismo é crime?

Figura 3: Foto publicada juntamente com o texto da matéria
Fonte: Folha de São Paulo (1979)

“Lampião”, um processo duvidoso

Ricardo Arnt

Rio (sucursal)- Aparentemente, é menos impossível Dinarte Mariz propor um projeto de anistia do que o patriarcado brasileiro tolerar a discussão de cinco séculos de dominação sexual.

Depois da desanimadora proibição do Relatório Hite, que procura expropriar as mulheres brasileiras de sua própria condição, é a vez do homossexualismo ser definido (e punido) como atentado à moral e aos bons costumes. O processo movido contra 10 editores do jornal “Lampião”, entretanto, encontra resistências e repercussões insuspeitadas – “Nós sabíamos da existência, nesse país, de boas pessoas, boas cabeças, gente de caráter, mas não sabíamos que fossem tantas”, dizem os editores - sinal de que, depois dos últimos 10 anos, a formação social brasileira, também na área de costumes, “já não é mais aquela”.

Aguinaldo Silva, Francisco Bittencourt, Adão Costa e Antônio Crysóstomo, outros editores processados são Jean-Claude Bernadet, Peter Fry, João Silvério Trevisan, Darcy Penteado, Gaspariano Damata e Clóvis Marques mostram como esse processo mais do que típico, é revelador. Ocorre que o homossexualismo não é crime enquadrado no Código de Processo Penal.

Na desconfortável condição filosófica de legislar sobre a moral, há dois anos que a Justiça de São Paulo protela o julgamento de Celso Curi, responsável pela “Coluna do Meio”, no jornal “Ultima Hora”, enquadrado na lei de imprensa também por ofensa à moral e aos bons costumes. O Estado percebe a ausência de bases, a dificuldade de marcar jurisprudência sobre o homossexualismo e para levar adiante suas determinações, lança de mão de artifícios, que não poderiam ser outro arsenal das leis de exceção: Censura prévia, Lei de Imprensa etc. Quanto ao

homossexualismo o Estado não assume nem mesmo o que discrimina (“o que, convenhamos, é muito bandeirista”).

Os jornalistas de “Lampião” estão sob investigação do DOPS do Rio que apura, por portaria direta do Ministério da Justiça solicitando providências, “atentado à moral”. A perseguição, entretanto, é mais sistemática: desde setembro os editores vinham sendo chamados individualmente a depor. Acusados criminalmente, os jornalistas seriam- não fosse o Habeas Corpus impetrado pelos advogados e ainda não julgado - identificados e fichados. Entre as inúmeras desvantagens legais de ter ficha na polícia, seus nomes iriam por exemplo, direto para os computadores dos serviços de segurança dos aeroportos dificultando suas saídas do País.

“E por que “Lampião”? No Brasil cresce pujantemente a imprensa “Gay”. “Notícias Gay”, “Gay News”, “Jornal do Gay” são alguns dos títulos que disputam o mercado. Entre eles o “Lampião”, entretanto, alegam seus editores, há uma diferença crucial: ideologia. “Lampião” é um jornal pelo prazer, pelo gozo, para debater, aclarar e desmitificar questões relativas a minorias, homossexuais, negros, mulheres, loucos, enquanto questões políticas ideológicas”. Explica Crisóstomo. Uma diferença razoável do tipo de “contestação” expressa, por exemplo, pela revista “Interview”, que sem dúvida deseduca a semântica jornalista e cotidiana, substituindo palavras autorizáveis como “coito”, “masturbação”, por suas próprias. Só que ao fazê-lo acriticamente, despolitizado e desideologizando a ruptura com o “bom tom”, não faz mais que “recuperar essas palavras para o sistema, reconsagrá-las”.

Nos interrogatórios a que foram submetidos, os policiais exibiram exemplares do jornal “analisado”: rabiscos, anotações à margem, recortes. As grandes implicâncias não foram só com as matérias sobre o homossexualismo, mas também sobre a violência dos maridos contra as mulheres casadas, a discriminação racial, etc. Os interrogatórios foram desconcertantes. “Eles ficaram cheios de dedos, não sabiam o que fazer, perguntaram como a gente gostaria de ser tratado. Na certa esperavam pessoas culpadas, ensimesmadas. A nossa franqueza desarmou-os. O DOPS tampouco esperava que “homossexuais” viessem depor com o respaldo dos advogados da Associação Brasileira de Imprensa e do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, além do recém-eleito deputado Federal Modesto da Silveira.

O homossexualismo que existe em “Lampião” quer ser entendido como “um esforço de pensar a dominação sexual”. Subvertendo os clichês de pessoas deprimidas, amarguradas, pervertidas, culpadas, infelizes, a imagem dominante, o cruzamento Rogéria, o travesti, com o “humor” discriminatório do tipo “ Os Trapalhões”. Para seus editores, a imprensa “gay” na maioria reproduz e mantém o homossexual nesse lugar simbólico e social. É interessante, nota Aguinaldo, observar as críticas que o jornal recebe de certo tipo de homossexual, geralmente pessoas ricas, como conforto na vida, a dizer que o preconceito não é assim tão grande, que está tudo bem. Dizem que nós somos perigosos”.

Com a censura prévia, se ela vier, “Lampião” acaba. Aguinaldo arrisca uma previsão: Como a máquina repressiva não vai mesmo ser desmontada, precisará ser constantemente azeitada. Se lhe restringem a atuação na área política, ela pode perfeitamente concentrar-se na área dos costumes.

O fato é que o jornal incomoda. Seus 15. 000 exemplares por edição encontraram dificuldades desde a procura por distribuidora. Mas depois que a ofensiva moral do Estado começou, a solidariedade das áreas mais abertas, estudantes, intelectuais, jornalistas, mulheres, expressam-se, instantaneamente: Temos recebido apoio de todo mundo: jornalistas e escritores famosos nos enviaram matérias e as pessoas perguntaram como ajudar o jornal” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1979, p.35 caderno ilustrada).

3.1 Primeiro recorte

Vamos ao nosso primeiro recorte que chamamos formulação número um ou simplesmente F1:

F1:

Aparentemente, é menos impossível Dinarte Mariz propor um projeto de anistia do que o patriarcado brasileiro tolerar a discussão de cinco séculos de dominação sexual.

[...]

Na desconfortável condição filosófica de legislar sobre a moral, há dois anos que a Justiça de São Paulo protela o julgamento de Celso Curi, responsável pela “Coluna do Meio”, no jornal “Última Hora”, enquadrado na lei de imprensa também por ofensa à moral e aos bons costumes. O Estado percebe a ausência de bases, a dificuldade de marcar jurisprudência sobre o homossexualismo e para levar adiante suas determinações, lança de mão de artifícios, que não poderia ser outro arsenal das leis de exceção: Censura prévia, Lei de Imprensa etc. Quanto ao homossexualismo o Estado não assume nem mesmo o que discrimina (“o que, convenhamos, é muito bandeiroso”).

Os jornalistas de “Lampião”, estão sob investigação do DOPS do Rio que apura, por portaria direta do Ministério da Justiça solicitando providências, “atentado à moral”. A perseguição, entretanto, é mais sistemática: desde setembro os editores vinham sendo chamados individualmente a depor. Acusados criminalmente, os jornalistas seriam- não fosse o Habeas Corpus impetrado pelos advogados e ainda não julgado - identificados e fichados. Entre as inúmeras desvantagens legais de ter ficha na polícia, seus nomes iriam por exemplo, direto para os computadores dos serviços de segurança dos aeroportos dificultando suas saídas do País. (grifo nosso). (FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Ilustrada, 1979, p. 33).

3.1.1 Anistia

Dinarte Mariz é um político que nasceu em Serra Negra do Norte em 23 de agosto de 1903 e faleceu em Brasília em 9 de julho de 1984; foi governador do Rio Grande do Norte de 1956 a 1961; exerceu também mandatos de senador e influenciou a vida política por mais de meio século. Típico representante das oligarquias políticas mais tradicionais e mais arcaicas na época em que foi escrito o texto-base, Dinarte Mariz era senador. Portanto, trata-se da apresentação de um projeto de lei no Senado Federal versando sobre anistia, que, dada a conjuntura política, é menos impossível tratar de assuntos relacionados ao sexo do que à política, há uma gradação, ou seja, os dois temas são impossíveis, mas o sexual - homossexual - é mais impossível ainda.

Portanto, trata-se de anistia política, mas por que um político haveria de propor um projeto de lei para conceder anistia e quem haveria de se beneficiar dele?

De-superficializando a palavra anistia:

Se de-superficializarmos a palavra “anistia”, que tem como sinônimo perdoar e como um dos seus antônimos a palavra “condenar”, ou seja, se alguém precisa de anistia é porque foi condenado. Condenado a quê, por quê e por quem? O que nos interessa, quando se lê anistia nesse enunciado, é seu efeito discursivo. Discursivamente, a palavra anistia funciona como aquilo que se proíbe de lembrar, embora não se esqueça - esquecer é diferente de silenciar, esquecer é não querer lembrar -, e pela lei de anistia, fica proibido que se lembre, é o que diz Loraux (1988). A autora se reporta ao decreto grego, no ano de 403, que retrata a tragédia de Phriniklos, pela qual um decreto de anistia fixava a culpa em uns poucos (30) e todos os outros atenienses voltavam a se reconciliar, tirava o ódio de seu caráter eterno pelas palavras, já que era impossível esquecê-lo totalmente. Na anistia, o sujeito é proibido de lembrar, ele não apaga da memória, ela vai estar sempre ali, está latente na memória - como é atualmente o caso de nossa anistia que insiste em voltar, basta ver os constantes questionamentos que atualmente se fazem à Lei de Anistia. No caso do texto analisado, anistia está relacionada a um julgamento político, então, como era esse momento político?

Na história política recente deste País – política entendida aqui em seu sentido de político, ou seja, como luta de classes e também em seu sentido de política institucional, pois o ocorrido também afetou a organização política-administrativa (dois partidos políticos) e mudou a forma de atuação do Estado - precisamente em março de 1964, os militares assumem a administração política, por meio de uma revolução, depondo o governo que estava no poder e implantando um estado de exceção.

O Estado de Exceção constitui um vazio, “é essa terra de ninguém, entre o direito público e o fato público e entre a ordem jurídica e a vida”. (AGAMBEN, 2004, p. 12).

O Estado de Exceção, que se implantou no Brasil, se assemelha muito ao modelo francês. (ibidem, 2004) A doutrina francesa criou um “estado de sítio fictício ou político”. A doutrina francesa faz uma diferença entre estado de paz, estado de guerra e estado de sítio, sendo que nesse último, as funções das autoridades civis passam para as militares no intuito de se manter a ordem.

Portanto, nesse entender, o Brasil viveu um Estado de Exceção político-administrativo que se estendeu de 1964 até meados de 1988.

Naquele momento, vivíamos o auge da guerra fria e o mundo estava dividido entre E.U.A e U.R.S.S, entre capitalismo/democracia e comunismo/socialismo. Havia grupos que se assujeitavam - aqui se entende assujeitamento, não no sentido pejorativo do termo, mas como prática de se reconhecer nesta e não naquela posição política-ideológica, de assumirem

esta formação discursiva e não aquela - as ideias do capitalismo e outros, ao socialismo, de se reconhecer.

Ante isso, no dizer dos militares e dos promotores do golpe - à ameaça do comunismo decreta-se o estado de exceção e passa-se a governar por Atos Institucionais.

Como ensina Agambem (2004), o Estado de exceção é sempre precedido por uma guerra civil, por insurreição e por resistência. Ele se caracteriza por ser uma terra sem Lei, onde um determinado poder suspende a vigência da norma, sendo ele mesmo a fonte dessa norma, como ocorreu no Brasil no período compreendido entre 1964 e a promulgação da Constituição de 1988.

É o período que coincide com o surgimento da Análise de Discurso na França, na qual o político não é elidido, o sujeito é incompleto e a língua falha, tudo isso atravessado pela ideologia. Surge em época de crise das esquerdas na Europa e, ao mesmo tempo, procura firmar-se no Brasil, só que a conjuntura no Brasil não é a do estado de direito que se vive na Europa, mas da ditadura conforme explicitado acima.

Essa ditadura vai interferir decisivamente no modo de formulação, de circulação e nos gestos de interpretação do discurso. Discursivamente é um período de abundância do discurso. A máquina de propaganda da ditadura, como toda máquina de propaganda de guerra, em sua estratégia argumentativa, visa saturar o discurso com aquilo que ela julga ser importante para defender a “revolução” e contra-atacar os inimigos. O governo quer falar e fala muito, com o fito de saturar os sentidos e de não abrir o flanco para a resistência. Fala não só nos jornais, mas no rádio e na televisão - em 1969, implanta a televisão via satélite acessado praticamente em todo o País - usando a mídia como máquina compacta e coesa, caçando os inimigos da Pátria. Fala por frases que funcionam como slogans como estas: “Brasil: ame-o ou deixe-o!”, “Brasil: ame-o”; “Quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil”, dentre outras. Fala por músicas como “Eu te amo, meu Brasil”, de Dom e Ravel, e “Este é um país que vai pra frente”, de “Os Incríveis”. Fala por meio do futebol, paixão nacional, com o hino “Pra frente, Brasil” na campanha para a Copa do Mundo de Futebol em 1970 no México. A tática discursiva era a saturação falando de democracia, de família, de ordem, de progresso, de combate à inflação, justamente para impedir que o golpe fosse questionado e a resistência pudesse se inscrever em uma formação discursiva.

Como a resistência é um corolário do golpe, conforme já citamos, ela também tem sua tática argumentativa e usa principalmente a música para resistir. Como resistir a sentidos tão estabilizados, como aqueles produzidos pelo regime? É pelo discurso que se dá a resistência. Se as palavras possuísem somente um sentido literal, não haveria possibilidade

de resistência. É porque existe a possibilidade de outros sentidos, que foi possível resistirem pelas e com as palavras - resistir que é diferente de opor, oposição é o que se tem no regime democrático - aqui é resistência de guerra e ela vem principalmente pelo discurso e na música. Temos como exemplo desse tipo de música: “Para não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré que, em setembro de 1968, participou do III Festival Internacional da Canção e foi vetada, voltou a ser executada somente 11 anos depois; “Apesar de você” de Chico Buarque, de 1970, que passou pela censura, mas posteriormente foi vetada por conter o que a censura chamava de duplo sentido; o autor, para se livrar da censura, lançou algumas músicas sob o pseudônimo de Julinho da Adelaide; “Pare de tomar a pílula” de Odair José, vetada por ofensa à moral - esse cantor foi o mais perseguido pela ditadura -; outro cantor, Ney Matogrosso, também foi censurado por seus trejeitos homossexuais; a música “Mestre sala dos mares” de João Bosco e Aldir Blanc que, de início, deveria se chamar “Almirante Negro” teve o título trocado porque exaltava os negros.¹⁰ São práticas discursivas, tanto da direita, quanto da esquerda; golpista e resistentes, utilizando de suas estratégias argumentativas, para fazer valer seus discursos, portanto uma época propícia para o surgimento da Análise de discurso:

Todas essas práticas são constituídas por discursividades: as do golpe e as das resistência que se desenvolvem ao mesmo tempo. São essas as condições, a conjuntura política em que irrompe a análise de discurso em sua sistematicidade. Tudo era favorável à sua instalação. A discursividade dominante suscitava a necessidade de desviar discursos, de mostrar outros sentidos. De aprender a ler outras palavras naquelas palavra. O que não podia ser dito fazia enorme pressão em nossos dizeres. (ORLANDI, 2012, p. 19).

Decidimos por transcrever trechos do documento que inaugura o golpe. Nele é possível vislumbrar o *modus operandi* e o processo linguístico histórico do golpe, bem como identificar as formações discursivas que o embalaram. Transcrevemos aqui trechos do Ato Institucional nº 1 (anexo).

O regime cassa e deporta políticos, civis e até mesmo militares, que ele (o regime) julgava ter inspirações comunistas. Segue a primeira lista resumida dos que tiveram os direitos políticos cassados. Esse pessoal vai voltar e reconstruir a cena política brasileira, por isso decidiu declinar seus nomes. Discursivamente, os cassados são aqueles que foram sacrificados com o desterro - não podemos nos esquecer de que durante o regime muito foram mortos - em torno de 100, nesse primeiro ato, como no Decreto 403 a.C. em Atenas, já citado.

¹⁰ Para maiores informações acessar, <<http://musicaepolitanaditadura.blogspot.com.br/2010/05/documentario-musica-e-censura.html>>.

Como no decreto citado, aqui também havia uma gradação de penas - desterrados, presos e mortos. Decidimos explicitar o nome de alguns desses primeiros cassados, pois, com a redemocratização do país, se tornam figuras importantes da política nacional, uma vez que são protagonistas de uma nova discursividade (anexo).

Durante o regime, outras pessoas foram exiladas: artistas como Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso; intelectuais e cientistas como Mário Quintana, Oscar Niemeyer, Paulo Freire, Milton Santos e políticos como José Dirceu, dentre outros, além de centenas de pessoas mortas e outras que tiveram seus direitos políticos cassados, foram presas e torturadas, como Dilma Rousseff.

Em outra matéria, em um *box* intitulado “Política na opinião alheia”, onde a Folha de São Paulo publica matérias de outros jornais, encontra-se o seguinte:

Do “Diário de Notícias”: “ A certeza de que com JK candidato se reagrupariam todos aqueles banidos pelo movimento de 31 de março e a convicção - que não foi desmentida pelo candidato pessedista - de que, se reassumisse o governo, concederia anistia geral, inspiraram o ato (de cassação). Entre a sobrevivência de JK e a sobrevivência da Revolução, os chefes militares não tiveram dúvidas na opção”. Folha de São Paulo, 07/06/1964, 1º Caderno, p. 4 (anexo).

A anistia que começa a ser cobrada em meados de 1966 e é aprovada no dia 23/08/1979, 1º Caderno, p. 1, conforme matéria com o título “Aprovada a anistia do governo” (anexo).

Os primeiros exilados começam a retornar em meados de outubro de 1979, conforme essa matéria: “Prestes encerra hoje oito anos de exílio”, de 20/10/1979, 1º Caderno, p. 5 (anexo); muitos políticos retornam e alguns deles estão diretamente ligados à causa homossexual, como Fernando Gabeira.

Portanto, os militares, ao implantarem o regime de exceção, deportaram, cassaram direitos políticos, prenderam e torturaram pessoas. O País vivia em uma guerra e os excessos, os males - assim como foi feito em 403 a.C em Atenas - deviam ser proibidos de serem lembrados, deviam ser esquecidos. Esse é o funcionamento discursivo da palavra anistia. Então, naquele momento, é menos impossível se propor um decreto do esquecimento de todas as atrocidades ocorridas durante o regime militar do que o patriarcado brasileiro discutir assuntos relacionados à sexualidade.

3.1.2 O Patriarcado brasileiro ao qual se refere a F1

Do trecho extraído na introdução ao Ato Institucional nº 1, citado acima: “em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade”. Havia dois lados, portanto centenas de pessoas foram deportadas, dois lados políticos, duas classes em lados opostos nessa luta. De um lado, os capitalistas e, do outro, pessoas que assumiram posições discursivas dos socialistas. De repente, muitos não eram socialistas, eram simplesmente anarquistas, mas, nesse mundo semanticamente organizado como diz Pêcheux (2008), naquele momento, ou se era capitalista ou se era socialista.

O termo “patriarcado” dicionarizado é “regime social em que o pai exerce autoridade preponderante”. Que tipo de patriarcado é esse a que se refere a reportagem que usamos como texto-base desta análise?

É um patriarcado que assume as formações discursivas da revolução, ou seja, as formações discursivas da direita: ordem, moral, progresso econômico, família, pátria, liberdade, propriedade; na matriz sexual, o heterossexual, pai de família; num primeiro momento, a “quase totalidade”, como diz na introdução do AI-1 e vem da Igreja Católica, da imprensa, do empresariado, do setor rural, das associações de classe (Maçonaria, Rotary) das pequenas e médias cidades, enfim, de amplos setores da sociedade. Esse era o patriarcado brasileiro da época.

O conceito de formação discursiva, originalmente, foi tratado por Foucault (1996), que percebeu que determinados conjuntos de palavras se repetiam e formavam sentidos tão logicamente estabilizados que o autor propôs a confecção de uma gramática. Assim como Bakhtin defendeu a ditadura do gênero, o autor francês defendeu a ditadura das formações discursivas.

É evidente que não há uma ditadura dessas formações, nem a necessidade de uma gramática delas. Um texto poderá ter vários discursos, uns ao lado dos outros, mas é inegável que há formações discursivas predominantes, que se sobressaem, que se destacam. É evidente também que não se trata de uma escolha consciente do sujeito, se não estará configurada a intencionalidade. As intenções existem, mas, em nível de significação, contam pouco, como podemos observar no discurso jornalístico. Muito menos, se trata de uma “prateleira” onde o sujeito vai escolhendo deliberadamente em que formação discursiva se inscrever ou não. É tudo muito sutil, constituído pela ideologia. Para Orlandi (2009, p. 44):

Os sentidos não estão assim predeterminados por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas. No entanto, é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando

automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações.

Na Análise de Discurso, o conceito de Foucault é deslizado, aparecendo como formação ideológica predominante. Não existe sentido em si. Ele é determinado pelas posições ideológicas assumidas pelos falantes em um contexto sócio-histórico no qual as palavras assumem o sentido ditado pelas formações discursivas “eleitas” pelo falante.

Para Orlandi:

Formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada e uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito [...] O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter sentido e não outro. (2009, p. 43).

Com isso, a autora ensina que as formações discursivas projetam no discurso as formações ideológicas, o que está em consonância com a noção de que não há literalidade das palavras, que elas são determinadas ideologicamente na discursividade, ou seja, linguagem e ideologia se articulam, materializando-se no discurso. Palavras e expressões assumem o sentido, seguindo a posição ideológica sustentada por aqueles que as empregam.

O patriarcado assume as formações discursivas da direita, da ditadura. O mundo daquela época era dividido em esquerda e direita, entre capitalismo e socialismo; os militares se inscrevem nas formações discursivas da direita, como pátria, família, liberdade, ordem, desenvolvimento econômico, combate à inflação e combate à corrupção moral etc. e os “contra-revolucionários”, aqueles que se inscreveram nas formações discursivas ligadas à esquerda e ao socialismo, e, por conseguinte, por uma questão de estabilidade semântica, tiveram de assumir o que era “anti” o que dizia a direita, os golpistas. Se a pessoa era inimiga da revolução, era de esquerda, era corrupta moral, era contra Deus, contra a família, contra a liberdade, roubava a nação, queria implantar a ditadura comunista, queria inflação e era contra o desenvolvimento do País.

Há uma voz anônima que “fala” em todo texto-base, é a memória. Essa voz é a posição-sujeito do patriarcado, do regime militar; onde, em contrapartida, os editores do jornal que estavam sendo processados assumem uma posição sujeito-homossexual e dialogam constantemente, de um lado o patriarcado, o regime e de outro os homossexuais, a esquerda, as minorias (negros, mulheres, índios, etc.).

De um lado, o patriarcado brasileiro (direita) e de outro, os resistentes (esquerda) e pertencendo ao segundo bloco, os homossexuais. Portanto, os homossexuais estavam do lado daqueles que eram corruptos morais, ladrões que roubavam a Nação, que eram contra Deus, contra a família, contra a liberdade, contra o desenvolvimento e, mesmo assim, tinham que resistir.

Podemos observar essas formações discursivas da direita lendo as matérias que estão em relação de sentido com o F1: Folha de São Paulo de 23/12/1964, 1º Caderno, p. 4, (anexo) com o título de “Inflação e desenvolvimento” e “Marchas pela vitória da Revolução no interior”, onde se lê o enunciado “Marcha da Família com Deus pela liberdade”, de 30/04/1964, 1º Caderno, p. 8 (anexo).

Contrapor a sítios de significância que envolvem palavras usadas pela direita, não é tarefa fácil - ainda mais naquela conjuntura de País predominantemente católico - como alguém vai dizer que é contra Deus, família, ordem, progresso? Os que se contrapunham a essa posição, se inscrevem nas formações discursivas da esquerda; mas a esquerda estava impossibilitada de fazer circular seu discurso, portanto estava sem voz, ou seja, fora da mídia. Por que o patriarcado brasileiro não tolera a discussão de cinco de séculos de dominação sexual?

A definição do que é a sexualidade para Foucault (1985):

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas a grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (1985, p. 100).

As normas que “controlam” o sexo são normas de ordem moral – por isso, o texto analisado fala em “na desconfortável condição de legislar sobre a moral”. As normas de ordem moral, geralmente, não são escritas, ao contrário das normas jurídicas. A filosofia sempre se interessou pelo questionamento do sexo e, em determinado momento da História, se associa à religião para a elaboração de um “código de conduta moral”.

Foucault (1984) afirma que há certa relação entre a moral grega ou greco-romana e a moral cristã em relação ao sexo. Os gregos cultivavam a temperança, a virilidade; a resistência à “tentação” era uma virtude e o sexo era tido como um desejo muito forte que “tumultuava” esse controle de si. A homossexualidade era tolerada, desde que não tumultuasse esse controle. Conforme Foucault (1985), “antes do século XVII, vigorava certa

franqueza” pelas chamadas sociedades burguesas; após esse período, houve certo controle sobre o sexo com o fito de dominá-lo e isso é feito por uma interdição que se dá ao nível da linguagem no controle da circulação desses discursos e se estende até aos nossos dias.

Sem mesmo ter que dizê-lo, o pudor moderno obteria que não se falasse dele, exclusivamente por intermédio de proibições que se completam mutuamente: mutismos que, de tanto calar-se, impõe o silêncio. Censura (FOUCAULT, 1985, p. 21).

Essa interdição do discurso para esse autor coincide com o surgimento do capitalismo:

Uma grave caução histórica e política o protege; pondo a origem da Idade da Repressão no século XVII, após centenas de anos de arejamento e de expressão livre, faz-se com que coincida com o desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa (FOUCAULT, 1985, p. 11).

O capitalismo é o inimigo do sexo que não visa à reprodução, por considerá-lo fútil. O capitalismo, durante muito tempo, chamou e ainda chama seus funcionários de força de trabalho. Discursivamente, buscando pela memória que atua ali, podemos afirmar; baseando-nos na Grécia Clássica, onde os gregos creditavam ao sexo uma perda de força, portanto, pela atuação dessa memória, o sexo diminuiria essa força de trabalho. O capitalismo precisa do trabalhador com força total; temos, ainda, outra memória atuando, o sexo tolerado pelo capitalismo é aquele feito dentro de casa, pelo casal, com o intuito de reproduzir filhos para o capitalismo e aumentar a força de trabalho para as fábricas. (FOUCAULT, 1985).

Nas ciências, o positivismo é fruto desse capitalismo. As ciências são usadas para justificar as ideias desse sistema econômico e político. Na religião, o sexo está ligado a essa visão de que pode ser tolerado, mas somente para a reprodução, ou seja, produzir fiéis para pregar o evangelho “Ide por toda a terra e pregai o evangelho”.

Portanto, os homossexuais não estão naquele grupo do qual o sexo é tolerado, principalmente, para não dizer exclusivamente, por não reproduzirem, não gerarem filhos para as fábricas, nem fiéis para o rebanho.

Essa memória de séculos está atuando, vem pelo interdiscurso e está afetada pelos esquecimentos, que é estruturante dessa memória.

É essa memória que vai formar a estrutura do discurso, digamos universal, acerca do discurso homossexual, ou seja, um ser desprezível, inimigo do sistema, inimigo da religião.



Figura 4 – Charge publicada na Folha de São Paulo
 Fonte: Folha de São Paulo (1977)

3.1.3 Arsenal de leis de exceção - Censura prévia e Lei de Imprensa: a legalidade

Foucault (1996) chama o discurso de atividade perigosa e denuncia o medo de entrar “nessa ordem arriscada do discurso”.

O autor (ibidem) fala dessa inquietação que as palavras causam e ele mesmo pergunta:

“Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo? (FOUCAULT, 1996, p. 8).

Foucault (ibidem) afirma que existem procedimentos de exclusão das palavras, sendo o mais evidente deles a interdição, ou seja, por uma série de motivos, a palavra se torna proibida de ser dita, impublicável.

Pêcheux (2008), falando pelo lado da discursividade, também destaca essa característica do discurso de se deslocar infinitamente, derivando para outros sentidos,

diferente de si mesmo, mas o mesmo autor adverte “a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele”. (Ibidem, 2008, p. 53).

Silenciar palavras e interdita-las usando diferentes métodos, não dizê-las não é um procedimento impune, o silêncio significa.

O silêncio, até então, tinha uma conotação passiva e negativa, era aquilo a que não se dava importância, não se estudava, pois não era dito. As teorias que estudavam a linguagem se preocupavam com o que era explicitado.

Há um silêncio que é constitutivo da linguagem. A partir do trabalho de Orlandi, “As Formas do Silêncio”, (2007) o silêncio é despido desse estatuto e passa a ser considerado como fundante da linguagem, como se pode depreender deste trecho do livro citado acima:

“Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode ser outro, ou ainda que aquilo que é o mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio é ‘fundante’.”

Conforme Orlandi, o silêncio pode ser dividido em:

a) o silêncio fundador, aquele que existe entre as palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo condições para significar; e

b) a política do silêncio, que se subdivide em:

b1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e

b2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura).

É exatamente daquela proibição de interpretação de que fala Pêcheux (2008), já citado anteriormente, e especialmente desta de que fala Orlandi (2007), do mesmo modo já citada: silêncio local, censura imposta pela ditadura para controlar seus inimigos, os comunistas, os anarquistas, os preguiçosos, os indolentes, e, dentre eles, o homossexual.

Discursivamente, essa censura era a interdição do discurso, evitando sua formulação e circulação. O modo de como era feita essa censura institucionalizada pelo Estado é o que nos interessa neste momento. É o processo.

O Estado, quando escrito com a inicial maiúscula, como no caso aqui, em um conceito dicionarizado, quer dizer “Nação politicamente organizada, organismo político administrativo.”

O Estado, como já explicitamos acima, eram os militares e seu modo de governo autoritário exercido por meio de Atos Institucionais. Aqui já citamos os de número 1 (um) devido a sua importância para entender o acontecimento linguístico – histórico- político –

discursivo, e o de número 5 (cinco), que transcrevemos mais abaixo, devido ao seu retrocesso, ao seu endurecimento em relação à liberdade de expressão.

Como também já explicitado acima, os militares elegem seus inimigos, dentre eles, os homossexuais e passam a “controlar” a formulação e a circulação do seu discurso, visando interferir no modo como esse discurso é recepcionado e fazem isso por meio de leis.

Conforme Pinto (2005, p.1):

Até 1966, o departamento de Censura era composto de funcionários públicos, muitos deslocados de outros setores para engrossar seus quadros. De 1976 a Dezembro de 1968 ocorre uma gradual militarização da Censura, que será sacramentada a partir do AI-5. Seus quadros funcionais são reorganizados e o controle transferido a militares de alta patente- generais, coronéis. Ao final de 1968 toda sua chefia é militar. Ao moralismo ela acrescenta um foco político. A ditadura é “a verdadeira democracia”, qualquer discordância simboliza “atentado à segurança nacional”, e a proibição de filmes se instala”. Aqui a autora falava da censura de filmes, mas que funcionava para todas as formas de manifestação social e cultural.

Apesar de o governo militar começar a diminuir a pressão sobre a imprensa escrita, entre 1975 e 1979, com o fim da censura prévia, no que se refere aos meios de comunicação eletrônica, a vigilância permaneceu até o restabelecimento do regime democrático, sob a presidência de José Sarney, e a entrada em vigência da Constituição de 1988, que, em seu artigo de n. 5 estipula a liberdade de manifestação do pensamento. (BRASIL, 2012b).

A Lei de Imprensa, de número 5250, de 09/02/1967, também já estipulava a censura prévia, que passa a ser exercida desde então, como podemos ler nesta reportagem da Folha de São Paulo de 27/05/1967, 1º Caderno, p. 14, com o título, transcrevemos o “leade”:

“Censura tem novas diretrizes

Brasília, DF (Folha) Entra em vigor hoje a portaria do chefe do departamento de Polícia Federal, que estabeleceu normas orientadoras de censura federal, com base no novo texto constitucional” [...].

Essa portaria institui a censura prévia sobre filmes, para cinemas e para a televisão, novelas e programas de variedades para rádio e TV.

Como se dava esse processo de censura prévia?

3.1.4 Censura prévia/ palavras autorizáveis

O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, inaugura um momento mais duro do regime militar. Suspende a garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais;

suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclusão da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. O AI-5 institui a pena de morte e a prisão perpétua para crimes políticos. Transcrevemos trechos do Ato Institucional n. 5 e grifamos algumas formações discursivas.

A situação se tornou mais crítica com a edição do AI-5 (anexo), bem como com a do Decreto-Lei 898, denominado Lei de Segurança Nacional ou LSN, de 29 de setembro de 1969, complementada no ano seguinte pelo já citado decreto-Lei 1.077.

O Decreto-Lei 1.077, de 21 de janeiro de 1970, regulamenta o exercício da censura prévia, que era exercida de dois modos: uma equipe de censores se instalava na redação dos jornais e das revistas ou os meios de comunicação eram obrigados a enviar antecipadamente o que queriam publicar para a Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, em Brasília.

O nosso texto-base fala em “palavras autorizáveis”, e não “autorizadas”, ou seja, autorizáveis dá um sentido de movimento, de processo. De fato, o material era submetido à censura previamente, e, caso o censor entendesse que aquela palavra poderia simbolizar algo que fosse contrário ao regime, impunha que o autor a mudasse. É como se fosse uma assepsia pedagógica. Assim se deu com as músicas, com o teatro, com os filmes que eram cortados, mutilados.

Pinto (2005, p. 1) transcreve parte do parecer que ensejou a proibição do filme Terra em Transe de 1967, onde se lê:

Captamos em seu contexto, cenas e situações com propaganda subliminar. Mensagens negativas e contrárias aos interesses da segurança nacional.[...] Várias mensagens têm origem nos conhecidos “chavões” de propaganda subversiva. A figura de um padre é colocada em situação comprometedora e até certo ponto ridícula.

A autora ainda cita na introdução do seu trabalho uma afirmação creditada a José Celso Martinez Corrêa, dita em 1968, de que censura era uma das raras coisas que funcionavam neste País.

De fato, a máquina repressiva criada pelo golpe conseguiu confiscar a possibilidade do discurso opositor de se inscrever em uma formação discursiva, dentre eles, o homossexual de uma forma muito eficiente. O que escapava da censura prévia era apanhado pela Lei de Imprensa ou pela Lei de Segurança Nacional. É evidente que o discurso está

acontecendo na sociedade, não para, é um rio que flui, só que naquele momento estava represado de maneira eficiente pela máquina repressiva.

De 1964 até meados de 1975, raras abordagens sobre o tema, só permitiam a publicação do que falava sobre e o era depreciativo ao “inimigo” homossexual, as matérias eram sempre aquelas que relacionavam o homossexual a um doente, pervertido, assassino, coincidente com o discurso universal sobre o homossexual. Citamos aqui textos que mantêm uma relação de sentido e produzidos na mesma época sob as mesmas condições de produção, portanto citamos algumas matérias para atestar essa estrutura do discurso homossexual.

De acordo com Okita (2007, p. 85 e 86):

Na grande imprensa, a questão da homossexualidade está sempre ligada à criminalidade. Os jornais dedicam ao noticiário policial, principalmente, colocam-se claramente anti-homossexuais, promovendo os crimes praticados por eles e usando uma linguagem desmoralizadora e agressiva ao se referir a esses casos. Jamais se lê uma manchete: “Heterossexual mata amante”. Poucos noticiam sobre os crimes praticados contra os homossexuais, que são sempre agredidos nas ruas, moral e fisicamente, fazendo aumentar ainda mais o desinteresse da sociedade, a qual além de não dar a mínima atenção para estes fatos, recebe até com simpatia e humor essas agressões.

Essa visão cômica dos homossexuais é muito promovida pelos “fabricantes de cultura”. No cinema, teatro, TV, ele ou ela é sempre um sujeito estereotipado, cheio de trejeitos e melindres, sem outros sentimentos que não seja sexo. É visto como algo que provoca risos e não como uma pessoa como todas as outras, como um oprimido igual a todos.

Principalmente depois de 1968, a ditadura esmerou-se em retirar dos vídeos a figura do homossexual, mesmo quando estereotipado. Na novela “Espelho Mágico”, a travesti Rogéria foi proibida de continuar no elenco. Já na “Hora do Bolinha” pode-se até fazer concurso da “mais linda travesti” e os jornais de hoje trazem a estampa de um costureiro famoso vendendo apartamento para “pessoas de classe”.

Alguns filmes que se propuseram a discutir a questão homossexual seriamente, sem apelos comerciais, estão metidos pela Censura.

A partir de 1969, inicia-se a censura prévia atuando dentro dos veículos, “cortando” matérias, endurecendo o tratamento, fechando jornais, prendendo pessoas, buscando seus inimigos em um período de treva total que irá se estender até meados de 1975 quando a censura começa a arrefecer.

Pesquisando o acervo da Folha de São Paulo, quando digitamos a expressão “homossexual”, tem-se a seguinte evolução: em 1970, são 12 páginas; em 1971, são 11 páginas; em 1972, são 38; em 1973, são 22; em 1974, são 16; em 1975, são 42; em 1976, são 66; em 1977, são 72 e, em 1979, são 148 páginas.

Embora se perceba que há um interesse maior pela temática homossexual, até meados de 1975, o sujeito homossexual é somente falado, não fala, não assume uma posição de sujeito homossexual, ou melhor, lhe é reservada uma posição social de pária da sociedade. Pelas matérias jornalísticas da “Folha de São Paulo” que abordam o tema homossexual,

analisadas desse período da ditadura, percebe-se que vários filmes são exibidos nos cinemas, algumas peças são montadas nos teatros, poucos livros são colocados à venda nas livrarias, matérias/crônicas de cunho político e policial são publicadas, mas sempre o homossexual é do exterior, é sempre o outro, nunca o homossexual é o nativo. Por meio dos textos jornalísticos, o homossexual não existia no país nessa época, ou o pouco que havia eram os ocupantes das páginas policiais; o homossexual é associado às doenças e ao banditismo.

É citado sempre como um assassino, como pervertido sexual, como bandido nos filmes, geralmente americanos. Essa era a formação imaginária “construída” pela ideologia do regime militar com sua censura e suas leis de exceção, ou seja, a imagem do homossexual na sociedade até por volta de 1975.

Diante da guerra declarada, os militares usam de diversas estratégias para ganhá-la. Uma delas, já citada acima, são os procedimentos de cassação de direitos políticos, de banimentos, de prisões e de torturas; e a outra foi o de implantar a censura institucional, com leis de exceção como a Lei de Imprensa no intuito de “controlar” o discurso.

O homossexual é o inimigo do capitalismo, das ciências e da religião católica e há a necessidade de “controlar” seu discurso.

A interdição do discurso, por meio da censura, é poderosa e eficiente; é exercida de forma tão efetiva que impede o indivíduo homossexual de se inscrever em uma formação discursiva, de se individualizar como queria, de se subjetivar. Sem possibilidade de inscrever-se em uma formação discursiva, fica sem voz, com dificuldade de se colocar na mídia e de mudar sua imagem na sociedade.

De acordo com Chauí (1984), para Marx, a ideologia era uma tapeação idealista. De fato, por muito tempo, a ideologia ocupou um lugar de vilã nas ciências sociais. Na reeleitura que Althusser (1985) faz da teoria marxista, o sujeito é interpelado pela ideologia. Só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito e que o homem é por natureza um animal ideológico. “... quero assinalar que você e eu já somos sempre sujeito e que, enquanto tais, praticamos ininterruptamente os rituais do reconhecimento ideológico, que nos garantem que de fato somos sujeitos concretos, individuais inconfundíveis e (obviamente) insubstituíveis”. (ALTHUSSER, 1985, p. 95).

Para Orlandi (2009), a ideologia não é uma ocultação da realidade, uma tapeação, ela é constitutiva da linguagem e do sujeito. É pela ideologia que experimentamos uma evidência do sentido, como se eles já estivessem lá, como que não pudesse ser outra maneira, o que a autora chama de esquecimento número 1 ou esquecimento ideológico, a ilusão de que somos a origem do que dizemos.

A ideologia é anterior ao sujeito e exterior a ele, é da sociedade, é ela que nos fornece nosso dispositivo ideológico, nosso conjunto de crenças, nosso sentido de vida, nossa noção de moral. A ideologia, em geral, não tem história, ou melhor, ela é omni-histórica, já que sua estrutura e seu funcionamento estão presentes em toda a história, isto é, na história de todas as sociedades. Para Althusser (1985), o objeto da ideologia não é o mundo, mas a relação do sujeito como o mundo, ou, mais precisamente, com suas condições reais de existência. Em cada indivíduo concreto, essa ideologia é material, regulada por rituais materiais, definidos pelo aparelho ideológico material.

Somente com a possibilidade de transitar pelas formações discursivas que o regime permitia, pois há uma interdição expressa feita pela censura, o que vai ocasionar um apagamento do sujeito homossexual. O assujeitamento ideológico é constitutivo da linguagem como já citamos e imprescindível para que o indivíduo se constitua em sujeito e ocupe seu lugar social no discurso. Há um apagamento desse sujeito que se dá pelo discurso que circula sobre ele e com o qual ele não quer mais se identificar.

Des-superficializando a palavra homossexual, vamos encontrar o seu antônimo, a palavra “heterossexual” e, nos textos analisados, não encontramos a palavra heterossexual explicitada, nunca se diz “eu sou heterossexual” ou “assumo ser heterossexual”, mas, pelo narrado acima, fica evidenciado que ela está fazendo sentido, está ausente/presente, exercendo um efeito de evidência, de certo modo tão ideologicamente estabilizado, que não precisa ser dita, funciona como um axioma - não se precisa dizer que é heterossexual, mas se precisa dizer que é homossexual. Como já dito, os heterossexuais assumem formações discursivas que se tornam quase impossíveis de serem contrapostas.

É nessa batalha política que vamos encontrar as condições de produção do discurso sobre o homossexual. De um lado, as formações discursivas da direita e, do outro, as da esquerda. É do embate delas que se vai construir o imaginário do brasileiro acerca do discurso sexual, em especial do homossexual, de 1964 até aproximadamente 1983. Essa estrutura semântica é perversa ao homossexual e somente uma mudança nessas condições poderá proporcionar um “furo” nessa rede de sentidos já estabilizados e proporcionar algum tipo de mudança.

3.2 Segundo recorte

F2: Depois da desanimadora proibição do Relatório Hite, que procura expropriar as mulheres brasileiras de sua própria condição, é a vez do homossexualismo ser definido (e punido) como atentado à moral e aos bons costumes. O processo movido

contra 10 editores do jornal “Lampião”, entretanto, encontra resistências e repercussões insuspeitadas – “Nós sabíamos da existência, nesse país, de boas pessoas, boas cabeças, gente de caráter, mas não sabíamos que fossem tantas”, dizem os editores, sinal de que, depois dos últimos 10 anos, a formação social brasileira, também na área de costumes, “já não é mais aquela”.

Aguinaldo Silva, Francisco Bittencourt, Adão Costa e Antônio Crysóstomo, outros editores processados são Jean-Claude Bernadet, Peter Fry, João Silvério Trevisan, Darcy Penteado, Gaspariano Damata e Clóvis Marques. Mostram como esse processo mais do que típico, é revelador. Ocorre que o homossexualismo não é crime enquadrado no Código de Processo Penal.

[...]

Nos interrogatórios a que foram submetidos, os policiais exibiram exemplares do jornal “analisado”: rabiscos, anotações à margem, recortes. As grandes implicâncias não foram só com as matérias sobre o homossexualismo, mas também sobre a violência dos maridos contra as mulheres casadas, a discriminação racial, etc. Os interrogatórios foram desconcertantes. “Eles ficaram cheios de dedos, não sabiam o que fazer, perguntaram como a gente gostaria de ser tratados: Na certa esperavam pessoas culpadas, ensimesmadas. A nossa franqueza desarmou-os. O DOPS tampouco esperava que “homossexual” viessem depor com o respaldo dos advogados da Associação Brasileira de Imprensa e do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, além do recém-eleito deputado Federal Modesto da Silveira.

[...]

“O homossexualismo existente em “Lampião” quer ser entendido como “um esforço de pensar a dominação sexual”. Subvertendo os clichês de pessoas deprimidas, amarguradas, pervertidas, culpadas, infelizes, a imagem dominante, o cruzamento Rogéria, o travesti, com o humor discriminatório do tipo “Os Trapalhões”. Para seus editores, a imprensa gay na maioria reproduz e mantém o homossexual nesse lugar simbólico e social”. (Grifos nossos) (FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Ilustrada, 1979, p. 33).

3.2.1 Mudanças na estrutura do discurso: condições para o furo

A Análise de Discurso reelabora a noção de formação discursiva derivada de Foucault, como já citado. O discurso, para esse autor, tem uma estrutura fixa, visto que, ao se inscrever, inconscientemente, em uma formação discursiva, o sujeito se tornaria escravo dela e só poderia repetir sua formação semiótica, não abrindo espaço para a criação.

Para a Análise de Discurso, o discurso tem uma estrutura mais ou menos fixa, mas não rígida, ditada pela formação discursiva na qual o sujeito se inscreve. Para Pêcheux, “ela supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possam detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negadas”. (PÊCHEUX, 2008, p. 56). Muito embora a linguagem e o sujeito sejam incompletos, o processo de significação não é caótico, nem casuístico, é regido por determinadas regras, e

está organizado em relações, na memória, no interdiscurso. Mesmo “controlado” pela formação discursiva, paradoxalmente, o discurso não tem controle, ele vaza, é como se fosse um rio, que de vez em quando, extravasa, foge do curso, traça outros caminhos, “ ... todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. (PÊCHEUX, 2008. p. 53). Daí, a noção de estrutura e de acontecimento.

As ciências da interpretação, em nome de um rigor científico, sempre trataram esse acontecimento como um furo, como uma exceção, como metalinguagem. Na Análise de Discurso, ele não é furo, ele é constitutivo da linguagem.

“O objeto da linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida *a priori*, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações”. (PECHÊUX, 2008, p. 51). Entendemos por “higiene pedagógica” a própria censura institucionalizada pelo Estado e, em certa medida, também pelo jornal com seu manual de redação.

Portanto, o jogo da linguagem é um processo, de idas e vindas, que discursivamente podemos chamar de processos parafrásticos e polissêmicos (ORLANDI, 2009). O processo parafrástico é aquele no qual age a memória, o já-dito, o estabilizado, enquanto que, no processo polissêmico, há o deslocamento do sentido, produzindo novos sentidos.

Pela noção de paráfrase e de polissemia citada acima, podemos trabalhar com a noção de produtividade e de criatividade, o que de fato é novo, criativo e o que simplesmente retoma discursos antigos, só reproduzindo, sem produzir nada de novo. Além de procurar compreender o político, buscando sua evidência no linguístico, constituem um sujeito e um sentido ideologicamente determinados pelas formações discursivas eleitas pelos sujeitos.

“Como o sujeito (e os sentidos), pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente. Entre o efêmero e o que se eternaliza. Num espaço fortemente regido pela simbolização das relações de poder” (ORLANDI, 2009, p. 38).

Na estrutura do discurso sobre o homossexual que está circulando na mídia, encontra-se o sentido semanticamente estabilizado, coincidindo com o universal acerca da homossexualidade, que reserva ao homossexual um lugar de pária da sociedade, como demonstramos ao analisarmos o F1.

3.2.1.2 As mudanças econômicas da década de 1970

De um lado, as formações discursivas que sustentam o discurso da direita, do regime, já compreendidas ao analisarmos o F-1, ou seja, os militares se inscreveram nas formações discursivas da direita, como pátria, família, liberdade, ordem, desenvolvimento econômico, combate à inflação e à corrupção moral.

O golpe militar foi estruturado semanticamente com um discurso de estimular o crescimento, combater a inflação e a corrupção moral para proteger a pátria e a família em nome de Deus.

Por volta dos anos 1970, o “milagre econômico” dos anos anteriores já não consegue repetir as mesmas taxas de crescimento da década passada e a inflação inicia uma escala exponencial, conforme Baer (1987).

TABELA 1

BRASIL: TAXAS REAIS DE CRESCIMENTO E TAXAS DE INFLAÇÃO (1968-1985)

	PIB	Indústria	Agricultura	Medidas de inflação		
				Índice Geral de Preços	Preços no Atacado	Preços ao Consumidor
1968	11,2	13,3	4,5	25,5	24,2	24,5
1969	10,0	12,2	3,8	21,4	21,6	24,2
1970	8,8	10,4	1,0	19,8	19,4	20,9
1971	12,0	12,0	11,3	18,7	20,0	18,1
1972	11,1	13,0	4,1	16,8	17,7	14,0
1973	13,6	16,3	3,6	16,2	16,7	13,0
1974	9,7	9,2	8,2	33,8	34,1	33,8
1975	5,4	5,9	4,8	30,1	30,6	31,2
1976	9,7	12,4	2,9	48,2	48,1	44,8
1977	5,7	3,9	11,8	38,6	35,3	43,1
1978	5,0	7,2	-2,6	40,5	42,3	38,7
1979	6,4	6,4	5,0	76,8	79,5	76,0
1980	7,2	7,9	6,3	110,2	100,8	86,3
1981	-1,6	-5,5	6,4	95,2	112,8	100,6
1982	0,9	0,6	-2,5	99,7	97,6	101,8
1983	-3,2	-6,8	2,2	211,0	234,0	177,9
1984	4,5	6,0	3,2	223,8	230,3	208,7
1985	8,3	9,0	8,8	235,1	225,7	248,5

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Conjuntura Econômica.

Quando o crescimento não corresponde ao que a sociedade esperava e a inflação retorna com força total, aquela estrutura ideológica que dava a sensação de certeza começa a ser questionada. Nesse período, tudo se torna duvidoso, surgem as incertezas. É duvidoso porque as formações discursivas - ideológicas do golpe na questão econômica já são passíveis de serem questionadas. A inflação está de volta e o crescimento não é mais um milagre. A

ideologia falha e era ela que dava legitimidade ao processo discursivo. Quando ela falha, o processo se torna duvidoso. Aqui também podemos deslizar o duvidoso para a noção de ilegítimo, o que dá legitimidade é a ideologia. É a ideologia que organiza o mundo e o torna semanticamente organizado. Tendemos a essa estabilidade semântica como ensina Pêcheux, 2008, p. 33:

O sujeito pragmático - isto é, cada um de nós, os “simples particulares” face às diversas urgências da vida - tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica: isto se marca pela existência de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência (por exemplo, em nossa civilização, o porta-notas, as chaves, a agenda, os papéis, etc) até as grandes decisões da vida social e afetiva (eu decido fazer isto e não aquilo, de responder a X e não a Y, etc...) passando por todo o contexto sócio-técnico dos “aparelhos domésticos” (isto é, a série dos objetos que adquirimos e que aprendemos a fazer funcionar, que jogamos e que substituímos)....

Portanto, busca-se uma ideologia para se viver, como nos diz a música de Cazuza “Ideologia”, em seu conhecido refrão, “eu quero uma para viver” e essa ideologia era dada pelo Golpe e por suas formações discursivas e que começa a falhar no tocante às promessas econômicas.

3.2.1.3 A família brasileira a partir de 1960: pílula anticoncepcional

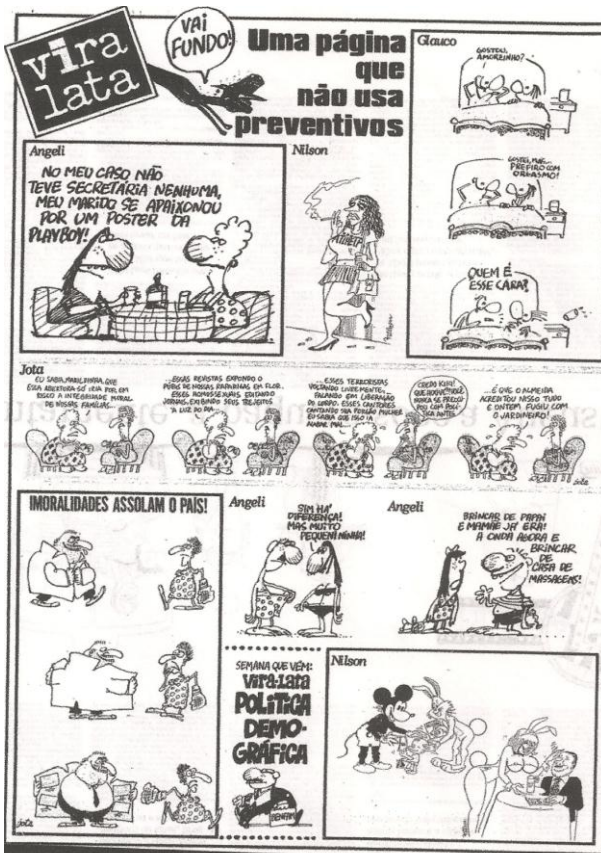


Figura 5 - Tirinhas ilustrativas publicadas na Folha de São Paulo, 1977

A pílula anticoncepcional surgiu em 1958. Conforme Pedro (2003, p. 1):

No Brasil — assim como nos países do terceiro mundo —, a divulgação dos métodos contraceptivos modernos, entre estes os das pílulas anticoncepcionais, fez parte de políticas internacionais voltadas para a redução da população. Isto foi muito diferente do que ocorreu com mulheres de países europeus, cujas políticas natalistas tinham adquirido muita força após as guerras mundiais. Assim, enquanto em lugares como a França a pílula somente foi liberada para consumo em 1967, no Brasil a pílula anticoncepcional e o DIU foram comercializados sem entraves desde o início da década de 60.

Portanto, esse método aporta primeiro nos países subdesenvolvidos como política de governo. A adoção do uso da pílula está relacionada à guerra fria e teve relação direta com a Revolução Cubana de 1959. A política externa norte-americana passou a considerar a América Latina como um local propício para as atividades da U.R.S.S., pois aliavam altas taxas de aumento populacional e pobreza.

Conforme a mesma autora

Nas décadas de sessenta e setenta, em vez de revoluções comunistas, o Brasil e diversos países da América Latina tiveram a implantação de várias ditaduras militares. Estas impediram manifestações, definiram um percurso histórico na direção da sociedade capitalista, e receberam pressões de organismos internacionais para a adoção de políticas antinatalistas.

Devemos lembrar que o discurso em torno da sexualidade está interdito e o efeito de sentido se dá de modo diferente nos países europeus, onde há democracia e liberdade e, no Brasil, sob a égide do regime militar e suas estratégias de controle do discurso. Na Europa, ele toma o sentido de relações de gênero, ao passo que no Brasil se tornou como “experimental”, ou seja, como um local de testes, campo de prova. Ainda conforme Pedro (2003, p. 1):

Para as mulheres que viviam em países nos quais a cidadania era respeitada minimamente, como na França, o período que se iniciou em 1960 apresentou repercussões e mudanças que provocaram intensas transformações nas relações de gênero. Uma parcela destas transformações teve como pano de fundo a disponibilidade dos contraceptivos modernos, que separaram, de forma mais eficiente do que em qualquer outro período da história, a sexualidade da reprodução. No Brasil, este momento foi vivido como expansão de "campo de prova", como preocupação com a expansão da população pobre, e também com o perigo subversivo que esta pobreza poderia trazer.

Em função da interdição do discurso pelos militares, o debate sobre as questões de gênero, como se deu nos países desenvolvidos, não circula no Brasil.

Nos países com liberdade de expressão, esse embate discursivo colocou, de um lado, mulheres e do outro, homens, e questionou a dominação sexual masculina e o sexo somente para a reprodução. Esse movimento discursivo que ocorreu nos países democráticos altera o sentido semanticamente estabilizado de sexo para a reprodução e desliza para outros sentidos, do sexo por prazer, por exemplo.

Embora, no Brasil, o discurso esteja interdito, ele está circulando no mundo, as pessoas têm contato com o que está ocorrendo na Europa e em outros lugares. Essa memória funciona como um depósito latente que, embora não possa repercutir explicitamente aqui no Brasil, por efeito de uma interdição artificial, esse discurso irá irromper em algum momento, e irrompe, precisamente, quando a ditadura afrouxa seus controles.

Esse deslocamento de sentido do sexo para a reprodução para o sexo pelo prazer pode ser observado quando lemos este trecho a respeito dos relatórios sobre sexualidade no séc. XX:

Entre estes estudos do século XX, três em especial obtiveram repercussão mundial: os relatórios Kinsey (1948 e 1953), os relatórios Masters & Johnson (1966 e 1970) e os relatórios Hite (1976 e 1981). O relatório Hite sobre a sexualidade feminina obteve repercussão ao divulgar, através de relatos das próprias mulheres, a extraordinária capacidade orgástica clitoriana e a ênfase na masturbação como fonte de satisfação sexual, fato já levantado por Kinsey, mas muito explorado e valorizado por Hite.¹¹

O relatório Hite destaca o prazer das mulheres no sexo. O que está em jogo não é só o prazer das mulheres, mas o prazer no sexo. Discursivamente, a introdução do prazer no debate sexual possibilita a entrada do homossexual no discurso, aliás, mulheres, negros e homossexuais, são parceiros nas lutas sociais, são as minorias que, na visão de Deleuze (1992, p.214), se define como “as minorias e as majorias não se distinguem pelo número. Uma minoria pode ser mais numerosa que uma maioria. O que define a maioria é um modelo ao qual preciso estar conforme”.

As mulheres, os negros e os homossexuais, estavam disformes em relação ao que a maioria considerava normal; tinham os mesmos inimigos e, discursivamente, ocupavam as mesmas posições, o mesmo campo de resistência, de antagonistas do regime, portanto. Havia uma proximidade entre esses movimentos. Eles caminharam juntos por um longo período de movimentação social e política na história recente deste País como veremos mais à frente.

¹¹ Disponível <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST33/Tito_Sena_33.pdf> Acesso em 01/09/2012.

À medida que o sentido do sexo somente para a reprodução se desloca para o sentido de também ser praticado por prazer, permite-se a entrada do homossexual nessa cadeia semântica.

Com a luta das mulheres pela igualdade de gênero, a família sofre alterações e o patriarcado tem suas posições machistas questionadas. Esse embate vai possibilitar em 1977 a aprovação da Lei do Divórcio que, a princípio, somente o homem poderia pleitear o instituto, mas que, mesmo antes de ser aprovada na Câmara Federal, teve que ser emendada para possibilitar que ambos os sexos pudessem pleitear tal lei, já demonstrava que as mulheres e a sociedade brasileira, em se tratando de costumes, já não eram as mesmas.

Essa conformação de família patriarcal, tida como semanticamente estabilizada, em que o homem é o provedor e a mulher é aquela que cuida da casa e da criação dos filhos, pregada pela Igreja Católica e que, por um efeito ideológico, é tida como única conformação possível de existir, ou seja, a única que desfruta de legitimidade, de certeza, passa a ser questionada e outras conformações possíveis, diferentes daquelas, passam a ser consideradas.

Portanto aquela estrutura semântica-ideológica que atuava com formações discursivas em defesa da família patriarcal e heterossexual sofre também um questionamento, é colocada em dúvida. O golpe militar que estava solidamente alicerçado nessas formações discursivas tem dificuldades de sustentação no âmbito da família e de seus costumes morais.

3.2.1.4 Os movimentos políticos da década de 1960

Com o *slogan* “é proibido proibir”, uma geração questiona o poder. No final dos anos de 1960, San Francisco nos E.U.A, cidade portuária, se torna berço do movimento hippie, que pregava a paz e o amor e questionava a Guerra do Vietnã, por meio do poder da flor (*Flower Power*), do movimento negro (*Black Power*), do gay (*Gay Power*), e da liberação da mulher (*Women´s Power*).

O movimento *gay* americano, conhecido como *Gay Power*, é organizado e funciona fazendo pressão política e lutando por direitos civis. Essa luta política se inicia em 28 de julho de 1969, quando da invasão de um bar homossexual chamado de *Stonewall Inn* pela polícia de New York, durante a qual os travestis reagiram às provocações da polícia e trancaram os policiais dentro do bar, atacando aqueles que tentavam sair. Foram quatro noites de ataques violentos de ambas as partes. A partir daí, os homossexuais começaram a se organizar e criaram uma associação chamada Frente de Libertação Homossexual.

De acordo com Okita (2007), no aniversário de *Stonewall*, dez mil manifestantes saíram às ruas gritando o slogan “ser homossexual é bom” e essa passeata militante teve uma repercussão importante. A partir dela, outras se organizaram em várias partes do mundo.

San Francisco se torna um reduto dos *gays*, onde estes gozam de relativa liberdade, fugindo de outras regiões que são hostis aos homossexuais. Nessa cidade, em 1977, os *gays*, revoltados com o assassinato de um homossexual por três adolescentes, saíram às ruas com mais de 250 mil pessoas perdendo somente em números para a passeata do meio milhão em Washington contra a Guerra do Vietnã. Várias são as manifestações homossexuais durante a década de 1970 em San Francisco, bem como em outras cidades americanas. Os homossexuais fazem alianças com outros grupos minoritários, conforme Okita (2007, p. 70)

Neste contexto, a luta dos homossexuais tornou-se comum aos vários grupos contestadores da ordem social, assim como os homossexuais ficou clara a necessidade de encampar as lutas dos outros setores oprimidos. Assim aumenta a participação das organizações homossexuais nas lutas feministas, anti-racistas, antinucleares e no boicote contra governos ditatoriais.

Esse discurso vai repercutir no Brasil como veremos mais à frente. Além do movimento *gay* americano, a crise estudantil na França, em maio de 1968, contestava a forma de dominação vigente na sociedade e questionava seus sistemas educacionais, culturais, morais e estéticos.¹² Esses movimentos estão ocorrendo no mundo todo e são constituintes do discurso. Não podem ser elididos, mas, sim, considerados. São movimentos políticos, de luta de classes, de formações discursivas que questionam o semanticamente estabilizado e que aqui no Brasil estavam represados, latentes e que, a partir do momento de arrefecimento da censura prévia, passam a forçar as paredes dessa estrutura.

A partir de 1975, começaram a circular as colunas (são várias) do Paulo Francis que falavam da vida homossexual dos americanos, do *Gay Power*, principalmente de San Francisco e Nova York, como a da “Última Instância” de 30/03/1976, 1º Caderno, p. 7 (anexo), que fala de um poderoso *lobby* homossexual. A maioria dessas crônicas cita um modo de vida glamouroso e a influência política dos homossexuais. Em outra matéria com o título “Um dia para os homossexuais”, do dia 14/06/1976, Ilustrada, p. 7 (anexo), o governador da Pensilvânia decretou uma semana de comemoração do orgulho *gay*. Aqui transcrevem-se trechos da matéria, destacando a fala do referido governador :

¹² Texto completo em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/anos60.htm>>

Como governador do estado da Pensilvânia, desta maneira manifesto meu apoio à **igualdade** para todos os **grupos minoritários** que lutam pela **justiça social** e dedico a ‘semana do **orgulho homossexual**’ a estes objetivos”. (grifamos algumas palavras que aparecerão sempre na vindoura batalha dos homossexuais).

Em outra matéria do dia 23/05/1979, 1º Caderno, p. 9 (anexo), “Revolta homossexual agita San Francisco” em que milhares de membros homossexuais protestavam violentamente pelas ruas dessa cidade americana.

Conforme Okita (2007, p. 87):

O reflexo deste movimento mundial no Brasil foi a radicalização do movimento estudantil, que se tornaria ponta de lança no enfrentamento da ditadura. Em nível cultural, toda essa mobilização vai refletir no surgimento do movimento tropicalista, que traz para o campo das artes, e principalmente o da música, toda a gama de contestação ao sistema. As palavras de Caetano Veloso, “É proibido, proibir”, não só refletiram todo conteúdo contestatório do movimento estudantil, violentamente reprimido, como também apontava uma revolta contra toda a rigidez moral da sociedade.

3.2.1.5 Furo na ideologia do golpe

Essas formações discursivas, que davam sustentação ao golpe e que denotavam o sentido de ordem e desenvolvimento a qualquer custo, às relacionadas à família com suas normas de cunho moral, abstratas e vagas; bem como, aquelas relacionadas ao poder, de mesmo modo, estabilizadas ideologicamente, passam a ser questionadas. Outro modo de exercer o poder passa a ser considerado. Esse novo modo não é o dos militares. Muito embora eles falassem em democracia, era uma falsa democracia que perseguia, torturava, deportava e matava seus opositores, era na realidade a ditadura.

Como já explicitado, a censura prévia deixa de ser praticada em meados de 1975, ficando restrita a poucos jornais, precisamente a três, até sua eliminação com a revogação do AI-5 em 1979, e que Okita (2007) chama de “meia-abertura”.

A censura realizava seu trabalho de maneira eficiente e interditava o discurso. É fato que a ditadura ainda persiste, vai sair de cena em 1985 com a eleição de um civil e o País se redemocratiza definitivamente em 1988 com a nova Constituição. O represamento artificial do discurso impede que mudanças sociais ocorridas no final da década de 1960 e início da década de 1970, precisamente até por volta de 1975, não se refletiam no discurso. Com o abrandamento da censura prévia em 1975 e sua eliminação com a extinção do AI-5, é o fato que permite ao discurso da oposição voltar a fluir quase que “normalmente”, pois ainda pairava um clima de desconfiança das reais intenções dos militares e as ameaças da Lei de

Imprensa. “Com a censura prévia, se ela vier, ‘Lampião’ acaba”. Aguinaldo arrisca uma previsão: “Como a máquina repressiva não vai mesmo ser desmontada, precisará ser azeitada. Se lhe restringirem a atuação política, ela pode perfeitamente concentrar-se na área de costumes” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1979).

No momento dessa fala extraída do texto-base, a censura prévia já não era exercida, portanto, “se ela vier”, é, se ela voltar. A prática da censura é parte crucial que possibilita manter essa estrutura funcionando, pois interdita a discursividade artificialmente com sua assepsia pedagógica. O fim da censura prévia permite que o discurso da oposição comece a fluir e a refletir as mudanças sociais iniciadas por volta da década de 1960, permite o furo na ideologia.

Portanto, as formações discursivas nas quais se assentou o golpe já não davam sustentação perante a sociedade e a ideologia do golpe começa a falhar, o discurso perde legitimidade. Aquela necessidade do semanticamente estabilizado que todos temos para dar aquela sensação de rotina, de perfeição, de certeza proporcionada pela ideologia do golpe, sofre uma desestruturação. A perda da legitimidade discursiva e o fim da censura prévia provocam o furo.

Não foi somente uma abertura política, mas discursiva. Esse “descuido” da ideologia do golpe cria condições para o furo, para o acontecimento, para o novo. Como ensina Pêcheux (2008), é o ponto de encontro entre a atualidade e a memória que permite a inauguração de uma nova rede de dizeres e de sentido que rompem a estrutura.

Então, com o arrefecimento da censura e com a abertura político-discursiva, novos sentidos que estavam represados são liberados. Há um furo nessa estrutura o qual permite que a esquerda se inscreva em formações discursivas que possa equilibrar as “armas” nessa batalha ideológica. O que dava clareza - a ideologia da ditadura, de inspiração direitista e capitalista - para essa estrutura, com suas formações discursivas como: ordem, desenvolvimento, combate à inflação e à corrupção moral, pela família, pela pátria, dentre outras, passam a ser questionadas. É por isso que o título da matéria alude a um processo duvidoso. É duvidoso porque, enquanto a ideologia do golpe reinava impoluta, por um efeito de evidência, ele era claro (pelo efeito dos esquecimentos); quando ocorre um furo nessa ideologia, aquilo que era claro se torna duvidoso, ilegítimo, impróprio, embora fosse legal, dentro das normas jurídicas da época. Esse processo não é só jurídico, mas, acima de tudo, social, e desperta nas pessoas “resistências e repercussões insuspeitadas” e em um número expressivo de pessoas “Nós sabíamos da existência, nesse País, de boas pessoas, boas cabeças, gente de caráter, mas não sabíamos que fossem tantas”. Essa parcela da sociedade

começa a questionar a legitimidade do golpe. Essas pessoas sempre existiram, mas, por um efeito ideológico, não se manifestavam, acreditavam que aquele modo dos militares agirem era naturalmente legítimo, tinha que ser daquela forma mesmo. Quando ocorre o furo, com a dúvida, essas pessoas passam a questionar essa estrutura, a duvidar dela. Com a dúvida, inicia-se o embate discursivo: de um lado, as formações discursivas da direita e de outro, agora sim, com possibilidade de serem compreendidas, as formações da esquerda tais como: libertação - que aqui é diferente de liberdade -; luta, abaixo a opressão, solidariedade, movimento, ativismo, participação, respeito, orgulho. A esquerda passa a ter voz, com um discurso relativamente mais compreensível e aceito. Com ela, todas as minorias, dentre elas, está o homossexual. Ao se inscrever nas formações discursivas da esquerda, o homossexual encontra certa força discursiva, pois não está sozinho, está dentro de um “processo discursivo” que congrega as minorias, as mulheres, os negros, os índios, os trabalhadores e os políticos perseguidos pelo regime que passaram a usar as mesmas formações discursivas e o mesmo modo de resistência. É importante essa proteção já que todo aquele que fala se torna responsável pelos seus atos ou atitudes frente à fórmula de sujeito de direito e deveres, sujeito jurídico. Além da proteção jurídica, considera-se também a proteção política, como podemos compreender ao ler este trecho do nosso texto-base:

O DOPS tampouco esperava que “homossexuais” viessem depor com o respaldo dos advogados da Associação Brasileira de Imprensa e do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, além do recém-eleito deputado Federal Modesto da Silveira.

As minorias - homossexuais, mulheres, negros, índios e trabalhadores - agora de posse de um discurso funcionando como pré-construído, como afirma Pêcheux (2009, p. 159), “aquilo que todo mundo sabe”, e capaz de se contrapor ao discurso dominante passa ao embate discursivo e a fazer manifestações políticas com suas reivindicações, como podemos ler neste trecho de Okita (2007, p. 92/93):

Havia uma certa apreensão, por parte dos ativistas, em relação à reação dos operários a essa atuação inédita na história do país, mas quando os cinquenta homossexuais (homens e mulheres) entraram no Estádio de Vila Euclides, a reação dos cem mil operários ali reunidos foi das mais inesperadas. Aplaudiram vivamente o grupo que portava duas faixas: “Contra a discriminação nos sindicatos” e “Contra a discriminação do trabalhador (a) homossexual”.

As manifestações estudantis e populares aumentam com faixas pedindo “Anistia Para Todos”, “Fim das Prisões e Torturas”, “Pelas Liberdades Democráticas”, dentre outras. Essas manifestações políticas configuram o campo perfeito para o embate discursivo e esse

embate se dá por frases. Isso só foi possível porque houve a ruptura discursiva e o surgimento de outro discurso, conforme matéria publicada na Folha de São Paulo com título: Reunião e pintura de faixas e cartazes e Concentração não foi vetada e passeata será impedida. (FOLHA DE SÃO PAULO, 05 de maio de 1977, 1º caderno, p. 28 - anexo).

Em face do comprometimento ideológico discursivo do golpe e após muita luta dos opositores, os militares ficam enfraquecidos discursivamente. Portanto, com pouco apoio popular, se torna plausível a abertura política com a retirada gradual de cena, o que se inicia com o arrefecimento da censura prévia a partir de 1975 com sua eliminação com a revogação do instrumento mais perverso da ditadura, o AI-5 e debates em torno da anistia, que vêm em 1979, e a eleição de um civil, que vem em 1985. Portanto, o que dá legitimidade é a ideologia e, quando ela falha, o discurso se torna ilegítimo, aquilo que é duvidoso perde sustentação.

É nesse período que o discurso flui e as conquistas políticas e sociais são possíveis. É nessa época, entre 1975 e 1983, que é aprovada a Lei do Divórcio em 1977, já mencionada; a Lei da Anistia em 1979; a criação do Partido dos Trabalhadores de inspiração esquerdista rompendo com o bi-partidarismo em 1980.

É nesse período também que se organizam os grupos de resistência dos homossexuais, os encontros temáticos, dentre outros eventos. De acordo com Okita (2007), foi em 1977, com a vinda de Winston Leyland, editor da revista americana *Gay Sunshine*, que desencadeou esse processo de movimentação dos homossexuais brasileiros e foi sua visita que provocou uma série de reuniões de um grupo de escritores, jornalistas e intelectuais, que resolveram editar o jornal *Lampião*, que é aquele que ilustra a reportagem que vem a ser nosso texto-base: “*Lampião*, um processo duvidoso”. É de 1979 a criação do grupo “Somos-Grupo de Afirmação Homossexual” que participava de debates na USP e, em 1980, o I encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais é realizado em São Paulo, durante a Semana Santa daquele ano, dentre outros. Pelo que afirma Okita (2007), é possível relacionar o movimento *gay* brasileiro com o *Gay Power* americano.

Essa mudança nas condições de produção altera as relações de força e poder, permitindo que as formações discursivas que se contrapunham as àquelas do golpe começassem a fazer sentido entre os interlocutores – para que uma palavra faça sentido, é preciso que ela já tenha sentido antes, é o interdiscurso - e permitissem que aqueles que se contrapunham ao golpe, dentre eles, o homossexual de se inscreverem em uma formação discursiva dada e ocupassem um lugar social no discurso; já não se fala sobre ele, mas ele fala. Conforme Orlandi (2008), “Não existe discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia” e o indivíduo homossexual, no texto-base representado pelas falas aspadas, se

constitui sujeito de seu discurso porque agora tem a possibilidade de se assujeitar ideologicamente às formações discursivas capazes de contrapor às formações discursivas de seu inimigo. Ele já tem voz, inaugurando aí a discursividade.

O indivíduo homossexual ocupa uma posição sujeito homossexual, é autor, tanto o é, que é processado judicialmente e individualizado pelo Estado, sujeito de direito e deveres, conceito de sujeito preponderante no capitalismo e hegemônico até nos dias de hoje. O jornal é uma instituição social e também individualiza o sujeito, sempre as matérias trazem o nome completo da pessoa, seguida da sua idade, profissão e “homossexual”.

Aparece o nome completo de pessoas: “Aguinaldo Silva, Francisco Bittencourt, Adão Costa e Antônio Crysóstomo, outros editores processados são Jean-Claude Bernadet, Peter Fry, João Silvério Trevisan, Darcy Pentead, Gaspariano Damata e Clóvis Marques”. É a presença do outro no discurso relatado, é a sua inscrição na cadeia discursiva. Podemos perceber a presença do outro no discurso também nos trechos aspidados, no texto-base. O jornalista recorre com certa frequência às aspas, é o sinal da presença do outro; agora o sujeito já não é falado, ele fala também e são homossexuais assumidos e militantes.

O discurso é efeito de sentido entre locutores e, em relação ao discurso, o sujeito ocupa posições, que não são empíricas (físicas), mas a projeção imaginária, simbólica que tem a ver com a ideologia. Essas projeções imaginárias são resultado das formações imaginárias (relação de força, de sentido, de antecipação) que o sujeito faz dele mesmo, do outro e da sociedade e vice-versa. É desse jogo que surgem as posições sujeitos. Quanto ao homossexual, qual a imagem que a sociedade faz dele? Qual imagem ele faz dele mesmo e do heterossexual, e vice-versa, que vai ditar sua posição sujeito? Tudo isso regido pelas formações discursivas assumidas por um ou por outro, são as formações imaginárias.

O conceito de formações imaginárias é um deslocamento que a Análise de Discurso faz do conceito de formações discursivas de Foucault, já citado. Está relacionado ao sujeito afetado pelo simbólico. Orlandi (2009) diz que são relações de força, relações de sentido, antecipação, enfim, formações imaginárias.

São imagens que se projetam sobre determinados sujeitos, e que vão definir as diferentes posições que ele vai ocupar discursivamente, muito diferente do sujeito físico, do seu lugar empírico, mas da posição que ela ocupa naquele dado momento.

Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a posição sujeito locutor (quem sou eu para falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para falar assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). (Ibidem, p.39)

Levando-se em conta o que foi dito anteriormente, as relações imaginárias tornam-se importantes para compreender o discurso jornalístico. O texto jornalístico é um gênero peculiar no qual se tem uma ilusão maior de controle sobre o discurso. O jornalista pratica um discurso relatado cujo mecanismo das relações de força, de sentido e de antecipação, enfim, das relações imaginárias, tem uma possibilidade maior de ser exercido, pelos filtros que lhe são próprios, tanto pelo jornalista, quanto pelo redator e até mesmo pelo conselho editorial do jornal. Pela análise, pode-se compreender que, mesmo no ambiente que pretensamente se julga como dentro de um controle, o discurso não tem controle.

Materialidade da língua, a ordem social e o mecanismo imaginário vão formar essa rede de filiação dos sentidos.

Nessa situação enunciativa que se produz e na qual circula esse discurso, chamamos de condições de produção: formações imaginárias - relação de força, relação de sentidos, antecipação. Temos a condição de produção específica, ou seja, o jornal como meio e suas especificidades, as posições-sujeitos que emergem no texto e o processo jurídico a que estão sendo submetidos os editores do “Lampião”. No contexto mais amplo, vamos ter o regime militar atuando com suas estratégias argumentativas e em seu controle institucional, bem como a história acerca do sexo e do homossexual.

Qual a imagem que a “revolução” que assumiu o poder - e todos aqueles que se assujeitaram a ela - como ela mesma diz na introdução ao AI-1 com o objetivo e “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil” tem dos assuntos relacionados ao sexo e, em especial, do homossexual e vice-versa, qual a imagem que os homossexuais têm da direita que assumiu o poder?

A imagem que um tem do outro é de inimigos em campos diametralmente opostos.

Como podemos observar, ao analisarmos a F1, diante da guerra declarada, os militares usam de diversas estratégias para ganhá-la. Uma delas já citada, são os procedimentos de cassação de direitos políticos, de banimentos, de prisões e de torturas; e a outra foi a de implantar a censura institucional, as leis de exceção como a Lei de Imprensa no intuito de “controlar” o discurso. Fazem isso com perfeição, ao interditar o discurso, permitindo que fosse “veiculado” somente aquilo que pudesse denegrir o homossexual, reservando para ele um lugar social de lixo da sociedade.

O homossexual é o inimigo do capitalismo, das ciências e da religião católica e, principalmente inimigo do golpe que se assentou nessas premissas já explicitadas neste

trabalho e, por isso, há a necessidade de “controlar” seu discurso, de persegui-lo, de processá-lo como nos mostra esse trecho do texto-base “Os jornalistas de Lampião, estão sob a investigação do DOPS do Rio que apura, por portaria direta do Ministério da Justiça, solicitando providências, ‘atentado à moral’. A perseguição, entretanto, é mais sistemática: desde setembro que os editores vinham sendo chamados individualmente a depor”.

Como já explicitamos, com a análise da F2, há uma mudança nas condições de produção, há uma alteração da relação de sentido, de forças e que vai interferir na antecipação. A antecipação é um jogo em que o “emissor” lança uma representação imaginária do que seja o seu receptor, qual imagem ele representa naquele dado momento e, a partir daí, traça suas estratégias discursivas. Essa imagem do homossexual sofre uma alteração. Ele passa a ser relativamente aceito e respeitado, passa a ter pessoas que os defendam e se insere em uma formação discursiva, como podemos compreender nas análises mais acima, passa a ter voz.

Com essa mudança na imagem, há uma alteração nas relações de sentido e de força e provoca um tumulto na estratégia antecipatória.

Podemos perceber esse processo da antecipação quando analisamos esses trechos do texto-base:

Nos interrogatórios a que foram submetidos, os policiais exibiram exemplares do jornal “analisado”: rabiscos, anotações à margem, recortes. As grandes implicâncias não foram só com as matérias sobre o homossexualismo, mas também sobre a violência dos maridos contra as mulheres casadas, a discriminação racial, etc. Os interrogatórios foram desconcertantes. Eles ficaram cheios de dedos, não sabiam o que fazer, perguntaram como a gente gostaria de ser tratados: Na certa esperavam pessoas culpadas, ensimesmadas. A nossa franqueza desarmou-os. O DOPS tampouco esperava que “homossexuais” viessem depor com o respaldo dos advogados da Associação Brasileira de Imprensa e do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, além do recém-eleito deputado Federal Modesto da Silveira. Grifo nosso (FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Ilustrada, 1979, p. 33).

Os policiais ainda tinham uma visão do homossexual “construída”, ou seja, permitida pelo regime, “pessoas culpadas, ensimesmadas”, fruto da ideologia do golpe que ainda ditava suas formações imaginárias em relação ao homossexual. Ocorre que, com o furo, como demonstramos ao analisarmos o F2, com a mudança nessas formações imaginárias, o homossexual já não o reconhecia como tal e já o via como sujeito de fato e de direito, que assume uma posição sujeito homossexual e que quer uma vida qualificada.

Isso tumultua o processo de antecipação. Os policiais não sabem como se comportar diante de tal fato, são apanhados de surpresa e, como diz o texto-base, “os interrogatórios foram desconcertantes”.

Sua estratégia discursiva está comprometida, e “eles ficaram cheios de dedos, não sabiam o que fazer, perguntaram como a gente gostaria de ser tratados”.

O homossexual já ocupando uma posição que não era mais aquela que ocupava anteriormente, na qual ele não falava, era falado; e, de uma forma depreciativa, agora ele fala, não precisa mais de intermediários.

Agora é franco, ou seja, se diz homossexual e ainda tem a aceitação e o respaldo de parte da sociedade, como diz o texto-base “A nossa franqueza desarmou-os. O DOPS tampouco esperava que o ‘homossexual’ viesse depor com o respaldo dos advogados da Associação Brasileira de Imprensa e do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, além do recém-eleito deputado Federal Modesto da Silveira”.

Foi necessário que as condições de produção do discurso fossem alteradas, provocando um furo na ideologia do golpe para que o sujeito homossexual ocupasse uma posição no discurso, uma posição de protagonista. Ele agora é falado, mas fala também, é autor de sua própria história.

Foi pelo furo na ideologia do golpe e no arrefecimento da censura prévia a partir de 1975, com uma condição de produção mais equilibrada em relação ao homossexual, que se possibilitou o surgimento de publicações como o “Lampião” e que se possibilitou também “dar” um outro sentido aos debates. Deslocando o homossexual do lugar social reservado a ele anteriormente, ou seja, tratado como um inimigo do regime e da sociedade para o lugar social de sujeito que faz uma opção sexual que não é conforme a maioria, é uma minoria que exige respeito e lugar social, que podemos compreender ao ler este trecho:

O homossexualismo existente em “Lampião” quer ser entendido como “um esforço de pensar a dominação sexual”. Subvertendo os clichês de pessoas deprimidas, amarguradas, pervertidas, culpadas, infelizes, a imagem dominante, o cruzamento Rogéria, o travesti, com o humor discriminatório do tipo “Os Trapalhões”. Para seus editores, a imprensa gay na maioria reproduz e mantém o homossexual nesse lugar simbólico e social.

O que permitiu todos esses questionamentos foi o furo na ideologia do golpe, provocando mudanças nas condições de produção do discurso.

3.3 Terceiro recorte

F-3:

“E por que “Lampião”? No Brasil cresce pujantemente a imprensa “Gay”. “Notícias Gay”, “Gay News”, “Jornal do Gay” são alguns dos títulos que disputam o mercado. Entre eles o “Lampião”, entretanto, alegam seus editores, há uma diferença crucial: ideologia. “Lampião” é um jornal pelo prazer, pelo gozo, para debater, aclarar e desmitificar questões relativas a minorias, homossexuais, negros, mulheres, loucos, enquanto questões políticas ideológicas”. Explica Crysóstomo; [...]

[...]

O fato é que o jornal incomoda. Seus 15. 000 exemplares por edição encontraram dificuldades desde a procura por distribuidora. Mas depois que a ofensiva moral do Estado começou, a solidariedade das áreas mais abertas, estudantes, intelectuais, jornalistas, mulheres, expressam-se, instantaneamente: Temos recebido apoio de todo mundo: jornalistas e escritores famosos nos enviaram matérias e as pessoas perguntaram como ajudar o jornal”. (FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Ilustrada, 1979, p. 33).

Ao analisarmos o F2 podemos compreender que o homossexual, conjuntamente com o jornal e com o jornalista, exerce uma função autor. As falas aspidadas são de pessoas homossexuais, que militam no embrionário movimento homossexual, portanto, ocupam uma posição sujeito no discurso e mudando seu discurso, saindo de uma condição defensiva, na qual não exercia a autoria, para outra, em que protagonizava um discurso propositivo.

Ser autor é um processo sutil, conquistar o direito de ser autor. Assumir a autoria é o que Orlandi (2009) chama de assunção de autoria: “A assunção de autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social. Aprender a se representar como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na sua relação com a linguagem: constituir-se e mostrar-se autor (ORLANDI, 2009, p. 76, *apud* ORLANDI, 1988).

O homossexual, até então um sujeito “culpado, ensimesmado”, que não falava, era falado, que não tinha respaldo na sociedade, passa a ter “a solidariedade das áreas mais abertas, estudantes, intelectuais, jornalistas, mulheres, expressam-se instantaneamente”; sem as amarras da censura, seu discurso flui e ele toma o seu lugar social.

O homossexual fala, o jornal o individualiza como tal, mas não basta falar para ser autor. É preciso que a identidade interna, aquilo que ele traz dentro de si, seu conjunto de crenças, se coadune com uma prática social homossexual.

É preciso que seu dispositivo simbólico interno e sua posição social estejam em harmonia. Para ser autor, é preciso que a interioridade e a exterioridade estejam articuladas.

Em uma situação em que o sujeito ocupa uma posição desarticulada entre seu dispositivo simbólico e a sociedade tem poucas chances de se manter, é pouco provável que o

sujeito ocupe uma posição que seja de outra pessoa e a mantenha por um extenso período de tempo¹³.

Mesmo na época da ditadura, os homossexuais existiam, aliás, eles existem em qualquer época da história da humanidade, como já compreendemos, mas não havia condições ideológicas para que essa assunção de autoria pudesse ser exercida, então os homossexuais ficavam no “armário”. Armário é um móvel onde se guardam “coisas”, funciona como um depósito particular, usado dentro das casas ou dos estabelecimentos. Está em relação de sentido com o momento vivido pelo homossexual até 1975, ou seja, seu dispositivo simbólico ideológico fica confinado dentro si, dentro do seu “armário”, são memórias e sentimentos sufocados, mas latentes.

Contando com o furo ideológico que diz não ser mais um ato natural execrar os homossexuais, que é duvidoso condená-los - com base em leis morais - pelo fato de optarem por uma orientação sexual não conforme com a maioria e, ainda, que aqueles que condenavam os homossexuais pregavam uma ideologia que agora estava sob questão, que estava falhando, duvidosa e contando com o apoio de grupos sociais expressivos, o sujeito homossexual que até então vivia recluso e amedrontado, ascende à autoria, assume a posição sujeito homossexual com mais facilidade, “sai do armário”.

Queremos aqui transcrever trechos de uma reportagem que está em relação de sentido com nosso texto-base, produzida nas mesmas condições de produção e na mesma época, publicada na Folha de São Paulo, em 05/08/1978, Ilustrada p. 1, com o título de “Na São João ninguém dorme no ponto”. Neste trecho, transcrevemos a fala do travesti, em um discurso aspado e que sustenta o que defendemos acima:

Eu adoro aquela música do Caetano, naquela, Sampa. Ele diz bem o que é São Paulo. Eu nasci no interior, Jaú, mas me sinto paulistano (a), aqui as pessoas são loucas e se assumem. Diferente do interior onde a loucura fica entre quatro paredes. Já trabalhei em escritório, sou datilógrafo formado e bati muita calçada como Office boy. Conheço tudo, na época das passeatas eu ficava dando dicas para os estudantes, entra por aqui, entra por ali. Imagine, eu toda emperquetada servindo de guia para garoto. Geralmente, quem me procura são os coroaos casados, mas com problemas em casa. A mulher não compreende, eles vêm para a gente. Depois alguns ficam com vergonha, voltam para sua vida e nós ficamos na nossa. Para esses caras a gente faz papel de amante e psiquiatra, eles contam todas suas desgraças e a gente fica ouvindo. Antes era mais difícil ser homossexual, mas hoje tá todo mundo assumindo. Já reparou como tem travesti espalhado por aí? Estamos passando as prostitutas para trás, em certos lugares já tomamos o ponto. Eu não tenho nada contra as meninas, até gosto delas, mas aqui é a lei da selva, marcou, dançou. (A matéria está na íntegra como anexo).

¹³ Conforme anotações feitas em sala de aula, na disciplina Introdução à Análise de Discurso, ministrada no Mestrado em Ciências da Linguagem, da Universidade do Vale do Sapucaí, pela Profa. Eni Orlandi.(2012).

Situação discursiva e sujeito não se constituem de forma estanque, compartimentalizada, ou seja, não há como destacar, selecionar e dizer onde começa uma e termina a outra. O movimento do sujeito e do discurso homossexual se constitui de forma concomitante, conjunta, não ascende o sujeito primeiro e depois o discurso, sujeito e discurso caminham juntos, pois não há discurso sem sujeito.

A partir de 1975, o discurso sobre e do homossexual, sem as amarras da censura prévia, passa a circular de forma mais fluente e o indivíduo homossexual assume sua posição sujeito no discurso relatado nas matérias jornalísticas que analisamos. O discurso sobre e do homossexual se desprega do discurso universal acerca do homossexual que lhe sempre foi depreciativo.

Como diz o texto-base, “Mas depois que a ofensiva moral do Estado começou, a solidariedade das áreas mais abertas, estudantes, intelectuais, jornalistas, mulheres, expressam-se, instantaneamente: Temos recebido apoio de todo mundo: jornalistas e escritores famosos nos enviaram matérias e as pessoas perguntaram como ajudar o jornal”.

O discurso sobre e do homossexual começam a ter acesso às Instituições, como a mídia (jornal, TV); à ciência (universidades, SBPC); às artes (cinema, literatura, teatro); à política (manifestações, política partidária).

Na mídia, em especial a que é alvo deste trabalho, a Folha de São Paulo, há uma mudança de comportamento em relação ao apoio ao regime militar. É como explica Albuquerque, Holzbach, 2008, p.155:

Em meados da década de 1970, a linha editorial do jornal começou a mudar, e assumiu um perfil mais combativo. De acordo com Abramo (1988), a mudança de perfil obedeceu a uma lógica de competição de mercado: o processo de redemocratização “lenta e gradual” iniciado no governo Geisel oferecia ao jornal a possibilidade de disputar mercado com o muito tradicional O Estado de S. Paulo. O novo perfil se radicalizou e 1983/1984, quando o jornal tomou partido, de forma explícita, do Movimento Diretas Já.

Portanto, é nesse novo espaço combativo e lastreado por formações discursivas, que fazem sentido, que o discurso se propaga. É uma rede significativa - para que uma palavra faça sentido, é preciso que ela já tenha sentido.

Há uma “explosão” desse discurso, como por exemplo, em 1978, quando há uma profusão de peças de teatro: das 25 em cartaz, 11 tratavam da temática homossexual como “Bent”, “Macho Beleza” e “Blue Jeans”, dentre outras. A “predominância” no mundo das artes causava certo desconforto, como a matéria do dia 20/06/1979, Ilustrada, p. 1, “O ator tradicional contra a vanguarda”, em uma fala creditada a Procópio Ferreira: “Antes era a

cocotte a figura que dominava o teatro. Bonitinha e dona de pernas bem torneadas, não precisava de talento para encontrar quem lhe montasse uma peça ou lhe arrendasse uma casa de espetáculo. Hoje, a cocotte foi substituída – e muito mal, convenhamos – pelo homossexual. Todos os desviados nos querem fazer crer que são artistas e organizam então suas torrezinhas de marfim” (Grifos nossos). Queremos aqui destacar “antes era a cocotte a figura que dominava o teatro” e a relação com o homossexual, ou seja, hoje é o homossexual.

Com as minorias fortalecidas, um discurso fazendo sentido, repercutindo na sociedade e unidas em grupos marca a entrada em outra Instituição, as universidades, em especial na USP, transcrevemos trechos desta matéria publicada na Folha de São Paulo de 19/02/1979, Ilustrada, p. 24 com o título “O encontro das minorias: pela primeira vez, elas se uniram num debate na USP”:

Para Cândido Procópio, cientista social do CEBRAP convidado para coordenar os trabalhos, “O debate sobre os movimentos de emancipação, além de valor científico, tem grande fecundidade política. O resultado foi trazer elementos novos à visão crítica clássica. Esses movimentos podem constituir um potencial novo para a transformação da sociedade brasileira”.

Marcando entrada em outra Instituição, a Ciência, que até então era refratária ao ativismo homossexual, os homossexuais participam da 34ª Reunião Anual da SBPC, conforme esta matéria veiculada em Folha de São Paulo, 3º caderno – Educação, p. 27 de 11/07/1982. Transcrevemos trecho dela:

O antropólogo Luis Mott, da Universidade Federal da Bahia, reiterou que o movimento homossexual do Brasil iria insistir junto ao Ministério da Previdência Social no sentido de que seja extinto o parágrafo 302 do Código de Doenças do INAMPS, que caracteriza o homossexualismo como um “desvio e transtorno sexual”. Mott disse ter em mãos um baixo-assinado com mais de 15 mil adesões – entre elas artistas e personalidades do País -, que será encaminhado ao Ministério nas próximas semanas. Essa afirmação foi feita durante o debate “Sexualidade no Brasil”, dentro da programação da SBPC, que atraiu o maior número de pessoas já registrado em todas as atividades desta semana. Cerca de 1200 pessoas lotaram o pátio do prédio do Instituto de Matemática, na Unicamp, depois de deixarem a sala onde inicialmente deveria desenvolver-se o programa.

Na política partidária, os grupos de afirmação homossexual passam a apresentar questões para a política, aqui se entenda como política aquela partidária, que visa disputar eleições. Transcrevemos trechos de matéria veiculada na Folha de São Paulo, de 02/02/1982, Economia, Agenda Especial, p. 1, com o título de “Grupo Somos insiste em definições”:

Seu partido apóia os direitos dos homossexuais ou a causa da igualdade dos homossexuais? Seu partido emitiu alguma declaração oficial sobre o movimento homossexual? Um questionário contendo questões como essas sobre o movimento de liberação homossexual brasileiro e a política partidária começou a ser distribuído aos presidentes dos partidos políticos brasileiros, pelo Grupo Somos, em agosto do ano passado.

Sabendo das necessidades de atuação política partidária, os homossexuais vão ajudar a construir o PT e, primeiramente se abrigar nele, como afirma Okita, (2007, p. 95):

Às vésperas do Primeiro de Maio deste ano (1981), formou-se o grupo de militantes homossexuais construindo o PT, Partido dos Trabalhadores, que, além de ter participado do Dia do Trabalhador no ABC, tem uma proposta de levar a discussão da homossexualidade à classe trabalhadora, através do Partido dos Trabalhadores. Esse projeto de trabalho dentro de um partido político, proposto por militantes de vários grupos homossexuais, poderá abrir um novo espaço de atuação para os homossexuais, um terreno privilegiado, por tratar-se de um partido de trabalhadores-único setor social cujos interesses coincidem com a necessidade de transformação radical da sociedade, caminho da libertação definitiva dos homossexuais.

O discurso é qualificado por debate construtivo. Anexos: várias matérias que atestam essa afirmação.

Quando atacado, o homossexual reage como em 1980, quando o delegado Richetti implanta do chamado Projeto Rondão, como relata Okita, 2007, p. 85, “...bastava encontrar um homossexual visível nas ruas para levá-lo à prisão, ainda que apresentando documentos suficientes para comprovação de sua ‘honestidade’”.

O homossexual reage sempre por meio de cartas que são assinadas e enviadas ao jornal, ora pelos grupos, ora por particulares, é o discurso do homossexual. As cartas marcam a presença do Outro naquela estrutura do processo de produção da reportagem já declinado alhures neste trabalho, ou seja, envolve uma pauta prévia, um jornalista e um editor até chegar como “produto final” nas mãos de leitor. As cartas furam essa estrutura e o sujeito marca sua presença, se torna autor, as cartas têm nomes, identificam as pessoas, as tornam responsáveis. (Há algumas cartas em anexo).

CAPÍTULO 4 - CONCLUSÃO

Este trabalho fez uma incursão na Análise de Discurso, que a reconhece como disciplina de entremeio, ou seja, não é complementar, nem interdisciplinar em relação às ciências sociais, notadamente a linguística, o que daria uma noção de acessoriedade e dependência, mas uma ciência que aciona conceitos do materialismo histórico de Marx na releitura de Althusser, da linguística de Saussure e do sujeito do inconsciente de Lacan, na releitura de Freud.

A escolha do tema e da materialidade histórica não foi sem razão. O objetivo do analista foi o de acionar o maior número possível de conceitos da Análise de Discurso. Procuramos privilegiar sujeito e situação discursiva como tema que tem uma carga extra de simbólico, de político. Um discurso que vem atravessado pelo discurso jurídico, pelo religioso, pelo médico, pelo político-partidário, pelo psicanalítico, pelo filosófico moralista e por outros. Enfim, tivemos o prazer de poder viajar pela História recente do Brasil, a bordo de um dispositivo teórico e analítico que nos possibilitou uma análise segura – ou menos subjetiva possível - dos fatos e que agora partimos para um “pouso” confortável.

Esperamos ter alcançado nosso objetivo que é o de expor aos olhos do leitor a opacidade do texto em perspectiva e compreender como se constituiu o sujeito e como se produziu o discurso homossexual no período analisado. Nosso *corpus* é constituído de um texto publicado na Folha de São Paulo em 1976. Ao submetê-lo à análise, pudemos acompanhar o processo discursivo e dividi-lo em dois momentos distintos, um antes e outro, após 1975, com arrefecimento da censura prévia e em um terceiro momento, que é a assunção desse sujeito homossexual e a consolidação de seu discurso no período compreendido entre 1975 e 1982.

Ao analisar o F1, pudemos identificar o momento político vivido pelo País naquela época. A Análise de Discurso tem entre seus pressupostos não elidir o político, que para este trabalho foi tomado como a luta de classes. Não elidimos o político nem a ideologia que são constitutivos da linguagem. Sustentamos que a batalha política, a luta de classes, é discursiva, pois é no discurso que inconsciente e ideologia se materializam. Não há política sem sujeito, sujeito sem discurso e discurso sem ideologia.

Pela nossa compreensão, identificamos as formações discursivas que sustentaram o golpe militar de 1964, decididamente de direita e capitalista. Formações discursivas que evocavam o amor à Pátria e a Deus, em defesa da família, baseada na moral cristã, pelo combate à inflação e à corrupção moral e pelo desenvolvimento a qualquer custo. São

formações discursivas difíceis de serem contrapostas. Quem vai dizer que é contra Deus? Que é a favor da inflação e da corrupção?

Além de se assujeitarem às formações discursivas tão enraizadas, tão ideologicamente estabilizadas, a direita ainda utilizou instrumentos de coerção e de interdição do discurso. Podemos compreender como foi eficiente o mecanismo da censura para impedir a formulação e a circulação do discurso, não só do homossexual, mas de muitas outras posições de oposição ao regime militar. Até meados de 1968, o sujeito homossexual ocupa outra posição no discurso, é falado, mas mesmo quando falado, é reportado como “estrangeiro”, “lixo”, bandido, etc.

Em 1968, com o surgimento da luta armada e com o recrudescimento do autoritarismo com a edição do AI-5 e de leis de exceção que permitiram a censura prévia, essa eficiência da censura é aprimorada. Nessa época, a censura passa a ser comandada por oficiais de alta patente, passam a “concurtar” os censores exigindo nível superior e oferecem cursos específicos, com o fito de melhorar a performance e identificar com mais “precisão” palavras contrárias à ideologia do golpe, obrigando os autores a substituí-las. São milhares de exemplos de filmes, de livros, de peças de teatro, de músicas e de matérias jornalísticas que foram proibidas ou mutiladas. Podemos citar como exemplo dessa “asepsia” e ao ponto que chegou tamanha obstinação que beirou ao ridículo de censurar músicas como “Apesar de Você” de Chico Buarque que, mesmo liberada em 1970, logo em seguida, foi censurada com a justificação de que se tratava de uma crítica ao presidente Médici.

Inscrevendo-se em formações discursivas simbolicamente poderosas e de mecanismos de interdição do discurso eficientes, como a censura e as leis de exceção, dentre elas a Lei de Imprensa, ou seja, o que escapava da censura prévia era apanhado por essa lei citada, o discurso da oposição fica bloqueado artificialmente. Impedidos de se assujeitarem às formações discursivas que poderiam se contrapor ao discurso da direita, a esquerda fica sem sustentação discursiva. Sem voz, os opositores do golpe não oferecem resistência e não assumem uma posição social no discurso, a não ser aquela que já explicitamos, ou seja, de “lixo social”. A estrutura universal do discurso sobre o homossexual é perversa e não é fácil mudá-la. Promover um furo nessa rede de sentidos, já tão firmemente estabilizada, é algo pouco provável.

Ocorre que a estrutura semântica na qual se formaram as bases de sustentação discursiva do golpe começa a perder sua capacidade significativa, sua força; já não convence mais como antes. A inflação retorna, o “milagre” econômico já não se repete como na década anterior e a família está em franco debate com a moral cristã, lançando questões como a

liberdade sexual, o divórcio, etc. O golpe está sob suspeição em seu funcionamento ideológico. O que dava a sensação de certeza, o efeito ideológico, já não cumpre seu papel de antes e tudo parece duvidoso, incerto. Daí podemos compreender o título da reportagem “‘Lampião’ um processo duvidoso” - um processo movido contra editores de um jornal de cunho homossexual - não só esse acontecimento era duvidoso, mas toda a conjuntura política e social do momento.

Em virtude dessa perda de sustentação discursiva política, os militares iniciam uma “meia-abertura”. Não porque eram bonzinhos ou já haviam cumprido sua missão como afirmavam, mas porque já não detinham o controle popular. Altamente desgastados perante a sociedade, iniciam uma abertura política. Nessa abertura, estão anistia, eleições civis e extinção do AI-5. A abertura se inicia com a arrefecimento da censura prévia imposta pelo ato institucional. Então, aquela máquina eficiente da censura começa a ser desmontada a partir de 1975, ficando apenas três jornais sob censura prévia e, por incrível que possa parecer, um deles é o da Arquidiocese de São Paulo, sinal de que os tempos não eram mais os mesmos. A censura prévia só vai ser totalmente abolida com o fim do AI-5 em 1978 e, definitivamente abolida, em 1988, com a aprovação da Constituição Federal.

Sem a estrutura eficiente da censura prévia, o discurso volta a circular com mais liberdade e a batalha discursiva pode, então de fato, ser recomeçada. As formações discursivas nas quais se assentaram o golpe perderam sustentação e a semântica discursiva do golpe já pode ser desafiada por outras formações discursivas. Esse acontecimento permite que se faça um furo nessa estrutura e que formações discursivas que até então não faziam sentido, passem a fazê-lo. Esse movimento possibilitou aos opositores do golpe de se identificarem às formações discursivas capazes de se contrapor àquelas do golpe e iniciar uma batalha discursiva que chegou às ruas e mexeu com a estrutura política e social do Brasil. Para se contrapor às formações discursivas do golpe, a esquerda utiliza expressões como “abaixo a repressão”, “libertação”, “pela anistia ampla, geral e irrestrita”, “por diretas-já”, dentre outras.

Com o discurso “desidratado e anêmico”, os militares “resolvem” fazer uma abertura política mais ampla, que também foi discursiva, pois liberou o discurso das amarras da censura. Em 1979, é aprovada a Lei de Anistia; em 1980, é criado o PT (Partido dos Trabalhadores); em 1985, o Brasil elege seu primeiro presidente civil, embora de forma indireta e, em 1988, tem promulgada sua Constituição Federal, que são marcos históricos desse período.

Livres das amarras da censura e com um discurso fazendo sentido, os homossexuais passam a ocupar uma posição social no discurso, tem voz, já não falam dele

somente, mas eles também falam; os editores assumem a homossexualidade. Ocupam uma posição sujeito-autor. Se inscrevendo em formações discursivas de uma esquerda que agora se encontra fortalecida, entre outros, pelo retorno dos exilados, da conjuntura sócio-política mundial, das minorias, dentre elas, o homossexual, este encontra-se fortalecido. Não está sozinho, mas protegido por uma rede de sentidos que associa mulheres, negros, índios, e trabalhadores. A projeção imaginária do homossexual na sociedade sofre uma alteração, se não aceito na sua totalidade, mas agora suas chances de ser compreendido se tornam mais plausíveis. Ficamos com uma citação extraída de um texto publicado na Folha de São Paulo em 05/07/1981, Folhetim, p. 16, com o título de “A nova desordem amorosa”, onde a autora Irede Cardoso diz “Todos passam a compreender a homossexualidade, mas ninguém quer um filho homossexual”. Compreender já é um passo importante, aceitar já é outro.

O discurso passa a circular rapidamente, tem pressa de recuperar o tempo que ficou sob interdição como nos diz Okita (2007, p. 88): “A partir de 1975, com a crescente deteriorização do já falido milagre, começa a abrir-se um espaço para o aprofundamento dessas discussões e críticas ao sistema. O movimento homossexual, então, vai assumir o espaço que lhe foi roubado pela repressão ao fim dos anos 1960”.

O discurso homossexual está por toda a parte, nas artes até nas ciências, passando por áreas que até então eram altamente refratárias. O discurso não só ganha em volume como em qualidade e o sujeito homossexual assume sua posição no discurso, se torna autor de sua própria história, o que chamamos de assunção de autoria.

Do período analisado, que vai de 1964 até 1983, compreendemos que especificamente, os anos de 1975 até 1982, foram altamente representativos para o movimento homossexual. Concluimos, assim, que esse período foi amplamente significativo para a luta dos homossexuais. Organizam-se em grupos combativos, com propostas positivas e, quando atacados, reagem com o auxílio das demais minorias.

Com o surgimento do Partido dos Trabalhadores, além dos trabalhadores, este passa a congrega as minorias perseguidas, dentre elas a homossexual. Okita (2007, p. 104) chama a isso de condições excepcionais brasileiras, que credita à criação do PT como o “primeiro passo no combate direto contra a classe dominante, em direção a uma sociedade dirigida por quem trabalha, o primeiro passo em direção a uma sociedade sem classes”.

Nossa análise vai até o ano de 1983, quando o homossexual é surpreendido por um acontecimento que muda totalmente o curso desta reflexão que acabamos de empreender. A AIDS inaugura uma nova discursividade. Atinge o homossexual “mortalmente” e vai

alterar de maneira drástica as condições de produção do discurso sobre o homossexual, podendo ser alvo de um próximo trabalho de pesquisa.

Ousamos discordar de Soares (2006), *apud* Trevisan (2000), que defende a AIDS como um acontecimento que dá visibilidade ao homossexual: “somente o advento da AIDS conseguiu fazer, em poucos anos, o que o movimento homossexual não conseguiu em duas décadas...”.

Concluimos que a visibilidade trazida pela AIDS retorna o homossexual ao lugar social que ocupava quando o discurso estava interdito pela censura, ou seja, de bandido, de “vida matável”.

Portanto, reafirmamos o que preleciona Orlandi (2009). Não basta falar para ser autor. Concluimos, finalmente, que o período de 1975 até 1982 se mostrou o período em que o homossexual assume uma posição sujeito no discurso, podendo, assim, colocar-se na posição sujeito-autor.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: UFMG. 2010. 197 p.

_____. **Estado de exceção**. 2 ed. São Paulo: Boitempo. 2004. 142 p.

ALBUQUERQUE, A. de; HOLZBACH, A. D. Mecanismo do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de São Paulo. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, v.5, n. 14, p. 149-170, 2008.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal. 1985. 127 p.

BAER, W. A retomada da inflação no Brasil: 1974-1986. **Revista de economia política**. v.7, n.1, jan..mar., 1987.

BARTHES, Roland. **A morte do autor**. 1968. Disponível em: http://www.artesplasticas.art.br/guignard/disciplinas/critica_1/A_morte_do_autor_barthes.pdf. Acesso em 25 de Outubro de 2012.

BRASIL. **Acervo da ditadura brasileira**. Disponível na íntegra no site <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_2.htm> Acesso em 10 out 2012 a.

_____. Disponível no site <<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/censura-ditadura-militar.jhtm>>, Acesso em 10 out 2012.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1984. p.125.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editor 34, 1992.

ERLICH, Hilana. **Psicanálise e ciência: um sujeito, dois discursos**. Disponível em: http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/ii_congresso_internacional/mesas_rendas/ii_con._psicanalise_e_ciencia.pdf. Acesso em 10 out. 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual geral de redação**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1984.

_____. **Manual geral da redação**. 2.ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola. 1996. 79 p.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1985. 152 p.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Edições Graal. 1984. 232 p.

FOUREZ, Gérard. **A construção da ciências:** introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: USP. 1995. 319 p.

GRUPO DIGNIDADE. **Lampião da Esquina.** Disponível em: http://www.grupodignidade.org.br/blog/?page_id=53. Acesso em 10 jan., 2013.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento:** um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer.** São Paulo: Hucitec. 1992. 224 p.

LORAU, N. **Les usages de l'oubli.** Paris: Seuil, 1998.

OKITA, H. **Homossexualidade da opressão à libertação.** São Paulo: Sundermann, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto.** 3 ed. Campinas: Pontes Editores. 2008. 218 p.

_____. **Língua nacional e saber metalingüístico: um projeto singular. Publicações Relatos n. 5.** Campinas, outubro de 1997.

_____. **Discurso em análise:** sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012.

_____. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** 5 ed. Campinas: Pontes Editores. 2007. 156 p.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** 8 ed. Campinas: Pontes Editores, 2009. 100 p.

_____. **Discurso e Texto.** 3 ed. Campinas: Pontes Editores, 2008. 218 p.

_____. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** 5 ed. Campinas: Pontes Editores. 2007. 156 p.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** 8 ed. Campinas: Pontes Editores, 2009. 100 p.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos.** 6 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. 189 p.

_____. **Análise de Discurso.** In: RODRIGUES-LAGAZZI, S.; ORLANDI, E.P. (org). **Introdução às ciências da linguagem:** discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006.

_____. **As formas do silêncio; no movimento dos sentidos.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

_____. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia.** Campinas: Pontes Editores, 2012, p.239.

PALLAMIN, Vera. Aspectos da relação entre o estético e o político em Jacques Rancieue. **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**, v. 12, n. 2, p. 6-16, 2010.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma critica à afirmação do óbvio.** 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 287.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes Editores, 2008. 68 p.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Rev. Bras. Hist.** São Paulo, v.23, n.45, July, 2003.

PINTO, L. S. **(Des)caminhos da censura no cinema brasileiro: os anos de ditadura.** 2005. Disponível em:[HTTP://www.memoriacinebr.com.br](http://www.memoriacinebr.com.br). Acesso 10 set. 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** 7 ed. São Paulo: Cultrix, 1975. 279 p.

SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. **A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990).** Niterói: UFF, 2006. (Tese em Letras da Universidade Federal Fluminense, doutorado Estudos Linguísticos), 2006.

WIKIPIDIA. **O lamião da esquina.** Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Lampi%C3%A3o_da_Esquina. Acesso 14 jan., 2013.

ANEXOS

Sexta-feira, 26 de janeiro de 1979

FOLHA DE S. PAULO

ILUSTRADA — 35

Toca-discos



Cantoras, dramas, desmaios

DICELI SOARES São cinco mulheres: uma surgiu com a Bossa-Nova, outra com a Jovem Guarda...

acatou. No seu LP do ano passado, Vamoa Que Eu Já Vou, parecia com umas roupas de galinho correndo não se sabe para onde...

um pessoal da Velha Guarda da Portela. Nos outros, entra até Michas, nas músicas lentas, Cristina se defende mais ou menos bem...

Por um teatro sem ilusões de tv

Depois de quatro dias reunidos — cerca de 150 delegados representando 17 entidades...

aprendizado, continuam culturalmente esmagadas. E as faixas sociais chamadas aos eventos "populares" se mantêm em atitude passiva...



"Lampião", um processo duvidoso

RICARDO ARNT

RIO (STCURSALA) — Aparentemente é mesmo impossível Dinarte Martz propor um projeto de anistia do que o zangarido brasileiro tolera e a cada cinco séculos de dominação...

gado — identificados e fichados. Entre as inúmeras desvantagens legais de ser ficha na polícia, sem nome, firma, por exemplo, direto para os computadores dos serviços de segurança dos aeroportos...

Carta de Arcozelo: "É preciso falar"

Janeiro, entre 19 e 22 de janeiro de 1979. Este passo, embora pequeno, é uma questão fundamental para nós...

regime que teima em contrariar interesses fundamentais da sociedade vista como um todo. O domínio de nossos espaços culturais e a dinamização de nosso mercado de trabalho passam, necessariamente, pela conquista...

Veja tomar um cafézinho conosco e veja porque nós fazemos algo mais do que vender móveis: 1 - Proprietário de estabelecimento... 2 - Melhor preço... 3 - Não pagamento de comissão... 4 - Não indenização...

Prestes encerra hoje oito anos de exílio

RIO (Sucreal) — Depois de oito anos de exílio e de viver na clandestinidade no país desde 1971, quando foi passado o registro do Partido Comunista Brasileiro, chega hoje ao Rio beneficiado pela segunda vez por uma anistia política — a primeira foi em maio de 1975, por decisão do presidente da Air France, acompanhado de sua esposa Maria Prestes. Seria recebido no aeroporto por toda a direção do partido em São Paulo e encaminhado ao Brasil, José Carlos Prestes, seu filho. No entanto, o governador de São Paulo, Carlos de Campos, não recebeu o grupo de embaixadas e o partido decidiu não voltar para o Brasil. A segunda anistia ocorreu em maio de 1978, quando a reunião da direção do partido em São Paulo decidiu não aceitar a proposta de voltar para o Brasil. O partido decidiu não voltar para o Brasil. O partido decidiu não voltar para o Brasil.

repetir as provocações ocorridas na chegada ao Rio de Leonel Brizola, quando pessoas até hoje desconhecidas desapareceram, arretadas para estourar pneu os "antifascistas", prejudicando a saída da comitiva do ex-governador gaúcho. Além disso, uma notícia de que Prestes teria cumprido ordens superiores, havia decidido fazer Prestes sair de Galvão por uma porta lateral, mobilizando seus amigos durante praticamente quase todo o dia de ontem.

Depois, informou-se à imprensa que a Arsa apenas poderia entrar na área privativa do aeroporto para receber o líder comunista de 82 anos, nem mesmo seu advogado Sotzial Pinto na parlamentares. Todos estes fatos levaram à decisão de Arsa, já que até agora nenhum advogado ou parlamentar conseguiu entrar na área privativa do aeroporto para receber seus clientes a exceção do advogado de Anita Leocádia Prestes, Vladimir Palmeira e Carlos Viterbo, quando o deputado José Eudes foi retirado do aeroporto por Mascandim e seus advogados. Mas, ainda assim, outros parlamentares e os advogados de Copacabana que se dirigiram ao aeroporto para receber os organizadores da recepção, também foram impedidos de entrar. A recepção foi limitada a membros do partido que não tinham sido denunciados por meios de comunicação de massa. A recepção foi limitada a membros do partido que não tinham sido denunciados por meios de comunicação de massa.

Depois, informou-se à imprensa que a Arsa apenas poderia entrar na área privativa do aeroporto para receber o líder comunista de 82 anos, nem mesmo seu advogado Sotzial Pinto na parlamentares. Todos estes fatos levaram à decisão de Arsa, já que até agora nenhum advogado ou parlamentar conseguiu entrar na área privativa do aeroporto para receber seus clientes a exceção do advogado de Anita Leocádia Prestes, Vladimir Palmeira e Carlos Viterbo, quando o deputado José Eudes foi retirado do aeroporto por Mascandim e seus advogados. Mas, ainda assim, outros parlamentares e os advogados de Copacabana que se dirigiram ao aeroporto para receber os organizadores da recepção, também foram impedidos de entrar. A recepção foi limitada a membros do partido que não tinham sido denunciados por meios de comunicação de massa.

Aureliano na "Folha"

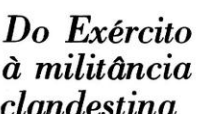
O vice-presidente da República, sr. Aureliano Chaves, visitou ontem este jornal. Foi recebido em seu apartamento no Rio de Janeiro, casa de rua Frías de Oliveira, jornalista e presidente do Conselho Editorial da Folha de São Paulo, responsável da "Folha".

Governo mantém ordem contra a "ameaça nazista"

Referindo-se às ameaças feitas a intelectuais por um auto-intitulado Movimento de Renovação Nazista, o ministro da Comunicação Social, Sald Farhat, afirmou que o governo não se preocupará com a ordem contra a "ameaça nazista".

Governo vai propor diretas nos Estados

BRASILIA (Sucreal) — O presidente Figueiredo vai propor a reabertura dos trabalhos legislativos em março, o restabelecimento de eleições diretas para os governos estaduais.



Luis Carlos Prestes em 1971.

Do Exército à militância clandestina

Luis Carlos Prestes, o primeiro nome da lista inicial dos cassados pelo movimento de 1964, nasceu em 19 de junho de 1902, em São João do Rio Preto, município de São João do Rio Preto, Estado de São Paulo. Foi fundador do Exército Vermelho e do Exército Revolucionário do Povo. Foi líder do movimento de libertação do Brasil.

Edis da Arena de Osasco não recebem Maluf

Os vereadores arenistas de Osasco distribuíram nota ontem afirmando que não receberiam o governador Márcio de Souza Moura Maluf durante sua viagem a São Paulo.

No Brasil, a palavra será o instrumento

J.B. Natali, da França

Um novo congresso do PCB será realizado em Paris, próximo de seus oito anos de existência, em um momento de grande transformação. O partido decidiu não voltar para o Brasil.

O SECUNDÁRIO DE JULHO

Em 1924, a capital paulista deu o exemplo de resistência à intervenção estrangeira. O Exército Vermelho tomou o poder em São Paulo.

NOTA DE ABRAÇO

As autoridades de São Paulo não receberam o governador Márcio de Souza Moura Maluf durante sua viagem a São Paulo.

ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA E 1933

Em março de 1934 foi fundada no país a Aliança Nacional Libertadora, um partido político internacional de avanço do fascismo e do nascimento do nazismo.

Costa Rica quer de novo Cuba na OEA

BRASILIA (Sucreal) — A Costa Rica não vê nenhum inconveniente no regresso de Cuba à OEA. Assim como ela tem aderido ao novo tratado, também poderá re-entrar na OEA.

Melhora a situação de Flávia

O processo da brasileira Flávia Schilling, presa desde novembro de 1972 no Uruguai, foi devolvido ao Brasil.

Aragão critica governo e cre na abolição

RIO (Sucreal) — O advogado Alcir de Araújo criticou o governo e acredita na abolição da pena de morte.

Regressa membro do PCB

RIO (Sucreal) — Após três anos de exílio na França, o ex-pedagogo e jornalista Roberto de Souza retornou ao Brasil.

Prestes não preocupa, diz Passarinho

BRASILIA (Sucreal) — A comissão de retorno hoje de Luis Carlos Prestes ao Brasil não preocupa o governo.

Processados dois que actusam Seelig

PORTO ALEGRE (Sucreal) — O promotor Hélio Barbosa Leal Junior denunciou dois indivíduos acusados de matar o jornalista Samuel Seelig.

Greve continua

RIO (Sucreal) — Cerca de mil estudantes, professores e alunos de pós-graduação decidiram ontem em greve em defesa do direito de greve.

Auto-liberação

Estão sendo desenvolvidos métodos de desenvolvimento psíquico para a liberação do indivíduo.

Greve continua

RIO (Sucreal) — Cerca de mil estudantes, professores e alunos de pós-graduação decidiram ontem em greve em defesa do direito de greve.

Regressa membro do PCB

RIO (Sucreal) — Após três anos de exílio na França, o ex-pedagogo e jornalista Roberto de Souza retornou ao Brasil.

Prestes não preocupa, diz Passarinho

BRASILIA (Sucreal) — A comissão de retorno hoje de Luis Carlos Prestes ao Brasil não preocupa o governo.

Processados dois que actusam Seelig

PORTO ALEGRE (Sucreal) — O promotor Hélio Barbosa Leal Junior denunciou dois indivíduos acusados de matar o jornalista Samuel Seelig.

Críticas à influência soviética

WASHINGTON — O secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, declarou ontem que os Estados Unidos não apoiam a dominação soviética na Europa Oriental, e considerariam uma intervenção russa na Jugoslávia como "uma questão muito grave".

Kissinger, ao prestar declarações perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Representantes, foi indagado sobre a reunião ocorrida no dia 8 de dezembro, entre diplomatas norte-americanos e o conselheiro de Departamento de Estado Helmut Sonnenfeldt, quando este pareceu apoiar a idéia de uma "esfera de influência" russa na Europa Oriental e respaldou.

"Não aceitamos o conceito de esferas de influência. Rejeitamos categoricamente uma esfera de influência soviética na Europa Oriental", afirmou.

Saltou que os Estados Unidos não aceitam a dominação de nenhum país em qualquer parte do mundo e lembrou que o ex-presidente Nixon e o presidente Ford já visitaram a Polónia, Romênia e Jugoslávia.

A intervenção da União Soviética na Tchecoslováquia em 1968 causou grandes preocupações em Washington quanto à possibilidade de que a ação se repetisse na Jugoslávia e Romênia. Diplomatas norte-americanos preocupavam-se principalmente com a Jugoslávia, devido às críticas do presidente Tito, à política do Kremlin.

AMÉRICA LATINA

Em relação à América Latina, Kissinger afirmou que uma possível intervenção cubana no continente, "constitui um ameaça direta para a segurança dos Estados Unidos". Acrescentou que os Estados Unidos não dispõem no momento de qualquer prova sobre possíveis ações de soldados cubanos na América Latina.

NOVOS AVANÇOS

A revista norte-americana "Aviation Week And Space Technology", por outro lado, divulgou esta semana um artigo em que afirma estarem "os soviéticos e os cubanos possivelmente preparando novos políticos na Europa Oriental, África e outros países, acreditando que os Estados Unidos nada farão para impedi-los".

"O aumento das forças militares soviéticas nas fronteiras da Romênia, que apesar de ter um regime comunista nega-se a obedecer Moscou há vários anos, tem aumentado desde Janeiro" segundo a revista.

"Alguns dirigentes norte-americanos temem que os soviéticos ataquem esse país para instalar um governo satélite seguro, convencidos de que os Estados Unidos nada farão", prossegue a publicação.

Com relação à África, a revista afirmou que "tropas cubanas, equipadas com armas soviéticas, estão sendo deslocadas ao longo da fronteira da Rodésia, para combater o governo branco desse país".

Ford exige os US\$ 100 bi do Pentágono

WASHINGTON — O presidente Gerald Ford não vacilará em votar um aumento militar abaixo dos 10 bilhões de dólares solicitados pela Casa Branca no Congresso, declarou ontem o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld.

Acrescentou que é "inaceitável para os Estados Unidos manter-se numa posição de inferioridade".

Por sua vez o adversário de Ford à candidatura presidencial pelo Partido Republicano Ronald Reagan, vem criticando sistematicamente os planos de defesa da administração argumentando que os Estados Unidos perderiam sua posição militar para a União Soviética.

Rumsfeld no entanto assegura que as duas nações têm uma "equivalência" em potencial militar mas admitiu que os soviéticos podem passar à frente na corrida armamentista.

A respeito de Cuba, Rumsfeld disse que as sanções diplomáticas e econômicas são mais prováveis do que a ação militar caso o governo do primeiro-ministro Fidel Castro pretenda enviar tropas para outros países africanos, tal como ocorreu em Angola.

"Não acho que ninguém esteja propondo outro grande conflito militar", concluiu Rumsfeld.

Noticiário fornecido pelas agências AP, ANSA. Artigos e notícias correspondentes a enviados especiais.



Earl Warren, em 1967

Paulo Francis, de Nova York. A última instância.

Desde 1954, quando determinou o fim da segregação racial nas escolas públicas (na decisão conhecida como Brown versus Board of Education), a Corte Suprema dos EUA "faz" tanta história, ou mais, do que o Executivo e Legislativo. De 1963 a 1969, sob Earl Warren, enfatizou direitos civis, contidos na Constituição na chamada Carta dos Direitos (Bill of Rights).

As decisões Gideon e Miranda, a primeira obrigando que qualquer suspeito seja provido de advogado, e a segunda, garantindo ao suspeito o direito a ficar em silêncio em face da polícia, ou de não responder perguntas com advogado presente, são as mais famosas. Não necessariamente as mais importantes.

A Corte proibiu também o "juízo pela imprensa" de indiciados. Em suma, alguém suspeito de crime, não importa qual hediondo, ou provado "visto em TV", por exemplo, o assassinato de Robert Kennedy, em 1966, ou o atentado a George Wallace, em 1972, se far atacado na imprensa (comunicações), antes do julgamento e juiz pode anular o processo. E, finalmente, a Corte Warren estabeleceu na prática o princípio de "uma pessoa, um voto", terminando com a votação de estados pequenos e retrogrados no Colégio Eleitoral, um vasto avanço democrático.

Tanto a libertarismo teria de provocar reações. Na década de 1960, o movimento de Earl Warren era uma das ban-

deiras da direita. Warren foi chamado de "pornógrafo comunista" e de "protetor de criminosos". No primeiro, porque liberou a pornografia, argumentando que qualquer tipo de censura viola a Primeira Emenda da Constituição, que não só garante a liberdade de expressão como proíbe que o Congresso faça leis de censura. A direita explodiu em face de argumento tão irresponsável.

NIXON

Nixon, eleito em 1968, começou a podar a Corte. Conseguiu a renúncia de Warren e, morte, doença e outras coisas inevitáveis permitiram que ele nomeasse 4 dos 9 Juizes (Ford um outro, ano passado). A princípio, Nixon deve ter se arrependido. Em 1971, a Corte legalizou o aborto. Em 1972, proibiu a pena de morte. Em 1974, por 5 a 4, ordenou ao presidente que entregasse os tapetes de Watergate ao promotor especial, o último ato que levou Nixon à renúncia. E, mais grave, a nova Corte, sob Warren Burger, afirmou que o "busing" (o transporte de crianças de ônibus às escolas públicas, para criar equilíbrio racial) era um recurso legítimo contra a segregação.

E à luz desses veredictos (alguns ambíguos, como o da pena de morte), que a Corte Burger deve ser examinada. Os conservadores começam, por fim, a erguer a cabeça.

Diluiram as províncias libertárias de

Miranda (ver acima). Proibiram conflitos em guarnições militares. Criaram um ambíguo direito de cada estado determinar o que é pornografia (se bem que sob uma chuva de protestos, julgam apelos de decisões estaduais de censura cinematográfica, decidindo sempre, até hoje, em favor de artistas ou pornógrafos prejudicados). Permitiram que gravações de conversas de criminosos, feitas sem autorização legal, sejam introduzidas como evidência no julgamento dos ditos.

GOLPE

Ontem, a Corte deu um golpe rude nas liberdades públicas, ao sustentar uma decisão estadual (Virgínia) que proíbe relações homossexuais entre adultos, ainda que ocorridas sob consentimento mútuo. E verdade que, mais uma vez, prevaleceu a ambiguidade.

A Corte se concentrou em garantir ao estado de Virgínia o direito de cercar atos sexuais, ou seja, Nova York e Califórnia, estados progressistas e em que o "lobby" homossexual é poderoso, continuando ignorando o que dois adultos (ou adultos) fazem de comum acordo, a portas fechadas.

Apesar disso, o golpe é raste, pois os advogados dos homossexuais deixaram claro que a Constituição prevalece sobre restrições em plano estadual, norma que, de resto, tem marcado as mais famosas decisões da Corte, inclusive aquela que

Impede as escolas públicas de promover rezas antes das aulas, pois isso viola os direitos de abastecimento cristãos e porque nos EUA a separação entre Igreja e Estado é total (não fica proibido que as crianças rezem, em particular). As sessões da própria Corte Suprema são abertas com a invocação de Deus, o Deus cristão.

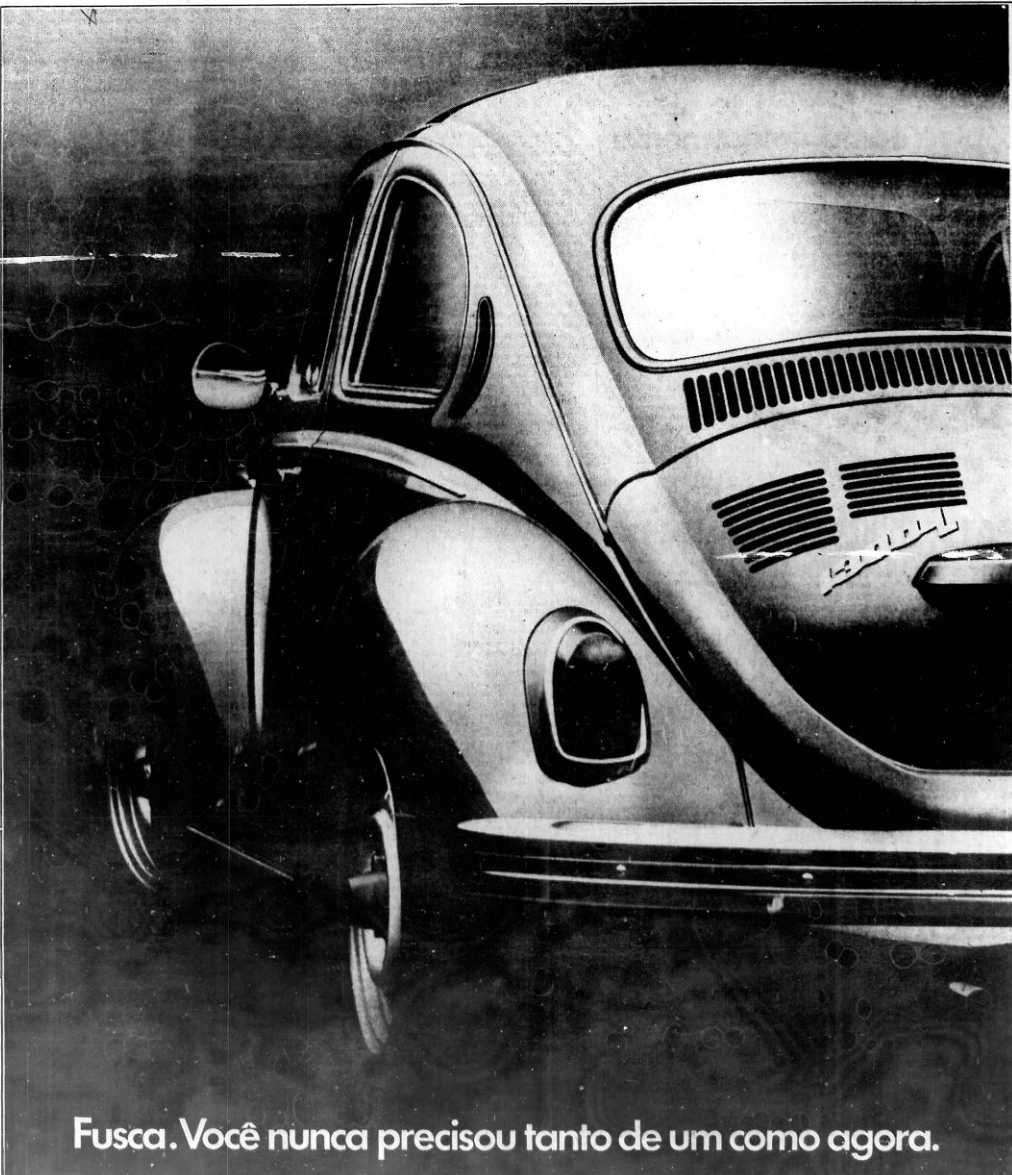
Em dias, a Corte Suprema revisará a questão da pena de morte. Vários estados, em protesto contra a decisão anterior, fizeram reviver a pena, nos Legislativos (ninguém, porém, foi ainda executado).

QUESTÃO DE IMAGEM

A corte, antes, eliminara a pena de morte porque consistia em "punição cruel e inusual", o que a Constituição veta. Os majoritários, porém, ambigamente, se declararam motivados pelo excesso de sofrimentos a que eram submetidos os condenados, enquanto esperavam resultados de apelos (2 anos, no mínimo).

Ficou subentendido (talvez, o que será decidido agora) que se a pena fosse executada prontamente, a Corte permitiria que os estados a mantivessem nos casos em que a julgassem dissuasiva de crimes sérios (atentados contra líderes políticos, assassinato de policiais e assassinos de vítimas de rapto).

Seria tolice tentar prever a decisão da Corte, que surpreendeu, no passado, tantos palpites. Resta a questão de imagem. A Corte, sob Earl Warren, era, em verdade, a "última instância" dos destituídos nos EUA, em face da indiferença habitual de Executivo e Legislativo. Com a odisseia de conservadorismo na Terra, em 1976, é bem possível que se feche essa última válvula de escape.



Fusca. Você nunca precisou tanto de um como agora.

Fusca, para quem precisa de um carro que ande no ritmo de hoje. Ágil e forte, o Fusca vence qualquer distância com a experiência da mecânica Volkswagen. Econômico, é o carro que menos gasta em manutenção e menos consome gasolina. Confiante, é protegido pela maior rede de revendedores do País. Atual, é aquele que oferece o menor preço de compra e o que mantém sempre o maior valor de revenda. Some tudo isso e escolha o seu 1.300, 1.300-L ou 1.600.



EUA temem queda de vida pela falta de combustível

WASHINGTON — O debate nacional sobre a escassez de gasolina ganhou, durante esta semana, uma amplitude que fez com que os norte-americanos adquirissem a certeza de que seu confortável modo de vida, com níveis de elevado consumo e calefação jantada, sofrerá duros transtornos.

Nas duas semanas seguintes, o presidente Jimmy Carter, o Congresso, as companhias petrolíferas e as organizações dos consumidores se acionaram mutuamente de serem os culpados pela crise do abastecimento de gasolina.

Para começar, ninguém ainda entrou em acordo sobre a realidade da crise, sua amplitude e suas perspectivas.

De acordo com a maioria dos especialistas, os estoques de gasolina nos EUA são equivalentes a 85 por cento do habitual e não deveriam decer muito mais.

Entretanto, quando se trata de metas de produção de gasolina, há uma grande diferença de pontos de vista. No fim de abril, a "picose do abastecimento" apoiado de um país de 220 milhões de habitantes onde circulam 140 milhões de automóveis.

Todos se precipitaram aos postos de gasolina para encher seus respectivos tanques e acumular reservas, atitude que tornou real a escassez.

Três semanas depois seu surgimento, a crise da gasolina converteu-se no principal tema da vida norte-americana. As cadeias de

televisão consagram diariamente a maior parte de sua noticiários a este assunto, o que, naturalmente, aumenta o pânico.

O presidente Jimmy Carter criticou, simultaneamente, o Congresso, que não aprovou seu plano energético há dois anos atrás, e aos motoristas, que não fazem nenhum esforço para reduzir o consumo.

Por outro lado, no Congresso são ouvidas críticas ao chefe da Casa Branca pela falta de objetividade de sua política energética.

As empresas petrolíferas, que segundo alguns "fecharam deliberadamente as torneiras do abastecimento", esperam o fim de seu momento de atenção.

Entretanto, os executivos destas empresas, convocadas a prestar depoimentos para as comissões do Congresso, defenderam-se acusando a oilco Komeini, o xeque Yamani e todos os produtores estrangeiros dos quais os EUA adquirem 50 bilhões de dólares de petróleo por ano.

As organizações dos consumidores, por sua vez, atacam o governo, o Congresso e as empresas petrolíferas, afirmando que a liberdade de circular em automóvel já faz parte dos direitos fundamentais do cidadão norte-americano.

Há alguns dias atrás, um todo copulatório parece ter sido oferecido para o sacrifício: James Schlesinger, secretário da Energia de Carter, cuja renúncia foi solicitada por sete senadores do Partido Democrata.

Cientista afirma que Three Mile provokará câncer

WASHINGTON — Um cientista da Pennsylvania acusou ontem o governo federal-americano de ocultar as informações reais sobre a radioatividade liberada pelo reator danificado da usina de Three Mile Island acrescentando que "centenas de pessoas, talvez milhares" irão morrer em consequência do acidente nuclear.

O depoimento do químico Chauncey Kepford, que lutou contra a construção da usina em nome do "Grupo de Proteção Meio Ambiente da Pennsylvania", contraria as previsões anteriores do secretário da Saúde, Edw. Ruffalo, Bem-Estar, Joseph Califano, e de os vamentos de radiação liberados pela usina mais uma morte adicional devida ao câncer.

Um membro da equipe governamental encarregada de medir a radiação considerou as denúncias de Kepford "ridículas", pois os cálculos de radiação feitos por um grupo de diversas agências "aproximaram-se da negligência crônica" de seus derivativos.

Não foram feitos nos dois primeiros dias do acidente quando o vazamento era maior. Não levaram em consideração as massas estagnadas de ar sobre a área, impedindo a dispersão de radiação.

Limitaram-se a um ralo de 22 quilômetros da usina, não levando em consideração que os dosagens nas altas poderiam estar em pontos mais afastados da usina.

Ocidentalistas estudam opção para a crise energética

PARIS — Os vinte países ocidentais da Agência Internacional de Energia (AIE) estão em uma situação em que se encontra o mercado do petróleo protagonizado em 1980 e consideram a possibilidade necessária "uma ação firme e imediata".

Segundo o comunicado final da conferência que a Agência Internacional de Energia (AIE) realizou nos últimos dias, a atual situação mundial do petróleo será "causar nos próximos anos uma situação econômica ruim nos países industrializados, como nos países em vias de desenvolvimento".

Segundo os ministros da AIE, faz falta uma maior cooperação internacional no solução dos problemas de abastecimento de energia e uma divisão mais justa das reservas disponíveis.

O comunicado acrescenta que os participantes da conferência expressaram o seu alarme ante o "forte e rápido" aumento dos preços do petróleo e dos seus derivados.

Como resultado, por um ano em curso, os países da Agência tomarão medidas imediatas para alcançar o objetivo, fixado em março passado, de reduzir o seu consumo em cinco por cento.

Atualmente, a falta de petróleo no região da AIE (do Oriente Médio e a França) é de quatro por cento. A aplicação do plano a curto prazo deverá equilibrar a oferta e a procura.



Membros de comunidade "gay" leram em voz alta um texto de declaração e homenagem ao povo gay.

Revolta homossexual agita San Francisco

SAN FRANCISCO — Setenta e três indivíduos — um deles em estado grave — 12 detidos e vinte e seis prejudiciais materiais foram o saldo da violenta manifestação que reuniu uma multidão de pessoas — na maioria homossexuais — no gabinete do prefeito, que protestavam contra a pena decretada para Dan White, assassino do prefeito de San Francisco George Moscone e do senador liberal Harvey Milk, ex-petiteiro por sua vez de a "Gay Community Organization" (homossexuais) de San Francisco.

Os manifestantes acharam a pena de sete anos e oito meses, reduzida a cinco anos com liberdade sob palavra, muito branda. A promotoria havia pedido a pena capital. No confronto com a polícia nas ruas, os manifestantes lançaram pedras, jogaram lixo e destruíram vitrines e fachadas de edifícios antigos publicitários, janelas de ônibus e tudo o que estivesse em seu caminho de incidentes, ocorridos no centro urbano, provocaram também o fechamento de mais de 30 automóveis, entre eles 12 da polícia.

Em manifestação em exercício, Diane Pfeilstein, colocou taxa a Guarda Nacional e a polícia e uma multidão de manifestantes saiu para as ruas, segurando cartazes e gritando slogans. Grupos de manifestantes saíram pelas ruas quebrando vidrãs e pondo fogo em sacos de lixo.

Uma coalizão deverá governar o Canadá

OTTAWA — Aproximadamente 15 milhões de canadenses, desde os esquimós do Ártico até os moradores das grandes cidades do Grande Lago, foram ontem as urnas decidir se o país continua a ser governado pelos liberais do premiê Pierre Trudeau, ou pelos conservadores do novato Joe Clark.

Em um último momento da campanha eleitoral, a incerteza sobre qual partido sairá vencedor das eleições para o Parlamento em novembro de 1980, levou os liberais a tentarem formar uma coalizão com os dois outros partidos, o Partido Liberal e o Conservador, que controlam a vida política do país, empatados, ou com uma terceira coalizão com o novo Partido Democrático, de tendência social democrata e liderado por Ed Broadbent, líder da oposição.

Trudeau deixou ontem sua residência oficial apenas para votar em seu distrito eleitoral de Montreal, que sempre lhe deu amplas vitórias desde que entrou para a política em 1969, após se filiar ao Partido Liberal. Antetom a noite, ele foi ao estado de Montreal para assistir à vitória do Montreal Canadiens sobre o New York Rangers e assim conquistar sua quarta vez consecutiva a liderança no gabinete do primeiro-ministro.

Nos dois meses de campanha, Trudeau, natural de Quebec centralizou seus pronunciamentos em temas nacionais, dando ênfase ao aumento da produtividade econômica afirmando que se não poderia impedir a sucessão de sua própria vitória afirmando que Clark, 20 anos mais jovem que Trudeau e recém ingressado nas lides políticas, por sua inexperiência e pouco popularidade o que as províncias exigem e permitir a sucessão de Quebec.

que Joe Clark, 50 anos mais velho que Trudeau, e recém ingressado nas lides políticas, por sua inexperiência e pouco popularidade, o que as províncias exigem e permitir a sucessão de Quebec.

Broadbent responsabilizou Trudeau e seu governo pela inflação e pelo desemprego. Ao mesmo tempo responsabilizou os líderes dos grandes partidos canadenses a possibilidade de eleger a maioria absoluta com 142 cadeiras, no Legislativo. Ele nos novos deputados, que tinham 13 cadeiras no Parlamento anterior, baseado no seu desempenho, um ano após a vitória de Trudeau assumindo o governo, em 1968. "Agora, porém, seu governo está gasto, cansado e fatigado".

Broadbent, por sua vez, atacou ambos, não ficando numa posição conservadora, com nenhum dos dois partidos com os quais, muito positivamente, ele queria fazer uma coalizão, não por que o deseja mais por que seu peso no Parlamento, embora inferior ao de liberais e conservadores, era decisivo para a formação do futuro governo, caso se confirmasse as pesquisas eleitorais que não asseguram a maioria dos dois grandes partidos canadenses a possibilidade de eleger a maioria absoluta com 142 cadeiras, no Legislativo. Ele nos novos deputados, que tinham 13 cadeiras no Parlamento anterior, baseado no seu desempenho, um ano após a vitória de Trudeau assumindo o governo, em 1968.

SEU PUNTO DE VISTA É PROGRAMADO

PELA MANHÃ, NO HORÁRIO DAS 8.30 ÀS 10.30 HS.

Inscriva-se no Curso Lojipian de Programação linguagem Cobol - estude por apostilas tecnicamente elaboradas, programa os revolucionários IBM 370 e concorra a uma bolsa inteiramente grátis que a empresa oferece a cada turma.

O curso é inteiramente financiado pela Lojipian e, ao final de cada turma, inúmeras organizações solicitam novos profissionais.

LOJIPIAN
Controles e Sistemas Ltda.
Rua Dr. César Mota Jr., 61, 2º andar
Tel.: 221-4888 (horário comercial)
Uma das Empresas Lojista S.A.

FOLHA DE S. PAULO

Entidade para a Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo

Sede Própria - Rua Dr. Bitencourt Rodrigues, 155
(publicado todas as quartas-feiras neste jornal)

ANO 8 - QUARTA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 1979 - Nº 358

REAJUSTE SALARIAL DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PARA 1979

A Irredutibilidade e Insensibilidade do Governador de uma classe --

Esta Associação, em reiteradas mensagens e adjuvadas publicações, vem alertando todos os seus membros no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 1979, a fim de mostrar ao Sr. Governador que, face à legislação atual, as atualizações financeiras da hora presente, a classe a quem o orgão não representa, não atende a ALÍQUOTA SALARIAL DE EXCESSO ALGARIM, pois, em consequência, deixando apenas no presente episódio do Reajuste Salarial do Funcionário Público para 19

FOLHA DE S. PAULO

Editor Responsável: Boris Casoy

São Paulo, sexta-feira, 13 de junho de 1980

Um jornal a serviço do Brasil

Ano 59

N.º 18.699

Al. Barão de Limeira, 425

CR\$ 15.00

Todos os postos de vacinação antipólio — págs. 10 e 11

A Dutra será bloqueada na visita papal

A Vila Dutra será parcialmente bloqueada a partir de meia-noite do dia 14 de julho até o dia 3 de julho, data da visita do Papa a Aparecida.

Nesse período, o tráfego estará liberado somente aos veículos que se destinarem a Aparecida e cidades vizinhas. Os ônibus e caminhões que fizerem o percurso Rio-São Paulo e vice-versa serão desviados para a rodovia Rio-Santos e estradas secundárias.

Este esquema, denominado "Operação Papa", foi acertado ontem em Aparecida durante reunião entre autoridades do Exército, da Polícia Militar, da Igreja e o prefeito local.

No dia 3 o esquema será mais rigoroso, pois os veículos particulares não poderão entrar em Aparecida. Eles deverão estacionar nos terminais de Engenheiro Neyva (os procedentes de São Paulo) e Roselira (os procedentes de Rio), onde os fiéis terão ônibus e trens gratuitos para ir até a Basílica.

A Prefeitura espera a presença de até um milhão e meio de visitantes. **PAG. 5**

encontros na FOLHA

"Encargos Sociais e Política Salarial" foi o tópico discutido ontem no quarto dia de debates Encontros na "Folha", que neste mês focaliza o tema "Relações do Trabalho". Os debatedores foram os economistas Carlos Van Doellinger e José Serra, o empresário Paulo Mariano dos Reis Ferraz, o dirigente sindical Hugo Perez e Pedro Luis Ferronato, assessor jurídico do Ministério do Trabalho, mediado pelo jornalista Emilio K. Matsumoto.

O Encontro deste mês será encerrado hoje com debates sobre "Negociação e Arbitragem", a partir das 20 horas no auditório da "Folha", dos quais participará o líder sindical Luis Incio da Silva, Luta, o suplente de senador Fernando Henrique Cardoso, o empresário Henri Maksoud, o deputado Celso Borja e o professor Leônides Martins Rodrigues, sob a coordenação de José A. Guilhon Albuquerque. **PAG. 19**

Opinião

* "Militares no debate", de Luiz Alberto Bahia, na Página Dois; "O fim e o começo", de Tristão de Althayde, e "Itinerário místico", de Gerardo Melo Mourão, na Página Três.

Nacional

* Parlamentares da oposição estão organizando um "bolo" no Congresso, cujo tema é saber o que acontecerá no Brasil até janeiro de 1983. Cada aposta custa mil reais e quem fizer a previsão mais aproximada ganhará o prêmio ao final dos atuais mandatos. **PAG. 4**

* As oposições acham que o parlamentar que tiver algum prefeito ou vereador entre seus parentes (até 3.º grau) não poderá votar a emenda Anísio de Sousa, que prorroga os mandatos municipais. Calcula-se que haja pelo menos 400 parlamentares do PDS nesta situação. **PAG. 4**

* O tamariz advertiu ontem o embaixador Roberto Campos para que evite "polêmicas indesejáveis" com as áreas responsáveis pela estratégia econômica do governo — aliado às suas divergências públicas com Delfim Neto. **PAG. 3**

Exterior

(dos correspondentes)

* Paulo Francis, de Nova York, comenta a decisão dos países da Comunidade Econômica Européia em não se voltarem decisivamente contra Carter, pois isso implicaria em beneficiar o candidato republicano Reagan. **PAG. 7**

* Mauro Samaryana, de Madrid, escreve sobre os conflitos registrados em Andaluzia, em consequência do desemprego no setor agrícola. **PAG. 7**

* Osvaldo Peraiwa, de Bogotá, mostra como a morte do premiê Oñiza poderá beneficiar os enfraquecidos liberais. **PAG. 8**

* J. B. Natali, de Paris, comenta a evolução dos acontecimentos em Nova Hébridas, com a decretação do estado de emergência. **PAG. 8**

Educação

* O congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo será aberto amanhã, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, quando serão discutidos os temas "Universidade" e "Estrutura da UEE". **PAG. 13**

Economia

* A Bolsa de Valores de São Paulo fechou em baixa de 1,0% ontem, movimentando Cr\$ 458,49 milhões. No "open market", as operações "overnight" foram realizadas às seguintes taxas médias: 3,06% para NTN e 3,21% ao mês para NTN. **PAG. 18**

Esportes

* O centrosestre Serginho, do São Paulo, deverá ser cortado hoje da seleção brasileira, pois não melhorou da contusão que sofreu no treino de terça-feira. Nunes, do Fluminense, é o mais indicado para ocupar seu lugar. **PAG. 24**

Ilustrada

* Paulo Francis fala da obra do escritor norte-americano Henry Miller, falecido no início da semana, e cita de Sigmund Freud, Graham Greene, Lillian Hellman e outros. **PAG. 37**

O tempo

* Parcialmente nublado em São Paulo, com aumento de nebulosidade na seleção brasileira, pois não melhorou da contusão que sofreu no treino de terça-feira. Nunes, do Fluminense, é o mais indicado para ocupar seu lugar. **PAG. 24**

Ilustrada

* Paulo Francis fala da obra do escritor norte-americano Henry Miller, falecido no início da semana, e cita de Sigmund Freud, Graham Greene, Lillian Hellman e outros. **PAG. 37**

O tempo

* Parcialmente nublado em São Paulo, com aumento de nebulosidade na seleção brasileira, pois não melhorou da contusão que sofreu no treino de terça-feira. Nunes, do Fluminense, é o mais indicado para ocupar seu lugar. **PAG. 24**

Ex-soldado uruguaio conta como foi o sequestro de Lillian



Hugo Vélter Garcia, ex-soldado uruguaio, participou do sequestro da Lillian e Uruandina, em 1978.

O Deps de Porto Alegre e a Polícia Federal brasileira participaram ativamente de toda a operação de sequestro em Porto Alegre e posterior remoção para Montevideo do casal uruguaio Lillian Celberber e Uruandina Rodrigues, em novembro de 1978, conforme depoimento do ex-soldado uruguaio Hugo Vélter Rivas Garcia, de 23 anos, casado, um filho de 11 meses,

como a participação do investigador Otaviano Portassi ("Didi Pedalada") no sequestro, e acrescenta novas informações, como a de que o casal sequestrado ficou alojado no próprio prédio da Polícia Federal brasileira, junto à fronteira, até ser levado para a Itália uruguaio.

Hugo Vélter contou também que, na escola de inteligência do Exército uruguaio, diretamente vinculada ao Estado-Maior, havia aulas de tortura, nas quais eram utilizadas cobras humanas, os próprios presos da Companhia de Contra-Inteligência ou, na falta destes, detidos fornecidos pelo Regimento de Infanteria n.º 13.

"Todos participavam das torturas, senão se infringia o Código Penal Militar, o que implicava em cadeia e toda pessoa que é presa é imediatamente torturada. Para se obter informações", contou o ex-soldado, de 23 anos, casado, um filho de 11 meses. **PAG. 6**

Denunciada a violência das "rondas" no Centro



Sete fotos, que documentam a violência policial nas "rondas", faz parte do álbum que o comissário exibiu ontem ao delegado Rubens Liberatori, no Degrat.

o prostitutas, um homossexual e uma empregada doméstica estiveram ontem com o delegado Rubens Liberatori, diretor do Degrat, para denunciar a violência e arbitrariedades policiais que sofriam, ao serem detidos pelas "rondas" do delegado Wilson Hietchi da Seccional Centro. Eles estavam acompanhados por uma comissão de deputados, advogados, artistas e integrantes da Frente Nacional Feminista.

O sequestro do grupo com Liberatori durou três horas. Na ocasião, o deputado estadual

Eduardo Matarazzo Suplicy mostrou ao diretor do Degrat um álbum de fotografias sobre violências praticadas durante as "rondas". Em quase todas as fotos aparece o delegado Wilson Hietchi comandando as diligências.

Também o sociólogo Vinícius Caldeira Brand — embora não tenha sido preso pela "ronda" — denunciou as arbitrariedades policiais que presenciou nos três dias em que esteve detido no 1.º DP. **PAG. 12**

Garantidas as diretas em 82

Figueiredo diz que mantém seu projeto

"Você me acha mentiroso? Eu não iria mandar um projeto no Congresso se pensasse de outra forma" — esta foi a reação do presidente Figueiredo, em entrevista concedida ontem à imprensa, em Belo Horizonte, ao ser questionado se mantém firme seu propósito de realizar eleições diretas para governador em 1982.

Figueiredo afirmou que, com a reformulação partidária, o quadro político ficou mais "puro e aprimorado", com "oposição continuando oposição". Ao referir-se a pronunciamentos considerados ofensivos às Forças Armadas, ele deixou claro que "apenas alguns elementos da oposição estão perdendo a cabeça e dizendo coisas que não devem ser ditas por homens educados".

O presidente Figueiredo garantiu, ainda, que a inflação não lhe causa "dor de cabeça alguma, porque, enquanto os

árabes estiverem aumentando o preço do petróleo, a inflação vai crescer". Disse que todos devem se conscientizar de que a guerra à inflação e de todos os brasileiros. "Todo mundo tem que cooperar. Não são apenas a governos e os assalariados, estes já bastante sofridos, que devem lutar contra a inflação, mas todos nós. Se todos se unirem, terão a certeza de termos condições de vencer a inflação", afirmou.

Segundo o Presidente, o alto preço do barril de petróleo explica todo o crescimento da taxa inflacionária, lembrando que "quando assumi o governo, o barril de petróleo estava a 12 dólares e agora está a 30 dólares, enquanto nos estamos nos esforçando para aumentar nossas exportações para 20 bilhões de dólares. É a conta de petróleo que chega a 11 bilhões, levando mais da metade. No isso explica tudo". **PAG. 5**

Gasolina terá "dois saltos" até setembro

O ministro do Planejamento, Delfim Neto, em entrevista concedida ontem à "Folha", em Brasília, afirmou que o déficit interno da conta petróleo — da ordem de Cr\$ 50 bilhões —, será totalmente coberto até setembro deste ano, através de dois grandes aumentos nos preços dos derivados.

Reveleu também, que o governo não vai definir os preços da iniciativa privada sobre os quais recairão as maiores restrições às importações, preferindo que a seleção seja feita pela própria política monetária. A seleção prevista do governo — assinalou — ocorrerá apenas no setor estatal.

O ministro do Planejamento disse que acredita na possibilidade de um "relativo equilíbrio" na conta de comércio este ano, mas afirmou que as medidas econômicas do governo e os esforços para aumentar as exportações não vão melhorar a situação. **PAG. 17**

O Irã sufoca tentativa de golpe militar

Foi descoberta pelas Forças Armadas iranianas uma conspiração para depor o regime islâmico do aliatado Khomeini, anunciou ontem o rádio Teerã, acrescentando que seis oficiais já foram presos e serão julgados.

Segundo a emissora, a organização autodenominada "Grupo Deposição" mantém contatos constantes com os generais do Exército do ex-sítio Pahlavi e pretendia incitar uma rebelião no Curdistão, para ali instalar um regime sob a direção do ex-monarca.

A rádio também disse que dois diplomatas iraquianos foram presos em Teerã na quarta-feira à noite, quando "entregavam documentos", mas não fez nenhuma ligação entre os dois fatos.

Mais de 200 pessoas ficaram feridas, ontem, em violentos choques entre religiosos conservadores e os muçulmanos "progressistas islâmicos", durante uma manifestação. **PAG. 7**

D. Paulo refuta as declarações de Passarinho

O cardeal dom Paulo Evaristo Arns classificou ontem como "increduláveis" as declarações feitas na véspera, na ESG, pelo líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, segundo as quais parte da Igreja "está pregando a derrocada do governo brasileiro". Para dom Paulo, a acusação é "alarmista, e portanto prejudicial à paz, omissiva e falsa em muitas afirmações, portanto contra o decoro nacional".

Em Brasília, o secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes, afirmou que o documento "Igreja e Problemas da Terra" (no qual Passarinho se baseou para fazer as acusações) representa o pensamento da entidade. **PAG. 4**

Polícia proíbe, mas a UNE vai protestar hoje

A Secretaria da Segurança Pública do Rio de Janeiro proibiu a manifestação marcada pela UNE para hoje, às 16h30, em protesto contra a demolição da antiga sede da entidade estudantil na praia do Flamengo.

Antes que a proibição fosse anunciada, o presidente da UNE, Itui Cesar Costa e Silva, divulgou nota confirmando que "nesta sexta-feira voltaremos às ruas, nos manifestando contra a demolição, contra a repressão e alertamos desde já que qualquer ato de violência e repressão será de única responsabilidade das autoridades estaduais e federais". Anunciou também a realização de manifestações em São Paulo, Bahia, Minas e Rio Grande do Sul. **PAG. 15**

Os homossexuais no momento de sua definição

Jean-Claude Bernardet

O movimento, o fluxo ambíguo, é a condição básica para o homossexual assegurar o espaço que vai conquistando na sociedade

Uma das impressões que deixa uma discussão como a ocorrida no Sindicato dos Jornalistas em 26 de junho em torno de Política e Desejo, é que os homossexuais encontram-se na contradição entre se definir ou não se definir como homossexuais, vendo em ambas as tendências aspectos positivos e negativos que se negam reciprocamente. Qualquer opção entre se definir e não se definir aparece simultaneamente como um ganho e como uma perda.

Não se definir é não criar a sua diferença em relação ao resto da sociedade. É não se identificar no conjunto do corpo social. É deixar que a sexualidade não se viva plenamente. É deixar que as repressões anti-homossexuais, familiar, religiosa, policial, política etc, façam o seu trabalho. Pois, se não houver identificação como homossexual, em nome de que enfrentar as repressões? E mais: se não me defino, se não me identifico, como vou ter certeza do que sou? A autodefinição como homossexual parece então um momento fundamental para a existência de uma prática homossexual na sociedade.

Mas, de repente, essa definição passa a ser vista também como uma cadeia para os próprios homossexuais. Ela que era um convite ao prazer torna-se uma limitação. Porque é uma categoria. O fato de entrar nesta ou naquela categoria é tranquilizador, mas é também castrador. Uma vez que se pertence a uma, não se pertence a outra. Para encontrar um lugar dele na sociedade, o homossexual recorre ao sistema que ela lhe oferece, a classificação. A situação, parece, fica mais clara para todo mundo. Há os minerais, os vegetais (...) o ser humano, que se divide em homens e mulheres, que se dividem... Fica mais claro, mas fica falso, como

se o comportamento heterossexual fosse particularidade privativa dos heterossexuais, o comportamento homossexual dos homossexuais. Homossexualidade não é privativo de homossexuais, nem heterossexualidade de heterossexuais, nem masculinidade de homens, nem feminilidade de mulheres. Homo e heterossexualidade não designam estados, mas formas ou possibilidades de comportamento extensivas ao conjunto do corpo social, envolvendo todas as pessoas independentemente da forma específica de sua genitália e da prática sexual a que se entregam exclusiva ou predominantemente.

Sexualidade e diferença

É possível a um indivíduo se ater com exclusividade a uma forma de comportamento sexual, ou ter práticas sexuais diversificadas. Mesmose atendo a uma forma única, é difícil aceitar o uso da categoria, porque, além do comportamento genital, há outras faixas de comportamento e de sensibilidade que escapam à definição: uma problemática homossexual pode estar presente, mesmo recalçada, num indivíduo de comportamento heterossexual e vice-versa. As amizades, mesmo que não expressas em atos genitais, de "heteros" com pessoas do mesmo sexo, ou de "homos" com pessoas de outro sexo, não permitem o enquadramento numa categoria. Aliás, a própria palavra "homossexualidade" é insatisfatória também no seu uso singular: homossexualidades, bem como heteros-

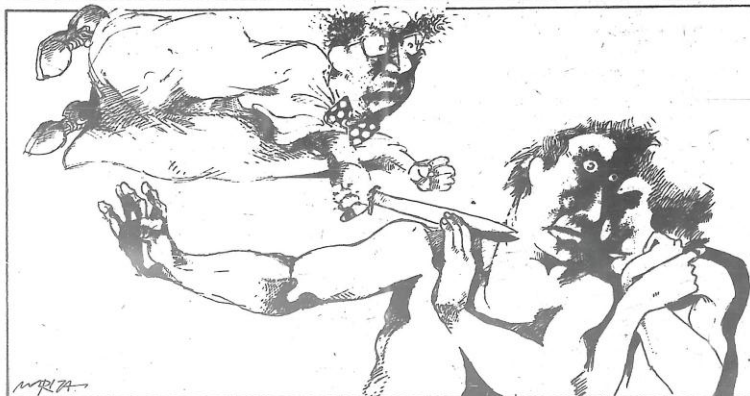
sexualidades, atendem mais à pluralidade dos comportamentos sexuais, quer homo, quer hetero.

A categoria não só não atende à realidade psicológica e social dos homos ou heterossexuais, da homo ou da heterossexualidade, como bloqueia os possíveis, ela inibe as potencialidades. Neste debate no Sindicato dos Jornalistas, algumas intervenções, principalmente de Maria Rita Kehi e da Teca, deixaram claro que o desejo não é vontade de realizar uma coisa, mas sim um movimento, uma vontade e uma potencialidade de ir sempre além de si próprio, um fluir sem fim. A hesitação entre se definir ou não se definir como homossexual não é (não é apenas) uma questão de tática para o movimento homossexual, mas uma questão de humanismo, ou melhor, de crise do humanismo. A definição como homo ou como heterossexual remete ao ser, à essência de um ser, idêntico a si próprio, pedra de toque, princípio central organizador e aferidor de tudo o mais. Fissuras profundas desestabilizaram esse ser e as colmatagens aqui e lá não convencem muito. Esse ser (aos pedaços) não seduz mais, não é mais o rei de nosso imaginário, não é mais um princípio produtor de poesia. O que nos atrai, nos seduz, o que vivemos hoje como princípio produtor é o movimento, o fluir ambíguo. Antes as funções do que o ser. Me agrada pensar no meu corpo, hoje, não como alguma coisa que é, mas como um lugar de passagem. Me agrada pensar em mim como uma transição. Não sei entre quê e quê, e os quês são bem menos importantes que a sensação e vontade de transição. Embora, reconheço, continuo a usar o pronome "eu" para me designar, nem saberia fazer diferentemente. Assim mesmo, o que me seduz como imagem de mim é um lugar — momento de passagem — transição — transformação. Tomar água em abundância e suar e urinar fartamente gera em mim uma imagem prazerosa do corpo como circulação, o que circula se transforma, a circulação transforma o corpo. Há uma instabilidade satisfatória do corpo enquanto coisa, que coloca em primeiro plano, como o que realmente vale, a circulação transformadora. Certas obras arquitetônicas modernas apontam para essa desvalorização do ser enquanto essência ou estabilidade, valorizando as funções de passagem. Penso, por exemplo, no Centro Cultural Pompidou, em Paris, onde o prédio não só deixa à mostra como exhibe (até talvez de modo caricatural), em lugar de fachada, as tubulações por onde circulam o ar e as pessoas, enquanto as funções de estar, de ficar, são menos valorizadas pelo desenho arquitetônico. Alguns reflexos disso, me parece, encontram-se no Centro Cultural da Vergueiro. Essa passagem — transição — circulação não ocorre apenas ao nível de um corpo, dentro de um corpo, mas em corpos acoplados, corpos circulando dentro de corpos, corpos circulando dentro de espaços, num movimento que não se fixa.

Circulação de corpos

Ao viver a hesitação definir-se/não se definir, homossexuais apontam para uma fase fascinante da transformação das nossas sensibilidades e filosofias, e me parece não haver dúvida de que a opção mais rica, mais transformadora, é para a não definição e em favor do fluir e da pluralidade das potencialidades. No entanto a opção para a não definição pode levar os homossexuais a uma diluição, indiferenciação que pode ser negativa ao nível da luta. A repressão policial, a restrição ao emprego, etc. precisam ser enfrentados. A filosofia do fluir não é arma forte contra uma sociedade cujas instituições se pautam por definições, categorias, rechaçam o movimento e o ambíguo. De certa forma, lutar com as mesmas armas da sociedade opressora. Como disse alguém neste debate, recorrer às formas de poder que usa essa sociedade para os homossexuais definidos afirmarem um lugar onde ficar. E ao afirmar tal lugar, também reproduzir essa sociedade, se diferenciar e se assemelhar simultaneamente. Se essa luta, que exige um mínimo de definição, não pode deixar de ser levada, e não pode deixar de ser aceita como momento tático, é necessário que não se perca de vista que esta não é a dinâmica de nossa transformação mais enriquecedora. A tensão definição/não definição não deve ser resolvida pela vitória de um dos termos mas, ao contrário, ser aprofundada. ■

Jean-Claude Bernardet é ensaísta, autor de "O que é cinema" (Bresiliense).



Ilustrador: Mariana Dias Costa

O homossexualismo, da História para a luta política.

Marta Suplicy, psicóloga clínica.

A sexualidade humana foi pouco estudada pelos historiadores, que sempre se preocuparam mais com os aspectos econômicos e políticos da sociedade. A maioria do material histórico sobre sexualidade não é constituído de dados, mas de opiniões e mexericos de cronistas da antiguidade, muitas vezes mais preocupados em expressar suas próprias opiniões do que em observar e documentar o seu período. Cada geração repintou a sexualidade e homossexualidade de acordo com suas preocupações e de forma a reforçar a concepção de seu tempo. No século 19, a história foi frequentemente usada para reforçar idéias tradicionais sobre castidade e monogamia. Mais recentemente está sendo usada para combater o preconceito contra comportamentos até então entendidos como patológicos, como o homossexualismo.

Apesar de virtualmente todas as sociedades possuírem a instituição do casamento e encorajarem o comportamento adulto na direção heterossexual, existem evidências de homossexualismo, com variações na aceitação ou não da sua prática, em toda a história humana.

É bastante difundida a idéia da aceitação grega do homossexualismo. Entretanto, na Grécia antiga o homossexualismo era aceito e até considerado próprio somente quando praticado entre adultos e jovens púberes. Assim que estes jovens se tornavam rapazes, eram levados a procurar mulheres. Mais tarde podiam retornar suas atividades homossexuais com pessoas mais jovens do que eles próprios. A relação sexual entre dois homens adultos não era bem vista. Estudiosos, como Flacelière, no seu livro sobre o amor na Grécia antiga, concluiu "que a homossexualidade nunca prevaleceu na Grécia exceto em uma classe, em um período de tempo limitado, e não existe evidência de a homossexualidade ser aprovada socialmente."

Roma, no período pré-Cristão, também conheceu a homossexualidade e a prostituição masculina. O poeta Petronius escreveu sobre o tema no seu famoso Satyricon. Porém, como na Grécia antiga, a atividade homossexual era restrita aos adultos com jovens púberes. Os romanos desprezavam a homossexualidade quando esta era a orientação predominante ou o comportamento era efeminado.

Sabe-se muito pouco sobre o comportamento sexual no começo da era Cristã. Acredita-se que as restrições ao homossexualismo sejam provenientes da repressão judaico-cristã. Entretanto, o judaísmo não foi uniformemente anti-sexual e a regulamentação sexual sempre ocorreu em todas as sociedades humanas. Quase todas as culturas ocidentais antigas, tal como o cristianismo, proibiam o homossexualismo.

A maior mudança em relação à homossexualidade ocorreu com a proclamação do Código de Napoleão, em 1804, permitin-

do o homossexualismo, por livre escolha, entre dois adultos. Outros países seguiram esta modificação, mas a Inglaterra e América do Norte mantiveram suas leis restritas. Entretanto, a maioria das leis se refere ao homossexual masculino, pois o feminino nem era reconhecido. Atos homossexuais foram descriminalizados na Holanda, países escandinavos, Espanha, México, Inglaterra, Brasil, mas a maioria dos Estados americanos ainda o consideram ilegal.

Foi nos EUA, provavelmente devido à maior repressão à homossexualidade e condições sociais, que os primeiros movimentos de proteção ao homossexualismo se organizaram. Esses movimentos tomaram impulso em 1969, quando a polícia de Nova York invadiu um bar homossexual e muitas centenas de homossexuais reagiram provocando uma das primeiras grandes manifestações públicas contra a opressão e discriminação a que são submetidos.

As conclusões do Relatório Kinsey em 1948 e 1953, já haviam conturbado a opinião pública com o resultado surpreendente de que 50% dos homens tiveram experiência homossexual antes da puberdade; 33% pós a puberdade; 10% eram predominantemente homossexuais e 4% eram exclusivamente homossexuais.

Apesar de o comportamento homossexual ser antigo, a identidade homossexual só existe em sociedades modernas urbanizadas. Essas sociedades então tendem sua visão modificada e passam a encarar o homossexualismo como um comportamento sexual alternativo e não como doença. Mas foi somente no começo dos anos 70 que os homossexuais passaram a se encarar de forma diferente, diminuindo o sentimento de culpa pela sua orientação sexual e assumindo a necessidade de organizar-se politicamente para ter seus direitos de cidadão respeitados.

Em 1973, a Associação Psiquiátrica Americana retirou o homossexualismo da classe das doenças mentais. No Brasil, embora o homossexualismo perante a legislação brasileira não seja considerado crime, o preconceito existente faz com que a polícia com frequência abuse de sua autoridade.

Recentemente, o deputado estadual pelo PT, João Batista Breda, médico psiquiatra, enviou moção ao ministro da Previdência Social, Jair Soares, e, agora, ao seu substituto Hélio Beltrão, requerendo a exclusão do parágrafo 3020 do Código de Saúde do Inamps, que rotula o homossexualismo como "desvio e transtorno sexual". Não recebeu resposta.

Enquanto os homossexuais não se unirem e se organizarem, assim como o fizeram seus companheiros de outros países, e outros grupos de oprimidos como negros e mulheres, a situação do homossexual dificilmente melhorará.



Dor nas costas nem sempre é problema de coluna. Às vezes é defeito do pé.

DOR NAS COSTAS? FIQUE DE OLHO NO SEU PÉ.

Como é triste sentir dor nas costas. O bom humor vai desaparecendo e a fisionomia da pessoa vai se alterando, deixando claro o sofrimento está sentindo. E aí começa um velho problema, e tudo passa a parecer pior do que é. A cama, então, torna-se num santo remédio, mas não antes daquela que se sente perdidamente "doente" entupir-se de analgésicos e pomadas milagrosas.

Contudo, o ideal mesmo é buscar a ajuda de ortopedista, pois, uma "simples" dorzinha pode ser provocada por alterações — às vezes, pequenas — no corpo humano, sem que a pessoa perceba.

Uma das causas de dor na coluna está na formação dos pés. O pé, como sabemos, é o ponto de apoio do corpo e se houver algum problema com ele, todo o resto do organismo sofrerá. Ele é formado por ossos, ligamentos e músculos. E pode ter três tipos de formação: pé normal ou plano ou cavo.

O pé normal — aquele que possui o arco longitudinal medial com sua forma correta — não causa problemas na coluna. Mas o pé plano e o pé cavo — também conhecido por pé chato — causam dores nas costas porque modificam a posição da coluna vertebral.

As dores nas "costas" causadas por este tipo de problema, geralmente, são confundidas com doenças na coluna vertebral. E tanto o pé plano, quanto o pé cavo são modificados enquanto criança. Mas para evitar estas dores, quando adulto, a pessoa ainda tem uma solução viável: o uso de sapatos ortopédicos.

Contudo, quando falamos em sapatos ortopédicos, logo são lembrados aquelas botinhas desleigantes que alguns já usaram quando criança. Entretanto, isto não é verdade. Existem lojas especializadas que fazem do calçado ortopédico, algo bonito e gostoso de usar. A Vigêvano é uma delas. E executa o trabalho de maneira eficaz, bonita, fazendo com que a estrutura da má formação do pé não seja percebida por outras pessoas.

A loja faz todo o trabalho a partir da receita médica



Sapato ortopédico com classe.

A Vigêvano tem 18 anos de experiência neste tipo de calçados. E seus donos — Roberto, Paulo e Emília — garantem que as pessoas que usam seus calçados, logo sentem a diferença. Bastam dez dias e as dores nas colunas, pernas ou pés, desaparecem.

Esta loja é recomendada por mais de quarenta ortopedistas e possui uma clientela muito grande, que abrange todo o interior do Estado de São Paulo, Paraná e também pessoas de outros países — Argentina, Paraguai e França — utilizam os seus serviços.

O horário de funcionamento da Vigêvano é o seguinte: de segunda a sexta-feira das 8h30 às 12h00 e das 13h30 às 18h30 e aos sábados das 8h00 às 12h00 horas. O pagamento é efetuado em duas vezes: 50% no ato da encomenda e o restante quando o calçado estiver pronto.

O endereço é: avenida Conselheiro Rodrigues Alves, 72 Paraíso — Telefone: 571-8537.

As informações médicas foram obtidas na Clínica Ortopédica Brooklin; av. Santo Amaro, 5.766 — Telefones: 522-4549 e 548-3867, em São Paulo.

decoração

CURSO Em um ano, registrado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

PERÍODOS Manhã, tarde e noite

AULAS 12 horas por semana, em 3 dias

DIPLOMA Diploma registrado pela Secretaria da Educação

CARTEIRA - Carteira Profissional de Decorador

CURRÍCULO - História da Arte, Desenho de Arquitetura e Perspectiva, Desenho de Expressão e Criação, Projetos Residenciais e Comerciais.

NOVAS TURMAS - Início das aulas: 2 de agosto de 1982

MATRÍCULAS ABERTAS

Único com 22 anos de experiência
Av. Paulista, 2644
Tel. 256 2309

Compre o nosso novo curso



Irede A. Cardoso



Ilustração de Maria L. Mogliani.

A nova desordem amorosa

Ninguém mais, dentro em pouco, sairá por aí pontificando sobre sexualidade, sobre o que é certo ou errado, sobre o poder fálico ou a doce e "soft" saída de orgasmo clitoridiano, desafiando o ancião da Austria, que dava regras sobre a maturidade da genitália. Se aquilo que vêm dizendo os profetas de uma nova era onde cabem todos, for confirmado, se tivermos eleições, sem pacotes, em 1982 e se a esquerda está com melhor humor; se Mitterrand conseguir reinar com simpatia etc. etc., então ninguém tentará desafiar a "ordem". Apenas essa ordem será "ocupada", apagada sua "seriedade libidinal" e suas instituições ficarão fluidas. Os prazeres disponíveis serão usufruídos, evitando-se, ao máximo, qualquer sofrimento despejado pelo "sistema".

Uma nova era para a sexualidade: Se Freud "já era", imaginem Reich, Reich, por mais que me doa declarar, ficou perdido quando condenou a homossexualidade e tratou a mulher como se fosse um homem com algumas modificações. Agora, todos os ultimatios dos "experts" em sexualidade serão desobedecidos e até não ter orgasmos não será mais causa de câncer.

Chega de paranóias. Depois da repressão, a cautelosa abertura, com muitas advertências, algumas mais simpáticas, já são fases passadas. Ninguém — se não quiser estar "out" — poderá contar seus campeonatos, seriamente ou rindo. Ser campeão, em sexo, significa reconhecer que se entrou numa "escola" e que se pretende um "diploma".

"Todos os libertinos, militantes do desejo, mentes abertas, vanguardistas do Kama Sutra, todos os atletas das... do sexo grupal, adeptos do decáto da libido, desprezadores das pequenas alegrias, todos esses últimos idealistas do amor dizem-se livres, muito liberados, mergulhados numa sexualidade sem fronteiras e, no entanto, são eles mesmos os padres, os beatos que combatem: ainda acreditam na verdade do desejo, de seus desejos. Ainda têm um deus tirânico diante do qual se prostram; têm fé num valor por excelência, chame-se corpo, acumulação, excesso, festa... E, com isso, sentem-se em condições de dar lições aos ignorantes e de propor, esses "happy few" para a humanidade doente, alguns remédios que acabarão com sua enfermidade."

Combate-se, dessa forma, o chamado "terrorismo sexológico" que faz agonizar em dúvidas as pessoas que, depois de manterem aquela chamada conjunção carnal, querem ter cer-

teza de que, de fato, "foram bem" e fizeram "tudo certinho". Combate-se a tendência maluca de formar especialistas em "êxtase sexual", que fornecerão certificados, depois de estudar sete anos, com mais quatro de especialização.

Cada um tem seu modo próprio de ter prazer sexual. Preocupar-se com orgasmos, inibe. Portanto, não façamos classificações. Chega de totalitarismos terapêuticos, de códigos que nos impedem de sofrer a dor. Mas sexo não é só prazer. Nem sempre.

Atualmente — é preciso prestar atenção — a Medicina deixou de falar a linguagem da repressão. Então, por que se preocupar, se o grande dragão que nos ameaçava a "sexualidade saudável" foi devorado por uma nova era, em que pesem as senhoras de Santana?

As mães — e os pais — não impedirão os adolescentes e púberes de correrem para a casa do vizinho e ligar, ávidos, a sessão especial das pornochanchadas quadradas, cheias de bumbuns gratuitos e rebolantes. Essa preocupação, nós, do outro lado, não precisamos ter.

Mas, hélas, o perigo renasce candidamente e nós todos, inadvertidamente, estamos dando corda e corda para ele: a estratégia é mais disfarçada, mais sábia, mais inevitável: o "controle" não vem mais de um sistema que vomita suas leis de modo imperativo.

"O New Deal de Roosevelt foi o momento crucial em que o Capital modificava suas estruturas a fim de absorver a onda operária no lugar de combatê-la e de fazer do antagonismo entre as classes, o próprio motor de sua expansão. O conceito de uma classe operária inteira mente fora do sistema e apenas oposta a ele, é substituído pela instituição de uma classe operária "no" e a "favor" do desenvolvimento."

Assim, da mesma forma, o "new deal" libidinal pretende pôr um fim às possíveis incompatibilidades entre o sistema e as pulsões. Já pensou? Que sistema inteligente! O desejo e o prazer não serão mais colocados "fora", como "excrescências". Passam a ser naturais e até saudáveis, desejáveis; e até mortais para quem não os sente. Abrem-se consultórios; formam-se especialistas. Fazem-se pesquisas, com curvas, platôs, minutos etc. Nada escapa, nenhum detalhe. Estamos perdidos.

Instaura-se a ordem genital. Mas, agora, é preciso prestar atenção: as minorias estão sendo acuadas. Todos passam a compreender a homossexualidade, mas ninguém quer um filho homossexual. Os negros, os índios... desde

que se integrem no doce liberalismo da sexualidade majoritária.

Mas, se insistirem, os homossexuais, quem sabe? Porque o que importa é que a Grande Norma Orgástica seja respeitada. E a necessidade de purificação, de saneamento afetivo. A ordem é dar receitas. Desde que, entretanto, comportem-se como seres isolados, atomizados, desorganizados. Assim, todos sentirão sempre culpa, necessidade de cura.

Mas a nova desordem amorosa é aquela que vem ditada pela organização das minorias, que nada querem em nome de um poder, exatamente o mesmo que, embora fale do "são", exige uma obediência arrasadora aos ditames do novo prazer consentido. Não existe mais "alma" e "corpo", bons e maus, sujo ou puro, ridículo ou elegante. Verdade passa a ser o mais adequado no tempo e no espaço, do ponto de vista das minorias organizadas. Não há mais bobagens e tolices ou mesmo vergonha. Somos todos iguais em nossos problemas e em nossa libertinagem e erotismo. O amor não tem definição: ele assume aquela que mais convém àquele que o procura. A dissidência não existe, não há diferenças para pior ou melhor. Ninguém é dono da verdade. "Não quero ver a minha forma de ter prazer sendo usada como "a" forma. Não há militâncias, a glória é deixar a vida fluir através do amor. Agora, queremos que todos tenham lugar; aceito sexualidades divergentes da minha e não as hierarquizar. Chega de apologias sobre a boa sexualidade, a boa genitalidade, de condenações aos "desvios". Sejam diferentes juntos."

Esse é o panorama do que estamos assistindo. Iniciou-se um combate entre a turbulência e a paixão medicinal da ordem. E, assim, todos os prazeres serão entendidos, especialmente o mais temido: o gozo sentimental.

Tempestade num copo d'água? Pensem melhor. Essa é "A Nova Desordem Amorosa", de Pascal Bruckner e Alain Finkielkraut. Não se trata de uma nova filosofia. Não é senão uma descrição do que se passa sob os nossos narizes. Muitos já estão percebendo e sentem-se chocados. Há os que fazem abaixo-assinados com sucesso: cem mil assinaturas... Mas a derrota "deles" já é indiscutível. Não há como lutar contra a nova desordem amorosa. Ela é um fato consumado. Mundial. Estamos perdidos, não? Que bom.

Irede A. Cardoso é mestre em Psicologia Social, editora do programa TV Mulher, na Globo, e editora da Editorial Especial da "Folha".

Helena SILVEIRA

Um espetáculo & 2 livros

Quando estive no Rio, lá há dezesseis anos, o mundo cultural e acadêmico...

Nesta data dedicada à memória de Getúlio Vargas...

Jornal velho
(FOLHA DA TARDE de 23 de dezembro de 1954)
RELAÇÕES — Lei aprovada pelo Congresso da Argentina...

Café
SANTOS — O tipo 7, estilo Santos, foi o mais vendido...

FOLHA DE S. PAULO
Um jornal a serviço do Brasil

Table with exchange rates: Mercado Livre, Mercado Paralelo, Banco do Brasil, Mercado Anual.

Inflação e desenvolvimento

Mais uma vez dirige-se o presidente da República à nação com palavras que merecem os mais calorosos aplausos...

Na verdade, o povo brasileiro espera que assim seja, mesmo porque todos sentem na carne as dificuldades da atual situação...

governo, aos quais cabe visão mais ampla, ou seja, a própria visão política dos problemas. Livres das limitações...



UDN

Morriáns — sem duração. Foi sua convenção da qual houve muitos e interessantes momentos...

Papelão

Duplo na ONU. De um lado, um ministro defendendo o papelão...

Janeiro

Dizem que o mês que se inicia será muito animado de política...

Transito

Esperamos sempre em certas áreas da cidade, representando em todo o país...

Dureza

Estados Unidos aprovaram a presidente da República...

Rapidez

Ja com Castelo Branco o Brasil já decidiu de uma vez por todas a execução de providências...

Alugueis

Antes de serem baixados foram aumentados em quase 50 por cento...

Crise

Continua a de Goiás. Sem dúvida a crise de que se trata é bem diferente...

Maconha

Oiten — quilos de maconha, procedentes de uma fazenda em Alagoas foram apreendidos pela Polícia...

Mais profundamente, considerando que São Paulo constitui inegavelmente o centro preferido...

Não se compreende que se deixe de empreender essa ação. Só essa circunstância e que justiça o deplante e a tranquilidade com que...

Força Nuclear

Mais um malogro, que não pode ser atribuído propriamente ao plano de criação da Força Nuclear Multilateral (FNML)...

Eleições, sim

Muito agitado no caso eleitoral com esse título, segundo o governador...

Crise

Ademais, parece que a situação não é boa. Não poderá girar, porque São Paulo não é o centro...

Raciocínio

Os ministros do Supremo foram 13 e passaram a 11 no tempo de Vargas...

Termos altos

Palavra na Assembleia em sessão extraordinária...

Minérios

Isso tem muito na realidade de vendas para a indústria...

Convenio

Desistências de empresários e pensões com empresas particulares...

IPESP

Que houve e essa de outras passagens de aprovação...

Final

O IPESP, desde antes e depois de tudo para evitar de "contingências e perigos"...

Radar Político

Ha 5 dias o senador Heito Mendonça esteve em Palco, conversando com o governador sobre as eleições na Câmara Municipal...

Eleições no RGN

No interior do Rio Grande do Norte a campanha eleitoral anda meio acesa...

Politica na opinião alheia

- De "O Estado de S. Paulo": "Não é sem razão a opinião, por ser ela o "partido da Revolução"..."
De "Jornal do Comercio": "O Brasil enfrenta, de 31 de março para cá, o fez com audácia e firmeza..."
De "Ultima Hora": "No Brasil, a máquina de fazer crises continua funcionando incessantemente..."
De "Correio da Manhã": "Não podemos contar com as palavras do presidente Getúlio Vargas..."
De "Jornal do Brasil": "Temos uma política de ministério severa sem ser xenofoba. Nacionalista sem ser estatista..."



celso cury absolvido

JAMPIÃO
Ano 1 — Nº 11 — Abril de 1979 — Cr\$ 10,00 • Leitura para maiores de 15 anos **da esquina**

**LESBIANISMO
MACHISMO
ABORTO
DISCRIMINAÇÃO**

**SÃO AS MULHERES
FAZENDO POLÍTICA**

Rio de Janeiro *São Paulo*

judeus
homossexuais:
a 13ª tribo
de Israel

as bonecas e o
cinema nacional
e o aiatolá,
tem medo de que?

ney matogrosso: LIBERAÇÃO?
CADA UM TRATE DA SUA

LAMPIÃO
 rio de janeiro / julho 1979 / cr\$ 20,00 • Lâmina para
 maiores de 18 anos da esquina

**ALÔ, ALÔ
 CLASSE
 OPERÁRIA:
 E O PARAÍSO, NADA?**

LULA fala
 de
 greves, bonecas
 e feministas:
 chumbo grosso!

**O movimento
 louco-
 lésbico**

**San
 Francisco:
 APOS A
 REVOLTA**

**Bahia
 de todos
 os gueis**

... e muita bixórdia

APPAD
 Associação Parlamentar
 de Defesa da Diversidade

Centro de Documentação
 Prof. Dr. Luiz Mott

GRUPO DIGNIDADE



 **LAMPIÃO**
 ANO 31 n.º 28 Rio de Janeiro, Setembro de 1980. Cr\$ 40,00 • Letura para mãres de família **da esquina**

EM AGOSTO FOI ASSIM:

**CRIOULO NÃO É GENTE,
 BICHA E MULHER
 TEM MAIS E
 QUE MORRER**

 **Manuel Pulg**
 fala da mulher aranha


 QUANTOS VOCÊS SÃO AO TODO?
 BEM ERAMOS ONZE!
 SENDO QUE OS QUATROS
 MENORES MORRETRAM,
 SUBNUTRIDOS, O CASAL
 DE GÊMEOS FOI
 UNCHADO PELA
 SOCIEDADE POR
 SEREM,
 HO MORREU UM
 OS TRÊS FAVINOS
 TOMA SUCULADOS,
 FEI O ENQUADRO
 E MEU MARIDO CAIU
 ATRÁS DO PAPA
 COBRANDO O
 MILAGRE
 BRASILEIRO.

censo-80

Ato institucional (nº 1)

À nação

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

[...]

O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria.

[...]

Em nome da revolução vitoriosa, e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica resolve editar o seguinte.

[...]

(BRASIL, 2012)

Ato nº 1 suspende direitos políticos

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do art. 10 do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, suspender, pelo prazo de dez anos, os direitos políticos dos seguintes cidadãos:

1. Luiz Carlos Prestes
2. João Belchior Marques Goulart
3. Janio da Silva Quadros
4. Miguel Arrais de Alencar
5. Darci Ribeiro
6. Raul Riff
7. Waldir Pires
8. Gen. R/1 Luiz Gonzaga de Oliveira Leite

9. Gen. R/1 Sampson da Nobrega Sampaio

10. Leonel de Moura Brizola

[...]

16. Samuel Wainer

[...]

21. Desembargador Osmar Duarte Pereira

22. Ministro José de Aguiar Dias

[...]

28. Celso Furtado

29. Marechal R/1 Osvino Ferreira Alves

[...]

62. Almino Monteiro Álvares Afonso

[..]

69. Francisco Julião

[...]

89. José Aparecido de Oliveira

90. Plínio Soares de Arruda Sampaio

91. José Antonio Rogé Ferreira

92. Rubens Paiva

93. Paulo de Tarso Santos

[..]

99. Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo

100. José Anselmo dos Santos

Rio de Janeiro, GB., 10 de abril de 1964. – Arthur da Costa e Silva, General-de-Exército – Francisco de Assis Correia de Mello, Tenente Brigadeiro – Augusto Hamann Rademaker Grunewald, Vice-Almirante (BRASIL, 2012).

Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

CONSIDERANDO que a Revolução brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964).

Art 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

- I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:
 - a) liberdade vigiada;
 - b) proibição de freqüentar determinados lugares;
 - c) domicílio determinado,

§ 1º - o ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

Art 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º - O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares,

assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º - O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. Grifos nossos.